

**UNIVERSIDADE DO ALGARVE**  
Faculdade de Ciências e Tecnologia

**Bairros de Génese Ilegal**  
**Compreender - Intervir - Reabilitar**

**Cláudia Martins Teixeira**

DISSERTAÇÃO PARA OBTENÇÃO DO GRAU DE MESTRE EM ARQUITETURA PAISAGISTA

**Trabalho efetuado sob a orientação de:**

Doutor Arquiteto Miguel Reimão Costa

**Ano de submissão: 2014**

**UNIVERSIDADE DO ALGARVE**

Faculdade de Ciências e Tecnologia

**Bairros de Génese Ilegal**

**Compreender - Intervir - Reabilitar**

*Cláudia Martins Teixeira*

Dissertação apresentada para obtenção do grau de Mestre em Arquitetura Paisagista, realizada na Universidade do Algarve, sob orientação científica do *Professor Doutor Arq. Miquel Reimão Costa*.

Faro, 2014

## **Bairros de Génese Ilegal**

### **Compreender - Intervir - Reabilitar**

#### **Declaração de Autoria do Trabalho**

Eu, Cláudia Martins Teixeira, declaro ser o autor deste trabalho, que é original e inédito. Autores e trabalhos consultados estão devidamente citados no texto e constam da listagem de referências incluída.

---

©Copyright

Cláudia Martins Teixeira

A Universidade do Algarve tem o direito, perpétuo e sem limites geográficos, de arquivar e publicitar este trabalho através de exemplares impressos reproduzidos em papel ou de forma digital, ou por qualquer outro meio conhecido ou que venha a ser inventado, de o divulgar através de repositórios científicos e de admitir a sua cópia e distribuição com objetivos educacionais ou de investigação, não comerciais, desde que seja dado crédito ao autor e editor.

## **Agradecimentos**

Por entre avanços e recuos a que o exercício de escrever uma tese exige, ressalto e valorizo o conhecimento desenvolvido ao longo deste trajeto.

Nesta fase tão importante não podia deixar de agradecer àqueles que contribuíram e me acompanharam ao longo deste percurso.

Agradeço em particular ao Doutor Arquiteto Miguel Reimão Costa pela disponibilidade para a orientação, paciência e ajuda prestada durante todo o processo de desenvolvimento do trabalho.

Agradeço também à Câmara Municipal de Faro, pela oportunidade de desenvolver o Estágio no Departamento de Planeamento Urbano, a toda a equipa com quem troquei conhecimento e em especial ao Arquiteto orientador, Rui Terremoto.

Aos colegas, a todos os amigos e em especial ao namorado, por nunca deixarem de oferecer seu incentivo e apoio.

Por fim, à minha família, por serem o suporte fundamental e os responsáveis pela oportunidade de iniciar este percurso da minha vida.

A todos, um grande obrigado!

## Resumo

Os bairros de génese ilegal e os assentamentos informais e de barracas constituem a expressão de uma necessidade comum, a procura de um lugar para habitar. Nestes bairros, as construções surgem de forma espontânea, informal e ilegal, e os espaços desprovidas de qualquer planeamento, vão deixando dominar a forma irregular dando origem a lugares fragmentados e desarticulados. Estas características levam a que estas áreas se destaquem na paisagem envolvente muitas vezes pela sua imagem pouco qualificada. O conhecimento das características principais destes espaços aproxima-nos da complexidade da sua realidade. O espaço público existente nestas áreas, embora quase sempre de dimensões mínimas, adquire especial importância sobretudo nas relações de vizinhança e sociabilidade entre os moradores do bairro. Através do estudo em torno da génese dos assentamentos ilegais no território português é possível entender de que forma este fenómeno condicionou o crescimento e a configuração que o território hoje apresenta.

O estudo e análise dos diferentes casos de intervenções nestes territórios mostram-nos as diferentes soluções e formas de trabalhar nestas áreas. As intervenções apresentam aspetos diferentes variando desde a sua localização, o tipo e a escala de intervenção, o seu contexto e a época em que foram desenvolvidas. Considerando as transformações e as diversas formas resultantes do tipo de apropriação do espaço nos bairros de génese informal, o seu estudo obriga a um conhecimento e a uma abordagem holística, onde a arquitetura paisagista encontra um papel fundamental no âmbito do entendimento e configuração do espaço público. A sua intervenção deve procurar a reabilitação e revitalização destes espaços sempre que a mesma seja possível, contribuindo de forma integrada na melhoria das condições de habitabilidade deste espaço.

**Palavras-chave:** Urbanização informal, assentamentos informais, bairros de Génese Ilegal, marginalização, áreas periféricas.

## **Abstract**

Illegal and informal settlements are the expression of a common need, the need to find a place to live. In these informal settlements the construction grows through a spontaneous, informal and illegal way, the spaces comes without any planning dominated by an irregular shape, turning in fragmented and disarticulated places. The analyses of the main space features led us close from their own complex reality. The existing public space in these areas normally of minimum dimensions purchase a special importance most of it in between the social dwellers relationships. Through the informal settlements geneses analyses it is possible to understand the way how this phenomenon conditioned growing and the morphologies of the territory.

The study of different case studies in these spaces particularly shows us the variety of interventions and solutions of thinking and planning these informal areas. The interventions vary between their location, scale, and the context and age where they developed. The study and intervention in informal and illegal settlements concerns all the transformations and the different shapes resulting from the uses of the space, as it requires a holistic approach where the landscape architecture finds a fundamental role on the understanding and configuration of the public space. The landscape architect intervention must concern the rehabilitation and revitalization of these areas, contributing on the improving of their living conditions.

**Key-words:** Informal Urbanization, Informal Settlements, Slums, Illegal Settlements, Marginalization, Peripheral Areas.

## ÍNDICE GERAL

<b>AGRADECIMENTOS.....</b>	<b>3</b>
<b>RESUMO.....</b>	<b>4</b>
<b>ABSTRACT.....</b>	<b>5</b>
<b>ÍNDICE DE FIGURAS.....</b>	<b>8</b>
<b>1. INTRODUÇÃO.....</b>	<b>12</b>
<b>2. URBANIZAÇÃO INFORMAL E ESPAÇO LIVRE NOS BAIROS DE GÉNESE ILEGAL...</b>	<b>16</b>
<b>2.1. Aproximação ao tema: os bairros de génese ilegal.....</b>	<b>16</b>
<b>2.2. Aspetos intrínsecos da formação dos bairros de génese ilegal no contexto da transformação da cidade</b>	<b>21</b>
<b>2.3. Formas associadas a uma rápida expansão urbana – Génese e evolução dos assentamentos informais no território português</b>	<b>28</b>
<b>2.4. O papel do Arquiteto Paisagista no desenho do espaço livre.....</b>	<b>38</b>
<b>2.4.1 <u>A questão da sustentabilidade na intervenção do espaço livre</u></b>	<b>46</b>
<b>2.5. Configuração e uso do espaço livre nos bairros de génese ilegal.....</b>	<b>49</b>
<b>3. DIFERENTES PROPOSTAS DE INTERVENÇÃO EM ASSENTAMENTOS INFORMAIS</b>	<b>56</b>
<b>3.1. Programas e projetos percussores.....</b>	<b>57</b>
<b>3.1.1. <u>O Projeto do Serviço de Apoio Ambulatório Local (SAAL), (Portugal)</u></b>	<b>57</b>
<b>3.1.2. <u>A experiência da intervenção em Brás de Pina, Rio de Janeiro (Brasil)</u></b>	<b>65</b>

<b>3.2.</b>	<b>Intervenções em Bairros Periurbanos.....</b>	<b>69</b>
3.2.1.	<u>Urbanização marginal em Barcelona - Estudo de Joan Busquets I Grau</u>	70
3.2.1.1.	<u>Proposta de intervenção para o Bairro de Sant Josep, Barcelona (Espanha)</u>	75
3.2.2	<u>Proposta de intervenção para o Bairro da Cova da Moura, Lisboa (Portugal)</u>	85
3.2.3.	<u>Intervenção de Alejandro Aravena para a Quinta Monroy, Iquique (Chile)</u>	91
<b>3.3.</b>	<b>Intervenções Pontuais Estratégicas .....</b>	<b>99</b>
3.3.1.	<u>Acupuntura Urbana – A perspetiva de Jaime Lerner (Brasil)</u>	99
3.3.2.	<u>Projeto Metro Cable, Caracas (Venezuela)</u>	104
3.3.3.	<u>Projeto para o Grotão, Paraisópolis, São Paulo (Brasil)</u>	107
<b>3.4.</b>	<b>Intervenções de Bairros de Grande Escala .....</b>	<b>112</b>
3.4.1.	<u>A perspetiva de intervenção de Jorge Mário Jauregui (Brasil)</u>	113
3.4.2.	<u>Intervenção no Complexo do Alemão, Rio de Janeiro (Brasil)</u>	115
3.4.3.	<u>Intervenção no Complexo de Manguinhos, Rio de Janeiro (Brasil)</u>	119
<b>4.</b>	<b>CONCLUSÃO.....</b>	<b>126</b>
<b>5.</b>	<b>BIBLIOGRAFIA.....</b>	<b>134</b>
	<b>ANEXOS.....</b>	<b>141</b>

## ÍNDICE DE FIGURAS

**Fig. 1 – Mathare slum Nairobi, Kenya. ....19**

Fonte: UN-Habitat, United Nations Human Settlements Programme, “Building Urban Safety through Slum Upgrading”, p.37

**Fig. 2 - Esquema de recontextualização de assentamentos de baixa renda. ....24**

Fonte: Joana Xavier Barros, “Urban Growth in Latin American Cities - Exploring urban dynamics through agent-based simulation”, p.34.

**Fig. 3 - A formação metropolitana: anos 40, uma cidade com subúrbios. ....30**

Fonte: Teresa B. Salgueiro, “Lisboa, Periferia e Centralidades”, p.54

**Fig. 4 - Anos 50 aos 70, a cidade metropolitana. ....55**

Fonte: Teresa B. Salgueiro, “Lisboa, Periferia e Centralidades”, p.55

**Fig. 5 - Princípios das Comunidades Sustentáveis. ....49**

Fonte: Maria João Freitas, “Iniciativa Bairros Críticos, Programas de Intervenção, 3 experiências Piloto”. Disponível em: <http://mestrado-reabilitacao.fa.utl.pt/disciplinas/iraposo/iraposo.html>

**Fig. 6 – Exemplos de reinvenção e apropriação do espaço exterior. Favela Rocinha Brasil, 2001. ....52**

Fonte: <http://www.favelatemmemoria.com.br>

**Fig. 7 - Exemplos de reinvenção e apropriação do espaço exterior. Favela Rocinha Brasil, 2001. ....52**

Fonte: <http://www.favelatemmemoria.com.br>

**Fig. 8 - Exemplos de reinvenção e apropriação do espaço exterior. Bairro da Cova da Moura, Lisboa, 2010. ....52**

Fonte: Trienal de Arquitetura 2010, Lisboa.

**Fig. 9 - Exemplo de alguns dos cartazes distribuídos pelos manifestantes. Fonte: Exposição da Trienal de Arquitetura 2010, Lisboa. ....58**

Fonte: Exposição da Trienal de Arquitetura 2010.

**Fig. 10 - Objetivos de Política do Programa SAAL. ....60**

Fonte: Nuno Portas, “Os tempos das formas, Vol.I A cidade feita e refeita”.

**Fig. 11 - Imagem do filme de João Dias: “AS OPERAÇÕES SAAL”. ....62**

Fonte: [http://www.midas-filmes.pt/uploads/dossiers/di\\_as\\_operacoes\\_saal.pdf](http://www.midas-filmes.pt/uploads/dossiers/di_as_operacoes_saal.pdf)

**Fig. 12 - Planta de Implantação. Bairro do Alto do Moinho, Zambujal. ....63**

Fonte: Ana Bordalo, “Bairro do Alto do Moinho, Zambujal”.

<b>Fig. 13</b> - Bairro “Meia Praia-Apeadeiro”, Lagos. ....	64
<b>Fig. 14</b> - Bairro S. Vitor, Porto. ....	64
<b>Fig. 15</b> - Brás de Pina em 19 de outubro de 1964. ....	66
Fonte: Arquivo Nacional, acervo Correio da Manhã, in: <a href="http://www.favelatemmemoria.com.br">http://www.favelatemmemoria.com.br</a>	
<b>Fig. 16</b> - Desenhos feitos pelos moradores e imagens da favela Brás de Pina antes e depois da intervenção. ....	67
Fonte: <a href="http://www.arqbrasil.arq.br/arqdoc/textos/arqdoc_018.htm">http://www.arqbrasil.arq.br/arqdoc/textos/arqdoc_018.htm</a>	
<b>Fig. 17</b> - Bairro de Sant Josep (situação anterior ao projeto). ....	76
Fonte: Joan B. I Grau, “La Urbanizacion Marginal”, p.232	
<b>Fig. 18</b> - Bairro Sant Josep. ....	76
Fonte: Joan B. I Grau, “La Urbanizacion Marginal”, p.143	
<b>Fig. 19</b> – Planta representativa- edificado e organização viária do Bairro de Sant Josep. ....	78
Fonte: Joan B. I Grau, “La Urbanizacion Marginal”, p.124	
<b>Fig. 20</b> - Perfil tipo da proposta de urbanização do Bairro. ....	80
Fonte: Joan B. I Grau, “La Urbanizacion Marginal”, p.241	
<b>Fig. 21</b> - Bairro da Cova da Moura. ....	86
Fonte: <a href="http://www.google.pt/maps">www.google.pt/maps</a>	
<b>Fig. 22</b> - Bairro da Cova da Moura. 2010 ....	88
Fonte: Trienal de Arquitetura 2010.	
<b>Fig. 23</b> - Alçado da Praça, Cova da Moura. ....	88
Fonte: Luís P. De Freitas, “Influência do desenho urbano na insegurança da cidade”, p.92	
<b>Fig. 24</b> - Perspetiva geral da Praça. Cova da Moura ....	89
Fonte: Luís P. De Freitas, “Influência do desenho urbano na insegurança da cidade”, p.93	
<b>Fig. 25</b> - Esquema dos acessos e permeabilidades da Praça. ....	90
Fonte: Luís P. De Freitas, “Influência do desenho urbano na insegurança da cidade”, p.95	
<b>Fig. 26</b> - Assentamento informal, condições anteriores à intervenção, Iquique. ....	92
Fonte: <a href="http://www.plataformaarquitectura.cl/2007/09/17/quinta-monroy-elemental-chile/">http://www.plataformaarquitectura.cl/2007/09/17/quinta-monroy-elemental-chile/</a>	
<b>Fig. 27</b> - Modelo de expansão, indica o esquema de possibilidades de ampliações a ser executadas pelo usuário. ....	94
Fonte: Sergio Arturo Malatesta, “Análisis del Proceso de Autoconstrucción de la Vivienda en Chile”.	

<b>Fig. 28</b> - Exemplo da utilização do espaço exterior – Pátio; Quinta Monroy, Iquique. ....	95
Fonte: <a href="http://www.theguardian.com/cities/2014/feb/06/alejandro-aravena-architect-dreamer-equaliser">http://www.theguardian.com/cities/2014/feb/06/alejandro-aravena-architect-dreamer-equaliser</a>	
<b>Fig. 29</b> - Reuniões com os moradores. ....	96
Fonte: Apresentação no Congresso Internacional, Quito, 8,9 e 10 de julho de 2009, consultado em: <a href="http://www.laciudadviva.org/opencms/export/sites/laciudadviva/04_experiencias/Chile/elemental/0415_Chile_Conjunto_de_93_viviendas.pdf">http://www.laciudadviva.org/opencms/export/sites/laciudadviva/04_experiencias/Chile/elemental/0415_Chile_Conjunto_de_93_viviendas.pdf</a>	
<b>Fig. 30</b> - Quinta Monroy - Habitação com a estrutura inicial. ....	97
Fonte: <a href="http://www.elementalchile.cl/proyecto/quinta-monroy/">http://www.elementalchile.cl/proyecto/quinta-monroy/</a>	
<b>Fig. 31</b> - Quinta Monroy - Habitação com ampliações após a obra. ....	97
Fonte: <a href="http://www.elementalchile.cl/proyecto/quinta-monroy/">http://www.elementalchile.cl/proyecto/quinta-monroy/</a>	
<b>Fig. 32</b> - Fotografia aérea sem escala, Situação existente antes da intervenção. ....	98
Fonte: <a href="http://www.elementalchile.cl/proyecto/quinta-monroy/">http://www.elementalchile.cl/proyecto/quinta-monroy/</a>	
<b>Fig. 33</b> - Fotografia aérea sem escala, Após a implantação do projeto. ....	98
Fonte: <a href="http://www.elementalchile.cl/proyecto/quinta-monroy/">http://www.elementalchile.cl/proyecto/quinta-monroy/</a>	
<b>Fig. 34</b> - Metro Cable no bairro San Agustin, Caracas. ....	104
Fonte: EFLA, “Trans-Borderlands – Activating the Plasticity of Urban Border-Space”, p.17	
<b>Fig. 35</b> - Bairro San Agustin, Caracas. ....	105
Fonte: <a href="http://www.u-tt.com/projects_Metrocable.html">http://www.u-tt.com/projects_Metrocable.html</a>	
<b>Fig. 36</b> - Esquema do circuito do Metro-Cable. ....	106
Fonte: EFLA, “Trans-Borderlands – Activating the Plasticity of Urban Border-Space”, p.18	
<b>Fig. 37</b> - Estação do Metro-Cable em construção. ....	105
Fonte: <a href="http://www.plataformaarquitectura.cl/2011/07/05/metro-cable-caracas-urban-think-tank/">http://www.plataformaarquitectura.cl/2011/07/05/metro-cable-caracas-urban-think-tank/</a>	
<b>Fig. 38</b> - Intervenção no Grotão e zona envolvente. ....	108
Fonte: <a href="http://www.holcimfoundation.org/Projects/urban-remediation-and-civic-infrastructure-hub-so-paulo-brazi">http://www.holcimfoundation.org/Projects/urban-remediation-and-civic-infrastructure-hub-so-paulo-brazi</a>	
<b>Fig. 39</b> - Zonas ajardinadas e zonas de hortas. Grotão ....	110
Fonte: <a href="http://www.holcimfoundation.org/Projects/urban-remediation-and-civic-infrastructure-hub-so-paulo-brazi">http://www.holcimfoundation.org/Projects/urban-remediation-and-civic-infrastructure-hub-so-paulo-brazi</a>	
<b>Fig. 40</b> - Complementaridade entre paisagem e construção integrando a infraestrutura social. ....	111
Fonte: <a href="http://www.holcimfoundation.org/Portals/1/docs/A11/LATAM/A11LagoBR-poster.pdf">http://www.holcimfoundation.org/Portals/1/docs/A11/LATAM/A11LagoBR-poster.pdf</a>	
<b>Fig. 41</b> - Vista aérea do Complexo do Alemão. ....	115
Fonte: <a href="http://www.jauregui.arq.br/favelas.html">http://www.jauregui.arq.br/favelas.html</a>	

**Fig. 42** - Esquema da leitura da estrutura do lugar, Complexo do Alemão. ....116

Fonte: <http://www.jauregui.arq.br/entrevistas.html>

**Fig. 43** - Cable Car, Complexo do Alemão. ....117

<http://www.spatialagency.net/database/where/organisational%20structures/jorge.mario.jurequi.architects>

**Fig. 44** - Cable Car, Complexo do Alemão. ....117

<http://masteremergencyarchitecture.com/2012/petropolis-sports-for-change-day-1-talking-favelas-with-jauregui>

**Fig. 45** - Núcleo habitacional e de serviços, Complexo do Alemão. ....118

Fonte: [http://www.jauregui.arq.br/favelas\\_alemao.html](http://www.jauregui.arq.br/favelas_alemao.html)

**Fig. 46** - Complexo de Manguinhos. ....119

Fonte: [www.google.pt/maps](http://www.google.pt/maps)

**Fig. 47 e Fig. 48**- Situação antes da Intervenção. Avenida Leopoldo Bulhões e Linha Férrea, Complexo de Manguinhos. ....120

Fonte: [http://www.jauregui.arq.br/broken\\_city.html](http://www.jauregui.arq.br/broken_city.html)

**Fig. 49** - Ideograma de Centralidades. ....120

Fonte: [http://www.jauregui.arq.br/broken\\_city.html](http://www.jauregui.arq.br/broken_city.html)

**Fig. 50** - Projeção dos espaços de lazer e revitalização da zona ribeirinha do Parque Metropolitano. ....122

Fonte: [http://www.jauregui.arq.br/broken\\_city.html](http://www.jauregui.arq.br/broken_city.html)

**Fig. 51** - “Rambla” Manguinhos. ....123

Fonte: <http://www.jauregui.arq.br/entrevistas.html#italianpress>

**Fig. 52** - Perspetiva do Parque Metropolitano de Manguinhos. ....123

Fonte: <http://www.jauregui.arq.br/entrevistas.html#italianpress>

**Fig. 53** - Estação de Manguinhos. ....124

Fonte: <http://www.rj.gov.br>

**Fig. 54** - Reabilitação dos edifícios antigos (“Galpões”) para criação do Centro cívico, Espaço Multiusos e Biblioteca. ....125

Fonte: <http://www.spatialagency.net/database/where/organisational%20structures/jorge.mario.jurequi.architects>

## 1 INTRODUÇÃO

A presente Dissertação desenvolve-se entre questões relacionadas com os assentamentos informais, a construção informal e os bairros de génese ilegal.

Numa fase inicial de definição do tema, a proposta para o Concurso da Trienal de Arquitetura de Lisboa 2010 foi uma importante inspiração. Neste desafio de âmbito nacional, entre outras faculdades, também os nossos colegas e professores trabalharam e desenvolveram ideias de reconversão para o bairro de génese ilegal da Cova da Moura, situado no concelho da Amadora. Para o conhecimento do espaço de intervenção e entendimento das propostas para o mesmo, contribuíram sobretudo a visita guiada ao Bairro da Cova da Moura, a exposição pública das propostas de Intervenção da Trienal para o Bairro e a exposição dos trabalhos dos nossos colegas no IPJ em Faro. Por outro lado, também o Estágio Curricular desenvolvido no departamento de Ordenamento do Território e Planeamento Urbano da Câmara Municipal de Faro proporcionou o eclodir de um maior interesse e vontade de continuar a trabalhar em questões ligadas à dinâmica do território e ao planeamento urbano.

Na procura de uma definição para assentamentos informais e bairros de génese ilegal, rapidamente se observaram alguns aspetos comuns entre os dois tipos de ocupação irregular do território.

Segundo a definição da ONG (organização não governamental) Un-Habitat, aos assentamentos informais, correspondem os assentamentos humanos onde os seus habitantes não têm a oportunidade de viver segundo os padrões de uma vida com qualidade. Estes assentamentos informais são caracterizados pelos seguintes aspetos: ausência de planeamento e de títulos de propriedade, ocupação ilegal do solo, e falta ou inadequada participação do governo, resultando assim na falta de serviços básicos, registos e infraestruturas.<sup>1</sup> Ao bairro de génese ilegal tal como o nome indica também corresponde o assentamento que se inicia segundo um processo irregular de ocupação do solo, de forma ilegal e conseqüentemente também a sua construção. O

---

<sup>1</sup> Un-Habitat, “Informal Settlements”.

assentamento informal pode-se relacionar com um aglomerado de origem mais antiga comparativamente com o bairro de gênese ilegal. Ou seja, o assentamento informal poderá corresponder aos primeiros assentamentos, geralmente construções precárias, que mais tarde dão origem ao bairro de gênese ilegal, ao qual já podemos associar algum grau de consolidação, maior, comparativamente com o assentamento informal.

A variedade de questões envolvidas no âmbito dos bairros de gênese ilegal ou dos assentamentos informais, ainda que compreendida no complexo estudo exigido, não facilita qualquer uma que seja, futura intervenção nos mesmos. A importância de pensar sobre este assunto surge sobretudo de dois aspetos principais: primeiro, o considerável número que estas áreas atingem a nível mundial e ao seu rápido crescimento e expansão, urgindo pensar em mecanismos para travar a sua proliferação e em segundo, pela premência de encontrar soluções e entender quando estas devem considerar a valorização e requalificação destas áreas de forma a colmatar as suas principais carências. O estudo deste tema exige que se considerem aspetos de âmbito urbanístico, económico e até social, em que as propostas intervêm diretamente nas condições de vida destas comunidades e contribuem na mudança da imagem urbana e na realidade do território.

A origem do fenómeno da construção ilegal, espontânea e informal resulta sobretudo da necessidade de “habitar”, de encontrar um lugar para morar adequado às condições económicas. As desigualdades sociais dificultam este processo de encontrar uma casa, uma habitação, um lugar para morar, e levam, em alguns casos, a que a única solução se traduza nas formas mais elementares de construção, a um abrigo ou a uma barraca.

Ao refletir sobre que estratégias e modos de intervir devem ser adotados para estes lugares, ou para um destes lugares, devem-se conhecer que processos e iniciativas ocorreram e proporcionaram alterações e intervenções positivas ou negativas ao longo da história destes lugares; e deve ser feita uma análise aprofundada de cada um destes lugares, incluindo o estudo da sua gênese e evolução histórica assim como também a identificação dos pontos fracos e das suas principais características.

A existência destas áreas informais não pode ser considerada apenas do ponto de vista da organização do espaço, como uma questão da alçada do urbanismo e do ordenamento do território, pois é importante que também seja considerada no âmbito social, onde muitas vezes o reflexo da realidade espelha diversas limitações.

Do ponto de vista da arquitetura paisagista a intervenção nestas áreas implica também a intervenção nos territórios envolventes e conseqüentemente em todo o espaço urbano com o qual a área de intervenção estabelece ligação. O papel do arquiteto paisagista na projeção do espaço livre dos bairros informais e zonas envolventes constitui um desafio decisivo, sobretudo no sentido de garantir as condições para o bom funcionamento e utilização deste espaço pelos utentes.

Os **objetivos** principais do trabalho compreenderam o estudo geral dos processos que contribuem para a formação e desenvolvimento dos assentamentos informais. Pretendeu-se entender de que forma é possível contribuir no estudo, na análise e no processo de planeamento destas áreas através da Arquitetura Paisagista.

Ainda como objetivo principal pretendeu-se entender as formas mais adequadas de tratar e intervir nestas áreas. Para a concretização deste objetivo contribuíram sobretudo a identificação e análise de diversas intervenções localizadas em diferentes geografias, distinguindo diferentes formas de valorização destas áreas, as quais possam auxiliar na elaboração de novas propostas de intervenção.

Como objetivos secundários consideraram-se o entendimento dos diversos aspetos relacionados com estas áreas, o conhecimento das características que lhes são singulares, ao nível dos vários contextos, social, territorial, político, económico e cultural. Pretendeu-se também, no contexto do território português, entender que espaços da cidade deram lugar a este tipo de construção, e que parâmetros enquadram o seu futuro e desenvolvimento. Pretendeu-se também compreender a forma, o carácter e a importância que o espaço exterior adquire no contexto destes lugares, e, numa fase final, desenvolver uma síntese conclusiva acerca das diferentes propostas de intervenção para estes lugares, a qual possa vir a contribuir para futuros estudos sobre este tema.

Numa primeira parte do desenvolvimento do trabalho a **metodologia** utilizada assentou numa intensiva e constante pesquisa bibliográfica, a qual esteve diretamente relacionada com cada um dos conteúdos desenvolvidos em cada ponto. Esta pesquisa constituiu-se como suporte fundamental, desde o entendimento das questões ligadas ao tema principal, como posteriormente na interpretação cronológica da construção ilegal e informal no território português. Numa segunda parte do trabalho o método envolveu a pesquisa e seleção de diversos casos de estudo para interpretação e análise. O conhecimento e o entendimento proveniente dos conteúdos da primeira parte do trabalho, juntamente com as principais conclusões dos diferentes casos de estudo, convergiram para a parte final do trabalho, a conclusão.

A **estrutura** do trabalho encontra-se dividida em duas partes, dando a primeira lugar ao enquadramento do tema. Nesta parte composta por vários pontos, são referidos no primeiro, alguns aspetos das dinâmicas do crescimento urbano onde se integram os assentamentos informais e através de alguns valores relativos à expansão da construção informal a nível mundial, mostra-se a importância de conhecer e trabalhar sobre estas áreas e a necessidade de controlar este tipo de crescimento. No ponto seguinte, caracterizam-se e identificam-se os bairros informais ou de génese ilegal, distinguindo aspetos intrínsecos na sua formação e essência, relativos às questões sociais, políticas, territoriais e urbanísticas. Seguidamente apresenta-se outro ponto onde se dá lugar a uma reflexão acerca do surgimento e evolução dos bairros de génese ilegal no contexto nacional. Os últimos pontos são dedicados ao tema do espaço público livre, ao papel do arquiteto paisagista na sua projeção e a configuração e utilização deste espaço nos bairros informais ou de génese ilegal.

Na segunda parte, encontram-se os diversos casos de estudo organizados os primeiros dois segundo uma ordem cronológica devido à proximidade das suas datas de intervenção. Os restantes organizam-se segundo diferentes tipologias de intervenção definidas de acordo com a localização das áreas informais, com o caráter da intervenção e com a dimensão das áreas de intervenção, identificando-as segundo a sua escala. O cruzamento dos aspetos singulares de cada uma destas intervenções contribuíram também para a reflexão conclusiva final.

## 2 URBANIZAÇÃO INFORMAL E ESPAÇO LIVRE NOS BAIROS DE GÉNESE ILEGAL

### 2.1 Aproximação ao tema: os bairros de génese ilegal

Foram várias as personalidades que se destacaram ao longo do tempo por se dedicarem à procura do desenho ideal da cidade e/ou do bairro e à sua compreensão e leitura. Foram muitas as propostas e diferentes os caminhos e os desenhos apresentados, mas apenas parcialmente é possível controlar o seu crescimento e a sua forma. Porque embora mesmo com planeamento algumas partes da cidades cresceram e crescem ainda segundo um ritmo próprio e espontâneo. Para Lynch, a cidade *não é apenas um objeto perceptível e (talvez apreciado) por milhões de pessoas das mais variadas classes sociais e pelos mais variados tipos de personalidades, mas é o produto de muitos construtores que constantemente modificam a estrutura (...). Se, por um lado podem manter-se as linhas gerais exteriores, por outro, há uma constante mudança no pormenor.*<sup>2</sup> Numa outra perspetiva diz-se que a cidade (...) *faz-se da combinação dos espaços, acontecimentos, movimento, interação/transição entre público e privado, sem hierarquia entre esses conceitos.*<sup>3</sup>

A imagem de cada cidade espelha sucessivas respostas a tendências e comportamentos das várias épocas. O sucessivo aumento da população nas cidades provocou uma procura de espaço cada vez mais intensa, os subúrbios foram sendo ocupados, os espaços periurbanos foram alargando e os limites das cidades foram-se diluindo. Nesta dinâmica do território, as periferias ganham destaque como espaços de fácil identificação e em evolução, convivendo (...) *na dualidade de transformação cidade/campo. (...) Esta é a situação que caracteriza, de uma forma geral, o crescimento que se verificou em Portugal a partir da década de 60, com a formação da cidade metropolitana.*<sup>4</sup>

---

<sup>2</sup> Kevin Lynch, “A imagem da cidade”, p.12

<sup>3</sup> Maria João Teles Grilo, “Outras Urbanidades”, pp.112-117

<sup>4</sup> Maria do Carmo Pereira, “Transformação Urbana em Áreas Periféricas”, p.6

As periferias urbanas encontram-se, normalmente, exteriores ao perímetro consolidado ou seja, em torno do espaço urbano planeado. Esta, entre outras condições, confere-lhes (...) *um aspeto indefinido, sem unidade nem identidade, que pode vir a corresponder a uma segregação sócio-económica (...)*.<sup>5</sup>

Segundo Domingues, a posição periférica clarifica-se pelo grau de afastamento a um centro, definindo-a não pela densidade ou pela intensidade do interrelacionamento interno ao nível local, mas sim pela dependência, pela subalternidade face às áreas centrais e aos locais de destino dos habitantes-pendulares. Da condição periférica contextualizada num padrão de urbanização que atingiu uma escala alargada, surge o subúrbio como uma das suas variantes. Na sua abordagem, define o subúrbio como um território impreciso e não consolidado, dominado por um crescimento urbano de tipo extensivo e submetido na maior parte das vezes a processos espontâneos de urbanização pouco ou nada regulados por qualquer figura de plano e, quase sempre, caracterizados por níveis muito baixos de infraestruturas básicas.<sup>6</sup> Entre estes e outros aspetos remetem-nos para a ideia de labirinto, de fragmentação e de auto-organização.

Estes perímetros urbanos foram alargando desligados de quaisquer planos sobretudo devido à construção de novas habitações de forma descontrolada e ilegal, as quais são identificadas (no contexto português) por: *Áreas Urbanas de Génese Ilegal (AUGI)*<sup>7</sup>.

Outro conceito relacionado com este fenómeno é o crescimento bipolarizado da cidade que embora seja mais utilizado no Brasil e América Latina, encontra-se

---

<sup>5</sup> Manuel da Costa Lobo, "Planeamento Regional e Urbano", p.67

<sup>6</sup> Álvaro Domingues, "(Sub)úrbios e (Sub)urbanos", p. 5-14

<sup>7</sup> *Áreas Urbanas de Génese Ilegal (AUGI)*, Lei nº 91/95, de 2 de Setembro, Diário da Republica I Série A, nº203, pág. 5542 a 5550

*Consideram-se AUGI os prédios ou conjuntos de prédios contíguos que, sem a competente licença de loteamento, quando legalmente exigida, tenham sido objeto de operações físicas de parcelamento destinadas à construção até à data da entrada em vigor do Decreto-Lei nº 400/84, de 31 de Dezembro, e que, nos respetivos planos municipais de ordenamento de território (PMOT), estejam classificadas como espaço urbano ou urbanizável, sem prejuízo do disposto no artigo 5º. São ainda consideradas AUGI os prédios parcelados anteriormente à entrada em vigor do Decreto-Lei nº 46 672, de 29 de novembro de 1965, quando predominantemente ocupados por construções não licenciadas.* Consultado em <http://dre.pt/pdfgratis/1995/09/203A00.PDF>

associado às fortes desigualdades económicas e sociais. O mesmo é identificado por dois polos opostos: por um lado, a cidade “urbanisticamente correta”, que obedece aos parâmetros e normas, e por outro a “paisagem autoconstruída” da favela, manifesto de sobrevivência de uma classe social que procura estar próxima do território-cidade que a marginaliza.<sup>8</sup>

Entende-se favela como *um espaço destituído de infra-estrutura urbana, água, luz, esgotos, recolha de lixo, sem arruamentos, globalmente miserável, sem ordem, sem lei, sem regras, sem moral*. Encontram-se as mesmas presentes em diferentes sítios geográficos, em planícies, em morros, às margens de rios e lagoas, reunindo algumas centenas de moradores, até alguns milhares (...).<sup>9</sup>

Refletindo sobre este fenómeno urbano em que a cidade cresce segundo dois padrões opostos, entende-se que o mesmo (...) *conjuga uma série de conceitos antagónicos ao processo de planificação urbana. A sua construção é um ato contínuo no tempo, e a obra considera-se sempre inacabada, mas com um resultado mais próximo do abrigar do que do habitar (...)*.<sup>10</sup>

Para além de significarem uma preocupação para os cidadãos, estas áreas preocupam e ocupam o pensamento no dia a dia de urbanistas e equipas de planeamento. Consideram-se as AUGI, ou, as *áreas urbanas de génese ilegal* como uma preocupação constante das autarquias, ressentindo-se em dois tipos de problemas: o despoletar de graves danos no meio ambiente bem como na paisagem, devido ao seu crescimento em “mancha de óleo” constituindo fortemente para a degradação urbanística do território; e em segundo representam uma fonte de tensões sociais, devido às inúmeras reivindicações por parte dos munícipes.<sup>11</sup>

Refletindo sobre a importância e relevância do tema do presente trabalho, o urbanismo informal considera-se como o modo de desenvolvimento dominante nas

---

<sup>8</sup> Nuno Guerreiro De Almeida; Daniela Gomes, “O urbanismo paralelo da autoconstrução de sobrevivência”, pp.28-31

<sup>9</sup> Jailson De Souza e Silva [et al.], “O que é a favela, afinal?”, pp.16, 17

<sup>10</sup> *Idem*.

<sup>11</sup> Ana Martins, “Conceção e Gestão de Instrumentos de Gestão Urbanística para a Requalificação Urbana: Planos de Pormenor em Áreas Urbanas de Gênese Ilegal”.

idades de maior crescimento do mundo. Vivemos numa época em que mais de 30% da nossa população urbana mundial vive em assentamentos informais. Projeta-se que a metade do nosso crescimento urbano futuro seja informal, elevando os atuais um bilhão de moradores de favela para dois bilhões até 2030. *Com o mundo numa grande recessão, o urbanismo informal provavelmente irá expandir-se ainda mais rápido do que o previsto. Apesar desses fatos, a maioria dos arquitetos não trabalha e não sabe como trabalhar nessas áreas. O ensino e a educação irão fracassar se não prepararem a próxima geração de arquitetos para o desafio do urbanismo informal.*<sup>12</sup>

A pobreza surge como um fator diretamente associado e envolvido no processo de criação de barracas, assentamentos precários e bairros de gênese ilegal. Estes bairros podem ser encontrados em várias partes do mundo, estão ligados aos diferentes níveis de pobreza e apresentam uma distribuição não homogênea. Com os dados seguintes podemos compreender claramente a necessidade de tratar e colmatar os défices destas áreas. Segundo o relatório da Un-Habitat<sup>13</sup>, (...) *enquanto se espera que a população global aumente a uma taxa anual de 0.97% ao longo dos próximos 30 anos, a população urbanizada das regiões menos desenvolvidas irá aumentar por volta de 3 por cento por ano (2.67%) (...). Variando entre diferentes países e diferentes cidades, entre 40 e 80% dos moradores urbanos no mundo estão vivendo na pobreza, com muito pouco ou mesmo nenhum acesso a habitação, serviços urbanos básicos e equipamentos sociais.*<sup>14</sup>



Fig. 1 Vista do Mathare slum. Nairobi. Kenva.

<sup>12</sup> Christian werthmann [et al.], eds., “Operações táticas na cidade informal”, p. 34-39

<sup>13</sup> A Un-Habitat constituiu o Programa das Nações Unidas para os Assentamentos Humanos criado em 1978 e integrado na ONU, dedicado principalmente ao desenvolvimento e promoção de cidades sustentáveis. Consultado em <http://unhabitat.org/>

<sup>14</sup> Un-Habitat, “Slums of the world: The face of urban poverty in the new millennium?”, p.12

3 de real3ar ainda, segundo a previs3o, que aproximadamente 858 milh3es de pessoas encontram-se a viver em condi33es de pobreza. Mas esta percentagem distribui-se mundialmente de forma assim3trica, dado que 3frica e 3sia t3m mais de 75% da pobreza urbana do mundo, uma percentagem obtida atrav3s do exerc3cio de contagem de *slums*.<sup>15</sup>

O termo *slums* 3 definido num dos Relat3rios da Un-Habitat, como *toda a variedade de assentamentos informais que representam a cidade “invis3vel”, por vezes omitida em mapas e documentos oficiais e frequentemente fisicamente ocultada pelas autoridades locais por muros coloridos e barreiras. S3o na atualidade claramente uma quest3o fundamental no desenvolvimento do mundo, refletindo sobretudo o pior cen3rio da pobreza e desqualifica3o urbana, f3sica e ambiental*.<sup>16</sup> Por outras palavras ao termo *slum* corresponde *a imagem dos assentamentos informais em que a qualidade das habita33es varia entre a mais simples barraca e a estrutura permanente, onde o acesso 3 3gua, eletricidade, saneamento e outros servi3os b3sicos e infraestrutura tendem a ser limitados*.<sup>17</sup>

A obra *Planet of Slums* de Mike Davis ganha destaque sobretudo pela sua abordagem preocupada com a urbaniza3o informal e com a pobreza e o seu constante aumento a n3vel mundial. De entre os conte3dos da obra, a formaliza3o e o processo de faveliza3o, o empobrecimento das cidades do terceiro mundo e o surgimento e aumento de *slums* numa escala a n3vel mundial ganham destaque. S3o mencionados alguns fen3menos ou mesmo fatores e agentes que geraram maior aumento da pobreza e consecutivamente do crescimento da habita3o ilegal e prec3ria, referenciados segundo as 3pocas e as respetivas geografias. Tamb3m s3o abordados os modos de sobreviv3ncia em cada uma das geografias mais pobres do mundo. No conjunto da obra distingue-se o capitulo intitulado *A Urbaniza3o da Pobreza*, onde o autor fala-nos mundialmente da *pobreza urbana* fazendo uma an3lise hist3rica extensa onde considera os fatores contribuintes e os problemas associados 3 mesma. Procura facilitar o entendimento do mundo complexo da urbaniza3o

---

<sup>15</sup> Un-Habitat, “Slums of the world: The face of urban poverty in the new millennium?”, p.5

<sup>16</sup> *Idem*.

<sup>17</sup> *Idem* Ibidem.

informal, e de forma crítica referencia os fatores que continuam ainda a contribuir para a existência e expansão das áreas de favelas.<sup>18</sup>

Considerando que todos os cidadãos têm direito a viver com qualidade de vida, a qual se traduz na situação de bem-estar físico, mental e social, e na satisfação e afirmação culturais, bem como em relações autênticas entre o indivíduo e a comunidade, compreendendo a influência de vários fatores inter-relacionados.<sup>19</sup> É de todo necessário que se desenvolvam trabalhos que contribuam diretamente para suscitar o interesse e apelar pela urgência destes fenómenos dinâmicos de natureza informal.

## **2.2 Aspetos intrínsecos da formação dos bairros de génese ilegal no contexto da transformação da cidade**

Para o conceito de bairro podem associar-se diferentes imagens que variam de acordo com o seu tipo. Pretendendo clarificar aquele que é tratado no presente trabalho, ou seja, o bairro de génese ilegal, torna-se necessária a referência também ao bairro de habitação social. Ambos têm como propósito comum gerar habitação, mas apresentam um conjunto de aspetos diferentes, resultado das suas géneses. Os bairros de habitação social pressupõem um prévio planeamento, a ocupação ordenada do solo e a projeção cuidada do conjunto da habitação. Nos bairros de génese ilegal, a situação è quase antagónica, onde a ocupação do solo por vezes vai ocorrendo de forma intuitiva, empírica, desordenada, ausente de quaisquer regras de planeamento e por conseguinte também a construção.

Embora fazendo parte das características dos bairros urbanos (considerando aqueles em que a sua natureza acompanha o processo de planeamento urbano, e os que embora não acompanhando todas as fases do processo, foi permitida a sua consolidação ao longo do tempo) referidas na interpretação de Lynch, o carácter homogéneo destas áreas também se pode considerar nos bairros informais e de

---

<sup>18</sup> Mike Davis, "Planet of Slums".

<sup>19</sup> DGOTDU, "Vocabulário do Ordenamento do Território", p.152

gênese ilegal. Segundo o autor podemos também considerar que existe sempre uma linha de separação que distingue a unidade do bairro da sua envolvente, a qual deve ser penetrável criando intervisibilidade entre os dois espaços.<sup>20</sup>

Ainda, segundo a interpretação de Lynch, o reconhecimento do bairro é facilitado quando alguém o vê ou anda por ele. Por sua vez, pode-se evidenciar a importância do bairro quando considerado integrado no contexto urbano, quando constitui uma unidade morfológica e estrutural da cidade, funcionando com certa autonomia mas relacionando-se de forma interdependente.<sup>21</sup>

Não constitui tarefa fácil a definição de assentamento informal ou de bairro de gênese ilegal, mas a sua interpretação foi fundamental para o desenvolvimento do presente trabalho. De forma a compreender melhor estas áreas, podemos distinguir nos bairros de gênese ilegal alguns aspetos intrínsecos na sua formação e essência, diretamente relacionados com questões de âmbito social, político, urbanístico e territorial.

As redes de sociabilidade são uma estrutura bastante relevante para a comunidade do bairro, para as quais, o espaço público tem um papel fundamental. De uma forma geral, a importância desta estrutura frente a outros tipos de recursos individuais, como o capital económico, simbólico ou cultural, varia de acordo com os estratos sociais. Em comunidades com menos recursos as relações sociais tendem a tornar-se mais fortes, uma vez que o nível de dependência também é maior. Não só no caso dos assentamentos informais das cidades latino-americanas, como também noutras geografias, os tipos de sociabilidade e organização que se desenvolveram entre as comunidades funcionam como um apoio e suporte para as mesmas, do ponto de vista do capital social e comunitário.<sup>22</sup>

De entre as questões urbanísticas e político-territoriais que caracterizam estes bairros e assentamentos salientam-se sobretudo, a frequente ilegalidade das construções, e a subdivisão ilegal dos lotes. Desta forma é comum a procura e

---

<sup>20</sup> Kevin Lynch, “A imagem da cidade”, p.78

<sup>21</sup> *Idem.*

<sup>22</sup> Un-Habitat, “Programa de las Naciones Unidas para los Asentamientos Humanos”, p. 10

ocupação de terrenos menos valorizados localizados sobretudo nas zonas periurbanas, ou ainda de espaços desqualificados no contexto de 3reas urbanas consolidadas. *A construç3o simb3lica e afetiva sobre um espaço 3 um direito da exist3ncia do ser humano e quando n3o reivindicado diretamente, faz-se atrav3s de outras lutas, entre elas, a da propriedade, pela posse ou algum tipo de relaç3o com a terra (...). A luta por construir um lugar no mundo com um sentido real de pertença, de apropriaç3o, reconhecimento e valorizaç3o (...).*<sup>23</sup>

O modelo apresentado por Joana Barros na sua tese de doutoramento em Estudos Urbanos apresentada no *The Bartlett, Centre for Advanced Spatial Analysis*, auxilia-nos no entendimento do processo de crescimento urbano gerado no territ3rio, em que as zonas antes definidas como perif3ricas, desaparecem para dar lugar 3 expans3o do tecido da cidade. Embora o seu estudo seja direcionado para as cidades da Am3rica Latina, este fen3meno 3 comum na maioria das grandes cidades. Tamb3m 3 abordado o processo de periferizaç3o, definido *como um tipo de processo de crescimento caracterizado pela expans3o dos limites da cidade atrav3s da formaç3o massiva de assentamentos perif3ricos, que constituem na maior parte dos casos 3reas residenciais de baixa renda. Estas 3reas s3o incorporadas na cidade por um processo de expans3o a longo prazo onde algumas delas s3o integradas no sistema urbano por grupos econ3micos mais altos enquanto os assentamentos de baixa renda continuam a emergir na periferia.*<sup>24</sup>

Tal como se pode observar no esquema da p3gina seguinte, neste processo, o tipo de crescimento resultante 3 caraterizado pela formaç3o de 3reas residenciais geralmente de baixa renda nas periferias das cidades, observando-se um padr3o de din3mica espacial centro-periferia o qual pode vir a ser constantemente reproduzido.

---

<sup>23</sup> Departamento Administrativo de Planeacion, “Programa Mejoramiento Integral de Barrios”, p.80

<sup>24</sup> Joana X. Barros, “Urban Growth in Latin American Cities - Exploring urban dynamics through agent-based simulation”, pp. 36, 37

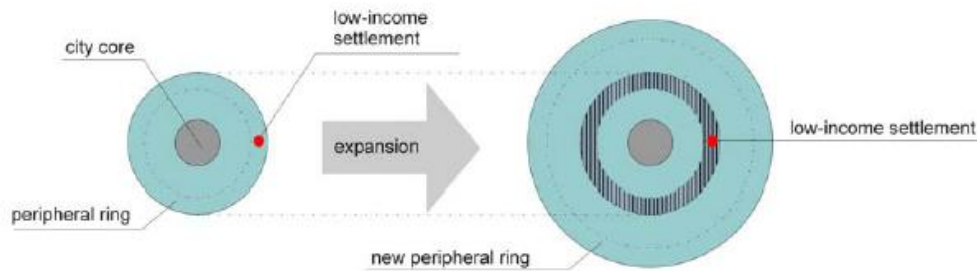


Fig.2 - Esquema de recontextualização de assentamentos de baixa renda.

O processo de *recontextualização*, ou seja, o processo de envolvimento das áreas periféricas e marginais pelo novo crescimento da cidade cria um impacto direto no valor dos solos. Inicialmente os grupos de baixa renda vivem em terras indesejadas pelos outros, onde a falta de investimento faz com que não tenham valor. Mas, com a expansão física da cidade, muitos destes assentamentos periféricos, mais tarde vêm a ocupar uma posição mais estratégica e central na geografia da cidade. Como consequência, ocorre um diferencial de potencial nos valores da terra e um incentivo para o redesenvolvimento.<sup>25</sup> Muitas vezes os assentamentos informais e de construção ilegal precária sofrem o risco e a pressão da sua demolição, sobretudo devido aos fortes interesses imobiliários, diretamente relacionados com o aumento do valor dos seus terrenos.

No contexto português, a consecutiva formação e aparecimento das áreas de construções precárias, dominadas por ações ilegais, levou ao surgimento de conceitos tais como, a *forma clandestina*. Para este, são apontados como problemas: a ausência de infraestruturas básicas, a falta de espaços para equipamentos coletivos e zonas verdes e a incorreta implantação das construções, associadas a uma notória má organização do tecido urbano e dos espaços públicos. Da reflexão acerca das características desta forma e do seu processo evolutivo, é evidente a sua imagem profundamente marcada pelo processo de parcelamento do solo que constitui a regra

<sup>25</sup> Joana X. Barros, “Urban Growth in Latin American Cities - Exploring urban dynamics through agent-based simulation”, pp.34,35

b3sica de ocupaç3o.<sup>26</sup> Ligados a este processo, surgem os conceitos de *bairro clandestino*, *loteamento clandestino* e *loteadores clandestinos*. Numa perspetiva jur3dica o *bairro clandestino* 3 aquEle lugar sem licençA de loteamento, urbanizaç3o ou construç3o.<sup>27</sup> *Loteamento clandestino constitui o solo r3stico parcelado para construç3o sem alvar3 de loteamento; aç3o especulativa e fraudulenta: vende-se como lote para construir, resulta num produto onde n3o se pode construir legalmente e que n3o tem as infraestruturas exigidas pela lei. Ainda os loteadores clandestinos s3o agentes da transformaç3o fundi3ria do solo, formando novos aglomerados em terrenos r3sticos sem qualquer plano.*<sup>28</sup>

Pelo fato referido anteriormente, uma vez que os habitantes n3o t3m t3tulo de pertença do lugar que ocupam ou porque se encontram em zonas de risco, os moradores destas 3reas vivem tamb3m a insegurançA de estarem sujeitos e expostos a erradicaç3es forçadas.<sup>29</sup> Uma vez que n3o possuem t3tulo de propriedade, em que a ocupaç3o dos terrenos 3 feita de forma ilegal e consecutivamente como em muitos casos, tamb3m a construç3o, faz com que estejam dependentes das decis3es de ordem estatal, onde muitas vezes 3 considerada como soluç3o a demoliç3o completa do assentamento.

Por sua vez, um bairro 3 identificado pelos seus pr3prios habitantes como uma unidade distingu3vel pois estes s3o aqueles que melhor reconhecem as fronteiras ou marcas dessa unidade. O envolvimento da populaç3o na pr3pria construç3o do espaço para habitar, gera padr3es de conviv3ncia baseados na confiançA, estabelece redes sociais 3mpares de uni3o e coletivismo e desenvolve o sentimento de pertença, criando como que um efeito de “ilha”. Para este efeito contribuem tamb3m os atos de marginalizaç3o, ou os sentimentos de exclus3o socio-espacial, uma vez que, embora os

---

<sup>26</sup> Julia Reis, “Ocupaç3o clandestina”.

<sup>27</sup> Teresa Barata Salgueiro, “Lisboa, Periferia e Centralidades”.

<sup>28</sup> Maria Jo3o Freitas, “Iniciativa Bairros Cr3ticos, Programas de Intervenç3o, 3 experi3ncias Piloto”, [online].

<sup>29</sup> Un-Habitat, “Programa de las Naciones Unidas para los Asentamientos Humanos”, p. 20

habitantes do bairro utilizem o espaço para al3m dos seus limites, n3o 3e tao comum os habitantes da cidade utilizarem o espaço do bairro.<sup>30</sup>

Destaca-se a exist3ncia de um capital social de bairro, entendido como as estruturas que formam as associaç3es e a capacidade do grupo de gerir decis3es e objetivos comuns. No bairro constr3i-se uma *identidade territorial*, como uma entidade viva, fundada por relaç3es de parentesco e vizinhança tecidos pela perman3ncia e conhecimento m3tuo ao longo de geraç3es. Neste processo tamb3m interv3m os significados que os habitantes d3o ao bairro, como marcas que permitem um processo de apropriaç3o coletiva que personaliza o bairro. Este processo d3-se pela apropriaç3o e identificaç3o subjetiva de componentes f3sico-espaciais como uma praça, uma rua, uma esquina ou com3rcios. A apropriaç3o tamb3m sublinha a necessidade de ra3zes, ou seja, de ter refer3ncias sociais e espaciais.<sup>31</sup>

As relaç3es de sociabilidade e vizinhança (...) s3o *uma defesa e apropriaç3o natural do espaço e um fator fundamental para reverter as condiç3es ambientais e f3sicas desfavor3veis*. As quest3es de exclus3o, a vulnerabilidade de alguns bairros e os seus problemas de segurança, afetam diretamente o bairro e o desenvolvimento das suas comunidades.<sup>32</sup>

A quest3o do estigma social relaciona-se sobretudo com a natureza do bairro. Quando, o mesmo (...) *apresenta condiç3es de vida incompat3veis com os padr3es m3nimos da sociedade, ou quando se desenvolvem problemas de comportamento fora das normas sociais dominantes (...), constituindo-se como um risco e contribuindo como impacto negativo sobre o resto da cidade*.<sup>33</sup> Visto aos olhos de quem permanece no seu exterior o bairro 3e geralmente desvalorizado, interiorizando-se uma imagem fortemente negativa e estigmatizante, indutora de um sentimento de insegurança, desvalorizam-se as suas carater3sticas urban3sticas (positivas ou negativas) e

---

<sup>30</sup> Operaç3o Cova da Moura, Iniciativa Bairros Cr3ticos, pg.5, 6

<sup>31</sup> Un-Habitat, "Programa de las Naciones Unidas para los Asentamientos Humanos, "Guia para la Prevenci3n en Barrios", p.10

<sup>32</sup> *Idem*.

<sup>33</sup> *Idem* Ibidem., p.20

sobrevalorizam-se as características sociais negativas associadas à existência de marginalidade e de pobreza.<sup>34</sup>

*(...) À privação de rendimentos e às deficientes condições de alojamento juntam-se maiores dificuldades de sucesso escolar, menos oportunidades em termos de formação e de emprego, dificuldades de acesso a serviços, num processo que tende a agravar-se e a implicar uma ruptura dos laços sociais. (...)*<sup>35</sup> Todos estes aspetos contribuem para a questão do estigma social que na maioria dos casos envolve estes bairros.

Nalguns casos, pobreza, exclusão<sup>36</sup> e marginalização são conceitos que estão diretamente associados aos assentamentos de génese ilegal e aos modos de vida dos seus habitantes. Salgueiro aborda o conceito da marginalização na perspetiva do processo de produção do espaço urbano, para o qual considera três dimensões, *(económica, social e territorial)*. Define marginalização como sendo o afastamento em relação a uma norma, associando-lhe: carência, desqualificação e perda. Na marginalização social, considera a perda de afetos entre os indivíduos, perda ou dificuldade nas relações sociais e nos empregos; já na marginalização dos territórios considera a desvalorização dos lugares assim como a perda de investimentos associada aos mesmos. Segundo a autora, o conceito de marginalidade pode estar associado às más condições do habitat, à localização periférica, ao deficiente serviço de transportes e aos maus ambiente físico ou social do bairro e à sua imagem desvalorizada.<sup>37</sup>

---

<sup>34</sup> Julia Reis, “Ocupação clandestina”.

<sup>35</sup> Teresa Barata Salgueiro, “Marginalidades e Exclusão”, p.4

<sup>36</sup> *(...) A expressão exclusão social foi lançada em 1974 num livro de R.Lenoir (...)*, cit. em: Teresa Barata Salgueiro, “Marginalidades e Exclusão”, p.4

<sup>37</sup> Teresa Barata Salgueiro, “Globalização e Reestruturação Urbana”, p.81-90

### 2.3 Formas associadas a uma rápida expansão urbana – Génese e evolução dos assentamentos informais no território português

Uma vez intrínseco no âmbito do estudo da presente dissertação e definido como um dos objetivos do trabalho, pretende-se no contexto nacional entender de que forma e que fenómenos levaram à formação e desenvolvimento dos bairros de génese ilegal.

A procura de um espaço para habitar, as políticas governamentais e a ocupação de áreas periféricas são aspetos que se encontram interligados e presentes nesta questão. Na crítica de Portas acerca do Planeamento urbano no âmbito nacional onde se incluem também as áreas marcadas pela ocupação ilegal e informal, destaca-se a seguinte afirmação: *Sem planos primeiro, com anteplos depois e com PDM's até agora (e obviamente com loteamentos fora dos perímetros desses planos). E isso resulta do facto de em Portugal a metropolização ter ocorrido com a sobreposição de três fases clássicas dos processos de urbanização: primeiro, a concentração urbana, com a urbanização em mancha de óleo, depois, a suburbanização, já numa segunda conquista para além dos perímetros; mais tarde, desurbanização difusa legal e ilegal, e por fim, uma reurbanização, (...) com a nova cultura do centro, da cidade consolidada, embora com um efeito gravíssimo, que é o de nunca se dizer o que se faz entretanto à outra, à não consolidada. Continuando (...) sem saber o que fazer às periferias (...).*<sup>38</sup>

Salgueiro, através do seu trabalho de pesquisa relativo às dinâmicas urbanas e à produção do espaço urbano, pôde concluir que, a quase ausência de planeamento urbano e a diminuta intervenção pública no território são, embora não constituindo os únicos motivos, em parte, responsáveis pelo crescimento espontâneo desregulado.<sup>39</sup>

A construção e a ocupação ilegal do território são aspetos diretamente relacionados com a génese e crescimento dos assentamentos informais, e na maior

---

<sup>38</sup> Nuno Portas, "Urbanismo e Ordenamento do Território: Balanço dos anos 1970-2000".

<sup>39</sup> Teresa Barata Salgueiro, "Lisboa, Periferia e Centralidades", p.50-54

parte das vezes responsáveis pelas alterações irreversíveis que causaram no espaço e na paisagem urbana.

Pretende-se compreender a nível nacional que fatores levaram ao surgimento e expansão dos assentamentos ilegais, como variaram as diferentes soluções encontradas para um mesmo objetivo comum, de encontrar uma habitação compatível com o orçamento de cada família, e de que forma este fenómeno contribuiu para a criação do espaço urbano. Desta forma, identificam-se os dois tipos diferentes de ocupação e correspondentemente as duas das zonas que foram mais marcadas por este tipo de construção e ocupação, nomeadamente os bairros de barracas na Área Metropolitana de Lisboa e as *Ilhas* na cidade do Porto.

Os primeiros bairros de construções clandestinas surgiram na década de 30 e 40, maioritariamente na periferia de Lisboa, Setúbal e Évora mas ainda com um desenvolvimento relativamente circunscrito.<sup>40</sup> No contexto de uma época marcada por graves desequilíbrios económicos, estes bairros ofereciam alojamento barato.<sup>41</sup>

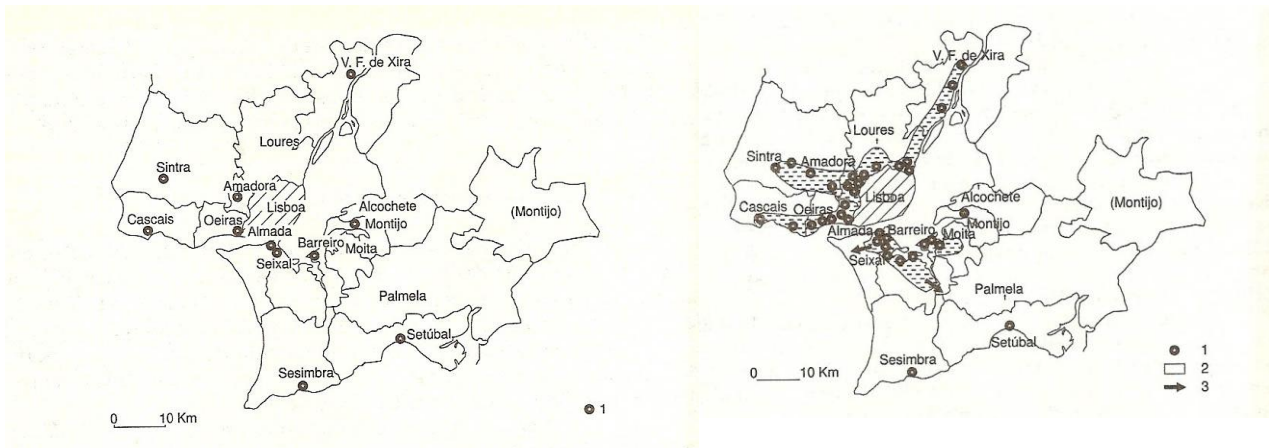
Foi a partir dos anos 50 que se verificou o aumento populacional que levou ao crescimento explosivo da zona suburbana da cidade de Lisboa. Entre os anos de 1955 e 1974 partiram 1,6 milhões de emigrantes sobretudo para a Europa. Esta forte emigração e a situação gerada pela guerra colonial provocaram a falta de mão-de-obra no país e a partir dos finais da década de 60, Lisboa começou a receber cabo-verdianos e outros povos oriundos das antigas colónias africanas. Em 1981 dos quase 2,5 milhões de habitantes da AML apenas um pouco mais de metade aqui tinha nascido, uma vez que o resto da população era natural de outras regiões do continente, das ex-colónias, e de outros países estrangeiros, na sua maioria emigrantes de segunda geração entretanto regressados a Portugal. Foi sobretudo a partir dos anos 60 que se assistiu ao desenvolvimento urbanístico para o exterior dos limites da área urbana consolidada.<sup>42</sup>

---

<sup>40</sup> Júlia Reis; Teresa Caiado, “Ocupação clandestina”, p.57

<sup>41</sup> Júlia Reis; Teresa Caiado, “Plano de Pormenor de Reconversão – ousar usar a imaginação”, p.57

<sup>42</sup> Teresa Barata Salgueiro, “Lisboa, Periferia e Centralidades”, p.51-56



**Legenda:** 1 Lugares com 5mil e mais habitantes, 2 Eixos suburbanos, 3 Progresso da urbanização

Fig. 3 - A formação metropolitana: anos 40, uma cidade com subúrbios.

Fig. 4 - Anos 50 aos 70, a cidade metropolitana.

O aumento do valor dos imóveis e o crescimento das necessidades de alojamento levaram à proliferação de soluções marginais e à expansão da mancha construída. Desenvolveram-se núcleos suburbanos de tipo dormitório com deficientes equipamentos e muitas carências em termos de comércio e de serviços. Neste período, os transportes rodoviários e ferroviários impulsionaram o crescimento de uma coroa suburbana (Amadora, Cacém, Damaia) que alojou uma parte considerável da população trabalhadora da cidade e contribuíram na expansão da mancha urbana na zona Norte da Área Metropolitana de Lisboa.<sup>43</sup> *Na última década do século Lisboa mudou muito, alterou-se a geografia social e a cidade fragmentou-se.*<sup>44</sup> Nas figuras 4.1 e 4.2 podemos observar o processo evolutivo e a expansão das áreas suburbanas que contribuiu para a formação da Área Metropolitana de Lisboa.

Mas este tipo de urbanização apoiada sobretudo no parcelamento do solo, mostrou aspetos menos positivos, como a ocupação de solos impróprios para construção, pondo por vezes em risco equilíbrios ecológicos, ausência de infraestruturas básicas, a falta de espaços para equipamentos coletivos e zonas verdes

<sup>43</sup> *Idem.*

<sup>44</sup> *Idem Ibidem., p.55*

e a incorreta implantação das construções levando à má organização do tecido urbano e dos espaços públicos.<sup>45</sup>

Considera-se que, a nível nacional, este tipo de ocupação também referida anteriormente como urbanização clandestina, surgiu como resposta a três aspetos fundamentais: a procura de terrenos para investimento de pequenos capitais e poupanças familiares, proporcionando o acesso à propriedade urbana; a procura de alojamento por parte dos estratos sociais de menor capacidade económica, proporcionando casa de renda acessível e a procura de terrenos para construção de casa própria em moradias unifamiliares, proporcionando terrenos baratos para autoconstrução.<sup>46</sup>

A capacidade de resposta das iniciativas públicas face à crescente procura de habitação considerou-se muito pouco expressiva, pois num primeiro período, não contribuiu para o decréscimo da população a viver em barracas nem para a melhoria das suas condições de habitabilidade.<sup>47</sup> Em 1969 foi criado um organismo destinado a centralizar a promoção de habitação por parte do Estado: o Fundo de Fomento da Habitação (FFH). Este programa levou à produção de conjuntos habitacionais de grande dimensão e embora não tenha conseguido inverter nem travar as graves carências no âmbito da habitação, ofereceu alojamento a uma parte da população da cidade de Lisboa nos 12800 fogos construídos na década de sessenta.<sup>48</sup> Por outro lado estes projetos foram negativamente criticados. A implantação destes conjuntos na periferia (em parte influenciada pelas ideias da “cidade funcional”) levou ao aumento da segregação social que avançou para os subúrbios da cidade.<sup>49</sup> Estes conjuntos habitacionais destinavam-se ao realojamento (visto como a única solução) dos moradores das barracas, mas na maioria dos casos o que aconteceu foi o

---

<sup>45</sup> Júlia Reis; Teresa Caiado, “Plano de Pormenor de Reconversão – ousar usar a imaginação”, p.57, 58

<sup>46</sup> *Idem.*

<sup>47</sup> (...) São criadas diversas modalidades de “habitação social” que privilegiam os modelos de edificações unifamiliares ou geminadas com pequeno jardim que dão origem a pequenos bairros em pontos afastados da cidade. (...) Estes fogos destinaram-se a funcionários públicos e membros das forças de segurança não contemplando a população que vivia em barracas (...) cit. em Teresa Barata Salgueiro, “Lisboa, Periferia e Centralidades”, p.57

<sup>48</sup> Teresa Barata Salgueiro, “Lisboa, Periferia e Centralidades”, p.54

<sup>49</sup> *Idem.*, p.55

descontentamento e revolta da população que de um momento para o outro se viu a morar num espaço que não era o seu e que não apresentava as condições e o carácter sobretudo de vizinhança que o antigo lhes oferecia, acentuando a marginalidade destas zonas.

Posteriormente como resposta às consequências negativas dos realojamentos, às reivindicações da população e ao aumento da segregação das periferias, surge após o 25 de Abril de 1974, o programa SAAL. A sua curta duração não deixou de refletir os seus principais objetivos, dos quais se destaca o realojamento das populações *in situ* evitando as ações de expulsão das famílias pobres para bairros sociais da periferia.<sup>50</sup> Este programa pode ser consultado mais à frente, uma vez que, constitui um dos casos de estudo analisados na segunda parte da presente dissertação.

O reconhecimento do impacto e das alterações que os assentamentos informais e os bairros ilegais causavam no território e na sociedade juntamente com o seu rápido crescimento, levou a que se pensassem algumas propostas, em Programas e Planos como por exemplo, em 1977, o *Plano de atuação sobre as áreas de Construção clandestina*<sup>51</sup>. Este, entre outros, embora possam ter contribuído para minimizar o problema da construção ilegal e da necessidade de habitação oferecendo novas habitações, as suas propostas não foram consideradas na totalidade como soluções exemplares. Uma vez que, tal como já referido anteriormente, foram identificados aspetos menos positivos, a destruição do antigo lugar habitado pelas populações menos favorecidas, assim como, a sua deslocação e realojamento em bairros de habitação social noutras zonas menos qualificadas, e mais distantes do núcleo urbano onde encontravam seus postos de trabalho. E ainda, por vezes impondo-lhes até uma tipologia habitacional que em nada se relacionava com a sua anterior, exigiram o repensar de novas soluções e alternativas de intervenção para estas áreas.

---

<sup>50</sup> *Idem.*

<sup>51</sup> Definidas como *aquelas onde se verifica uma percentagem elevada de construções efetuadas sem licença legalmente exigida, incluindo as realizadas em terrenos loteados sem a respetiva licença. (...) Carência de infraestruturas, falta de espaços públicos e de zonas para localização de equipamentos, carácter precário e não organizado dos arruamentos, falta ou deficiência da recolha de lixos e insuficiência em termos de transportes públicos.* Júlia Reis e Teresa Caiado, “Ocupação clandestina”.

Antes de passarmos ao próximo ponto referente ao tema das *ilhas*, podemos concluir que, em parte, a proliferação da marginalidade através das barracas e dos bairros clandestinos nas zonas periféricas na cidade de Lisboa e, a imagem urbanística desordenada resultante, devem-se sobretudo a fatores como, os bloqueios de mercado<sup>52</sup>, a incapacidade de aquisição de casa por parte da população com menos posses, à inexistência de uma política de habitação, à incapacidade da administração pública de planear e de controlar a transformação do uso do solo e à inexistência de instrumentos estruturantes capazes de integrar esse crescimento urbano.<sup>53</sup>

### As Ilhas na cidade do Porto

No século XIX, o processo de industrialização na cidade do Porto e a emigração de população do campo para a cidade, levaram a uma grande procura de habitação e destacaram-se como fatores determinantes para o desenvolvimento das *ilhas*. Relativamente à sua localização, as maiores concentrações desta forma habitacional, situavam-se próximo das principais áreas industriais.<sup>54</sup> *A maior parte das ilhas foram construídas entre 1864 e 1900, representando cerca de 63% do volume total de construções neste período (...) sendo cerca de 50% construídas entre 1878 e 1890 (...)* como resposta da população de estratos sociais mais baixos à necessidade de habitação.<sup>55</sup> As *ilhas*, ou este tipo de alojamento, que ainda hoje faz parte do espaço construído da cidade (apesar de todas as medidas tomadas visando a sua extinção/recuperação conforme a política urbanística vigente), é cartografado pela primeira vez no mapa de Silva Telles, à escala 1:5000, publicado em 1892.<sup>56</sup>

A população operária aumentou juntamente com a expansão da indústria portuense, instalando-se nas *ilhas*, no interior dos quarteirões, na periferia central,

---

<sup>52</sup> A oferta de habitação social era expressa apenas pelos modelos dos grandes conjuntos habitacionais já bastante criticados pelas suas características. Cit. em Teresa B. Salgueiro, “Lisboa, Periferia e Centralidades”, p.49

<sup>53</sup> (...) *Uma vez que o planeamento em vigor até à data destes concelhos se remetia somente ao Plano de Urbanização da Costa do Sol, incidindo apenas ao longo da Costa Litoral entre Lisboa a Cascais e negligenciando todo interior dos seus concelhos (...)*. Cit. em: Teresa Marat-Mendes, “Os aspetos morfológicos da periferia urbana portuguesa. Um contributo para a construção de um modelo de crescimento urbano sustentável”, p.6

<sup>54</sup> Manuel C. Teixeira – “Habitação Popular na cidade Oitocentista - As Ilhas do Porto”, p. 185

<sup>55</sup> *Idem.*

<sup>56</sup> *Idem* Ibidem.

fazendo parte do retrato da cidade oitocentista mas intensificando-se, no último quartel do século XIX e nas duas primeiras décadas do século XX. A localização das *ilhas*, escondidas nas traseiras de habitações da classe média burguesa e construídas em lotes urbanos longos, nas áreas urbanas consolidadas datadas da primeira metade do séc. XIX, resultou também de um declínio na procura deste tipo de habitação e da resultante degradação física e social destes bairros.<sup>57</sup>

As *ilhas* surgem como uma solução ajustada às condições da oferta. A construção era possível com um capital reduzido, as características construtivas implicavam também um fraco investimento uma vez que os novos fogos resultavam da divisão do espaço já existente e do aproveitamento das paredes principais do edifício, e em pouco tempo, dada a grande procura de habitação económica, o capital investido poderia ser facilmente reembolsado. Este tipo de alojamento foi também marcado pelo parcelamento regular preexistente, (em lotes com 25 palmos, ou seja, com 5,5 ou 6 metros de frente, podendo atingir os 100 metros de profundidade), planeado a partir de finais do séc. XVIII nas novas áreas de expansão urbana.<sup>58</sup>

A população das *ilhas* era composta sobretudo por trabalhadores industriais das mais variadas áreas mas com recursos económicos muito baixos.<sup>59</sup> Estas casas eram maioritariamente arrendadas, já que apenas as classes sociais mais elevadas possuíam casa própria. Descrevendo a sua forma mais simples, (...) *as ilhas consistiam em filas de pequenas casas de um só piso, construídas nos quintais das habitações da classe média, com acesso à rua somente através de estreitos corredores sob estas habitações burguesas, construídas à face da rua (...) Por vezes, este tipo de habitação era construído independentemente das casas da classe média; nestes casos, as ilhas ocupavam parcelas inteiras de terreno, dando para a rua (...)*<sup>60</sup>. Em anexo encontram-

---

<sup>57</sup> Manuel C. Teixeira, “Habitação Popular na cidade Oitocentista - As Ilhas do Porto”, p.15-18

<sup>58</sup> *Idem.*, p.31-34

<sup>59</sup> (...) *Relativamente à população que ocupava as ilhas e de acordo com um estudo efetuado em 1914, a população das ilhas incluía trabalhadores industriais, particularmente ligados à fiação e tecelagem, além de outras profissões bastante variadas como polícias, soldados, empregados do comércio, sapateiros, carpinteiros, pedreiros, lavadeiras e vendedores ambulantes (...)*. Cit. em Manuel C. Teixeira, “Habitação Popular na cidade Oitocentista - As Ilhas do Porto”, p.40

<sup>60</sup> *Idem.*, p.1,2

se duas figuras onde é possível comparar as diferenças e variações nos vários tipos de construção das *ilhas*.

Neste tipo de construção, (...) *o espaço privado, praticamente não se distingue do espaço público, uma vez que a ilha é, sobretudo, um espaço coletivo e fechado sobre si mesmo. Os espaços comuns (logradouros, corredores, poço, retretes, etc.) facilitam um espírito de comunidade, alicerçado em intensas relações de vizinhança (...). A exiguidade do alojamento reforçava a utilização dos espaços comuns, como prolongamento do espaço doméstico, intensificando a partilha e as relações já referidas.*<sup>61</sup>

Em resposta às necessidades habitacionais, também na cidade do Porto, foram-se construindo os bairros de realojamento desde a entrada em vigor do chamado Plano de Melhoramentos, instituído pelo Decreto-lei 40616, de 28 de maio de 1956. Este decreto visava sobretudo a resolução do problema das condições habitacionais no centro da cidade (sobretudo a densificação dos espaços e as condições de insalubridade) e previa a execução de um programa, cofinanciado pelo Estado e pela Câmara Municipal, de construção de cerca de seis mil fogos. Após a atualização deste plano, o Presidente da Câmara Municipal do Porto solicitou a realização de planos parciais para criar verdadeiramente as zonas de expansão. Foi então elaborado um plano de distribuição das inserções habitacionais periféricas para os bairros de realojamento. Em 1960, estavam construídos 1357 fogos distribuídos por cinco bairros e ainda 702 em construção, distribuídos por quatro outros bairros. O baixo padrão construtivo e espacial imposto na concretização destas habitações, desprovidas de água quente e revestidas com paredes simples de tijolo – contribuíram na sua precoce degradação. No princípio dos anos setenta as condições habitacionais dos edifícios dos bairros do Plano de Melhoramento já estavam muito longe de ser perfeitas. Os seus moradores, maioritariamente oriundos das *ilhas* começaram a manifestar a sua indignação e insatisfação, revoltados com a demolição das *ilhas* e deslocamento do centro da cidade pelas iniciativas de realojamento para os blocos plurifamiliares na periferia da cidade. Com o surgimento do programa SAAL, (referido com maior

---

<sup>61</sup> Manuel C. Teixeira, “Habitação Popular na cidade Oitocentista - As Ilhas do Porto”, p. 185.

pormenor mais à frente na parte dedicada aos casos de estudo), os habitantes das *ilhas* receberam o apoio necessário para se poderem manter nos seus locais de residência tradicionais e efetuar as melhorias necessárias nas suas habitações.<sup>62</sup>

De um modo geral, ao conhecer as soluções encontradas para responder às questões das áreas habitacionais precárias e neste caso das *ilhas* na cidade do Porto, entende-se que as soluções encontradas são o resultado da consciência e dos interesses políticos e sociais da época. Pois tal como é referido por Bandeirinha, quando a Câmara Municipal decidiu pôr cobro a esse tipo de ocupação (as *ilhas*), fê-lo com o objetivo de acabar com a insalubridade, “foco de imunidade e doença”, mas também com a consciência da necessidade de proceder à remodelação urbanística das respetivas áreas e beneficiação dos prédios que viriam a substituir as habitações e o espaço das *ilhas*.<sup>63</sup>

Refletindo sobre esta época, marcada por grandes carências no campo da habitação, o realojamento foi a ação que ganhou maior destaque no sentido de encontrar uma solução adequada para responder aos problemas que afetavam a sociedade. Por outro lado, por entre causas económicas e sociais, responsáveis pela exclusão social, Salgueiro inclui também as causas urbanísticas, decorrentes das políticas e das formas de produção e organização do espaço com reflexos diretos ou mais indiretos, na produção de marginalidades sociais e económicas.<sup>64</sup> Segundo Portas, (...) *se os bairros de lata, as ilhas ou as casas velhas sobreocupadas excluía[m] pela precaridade dos abrigos e menos das localizações, já os novos bairros periféricos posteriores excluía[m] pela precaridade da urbanização e da localização (...)*.<sup>65</sup>

Embora se afirme que de um modo geral o realojamento se tenha traduzido de forma positiva na melhoria substantiva das condições habitacionais e de vida<sup>66</sup> dos moradores dos assentamentos informais, barracas, bairros ilegais, e das *ilhas*, os seus

---

<sup>62</sup> Manuel A. Correia Teixeira, “Do entendimento da cidade à intervenção urbana. O caso das «Ilhas» da cidade do Porto”, pp. 86-88

<sup>63</sup> José António Bandeirinha “O Processo SAAL e a Arquitetura no 25 de Abril de 1974”, p.99

<sup>64</sup> Salgueiro, Teresa Barata - “Globalização e Reestruturação Urbana”, p.35-40

<sup>65</sup> Nuno Portas, “Os tempos das formas”, p.197

<sup>66</sup> Isabel Guerra, “Grupos Sociais, formas de habitat e estrutura do modo de vida”, p.118-128

aspectos menos positivos foram rapidamente identificados, e este, que foi definido como solução, levou à perda das raízes e à mudança dos hábitos dessas comunidades.

*(...) A alteração do modelo de habitat, de um modelo «moradia» (leia-se barraca) de apropriação «rural» do espaço para um modelo de apartamento que apela a um modelo urbano de sociabilidade levou ao enfraquecimento das redes de vizinhança e das formas de vida social local. O enfraquecimento e destruição das redes de vizinhança, um fechamento no fogo e o aumento do sentimento de insegurança foram os traços definidores daquela nova sociedade urbana.<sup>67</sup>*

Ainda que, os movimentos ecologistas que se dissipavam pela Europa desde os anos 70, assim como o desenvolvimento do conceito de sustentabilidade tenham despertado o interesse pela reabilitação urbana e levado à reutilização de muitas áreas antes desqualificadas, a sua influência, não chegou a causar no âmbito governamental uma mudança significativa na forma de tratamento das áreas de construção ilegal e na criação de outras soluções que não passassem sobretudo pelo realojamento. Entende-se em parte, como já referido anteriormente, a falta ou insuficiência de ordenamento como um aspeto contribuinte na proliferação da construção ilegal, mas também outros fatores foram igualmente importantes, entre eles, a falta de oferta de habitação coerente com os diferentes orçamentos familiares.<sup>68</sup> Carvalho considera, esta última, uma questão cultural, económica, social e política que obedece a uma lógica de mercado e a ciclos de vida e que não pode ser resolvida apenas ao nível do ordenamento.<sup>69</sup>

---

<sup>67</sup> Isabel Guerra, "Grupos Sociais, formas de habitat e estrutura do modo de vida", p.123

<sup>68</sup> Salgueiro, Teresa Barata - "Globalização e Reestruturação Urbana", p.35-40

<sup>69</sup> Jorge Carvalho, "Ordenar a cidade", p.169, 170

## 2.4 O papel do Arquiteto Paisagista no desenho do espaço livre

*Esta noção, tantas vezes esquecida, de que o espaço que separa – e liga – as formas é também forma, é noção fundamental, pois é ela que nos permite ganhar consciência plena de que não há formas isoladas e de que uma relação existe sempre, quer entre as formas que vemos ocuparem o espaço, quer entre elas e o espaço que, embora não vejamos, sabemos constituir forma – negativo ou molde – das formas aparentes.*<sup>70</sup> Refletindo sobre o entendimento do espaço público livre, podemos relaciona-lo diretamente com o conceito de *espaço não-edificado*, compreendido como aquele que se opõe ao espaço construído.<sup>71</sup> Por outras palavras, o espaço público livre pode ser definido de duas formas distintas, uma em que os edifícios são os elementos protagonistas na sua definição e outra em que ele próprio constitui a estrutura da composição urbana, definida pelos elementos do espaço livre: ruas, praças, e outros espaços não construídos. Estes últimos são responsáveis por organizar e disciplinar a disposição do edificado. De acordo com o processo de planeamento urbano, no desenvolvimento dos projetos procura-se dar igual importância tanto ao espaço público livre como ao espaço destinado à edificação, procurando o equilíbrio entre os mesmos. Este processo racional não acontece na formação dos bairros informais e de gênese ilegal, onde pelo contrário, o espaço destinado à edificação prevalece sobre o outro, podendo-se definir este último como o remanescente das ações e lógicas de edificação.

Voltando aos espaços públicos planeados, de ente os mesmos, distinguem-se as praças e os largos, como lugares de encontro, de lazer e (...) *de escape dentro do contexto urbano, onde devem oferecer as condições de forma a atrair a população, a garantir o conforto e a proporcionar o bem-estar dos indivíduos.*<sup>72</sup>

O espaço público livre tem um papel preponderante enquanto espaço sociável, onde se desenvolvem importantes ações de partilha e interação entre os moradores

---

<sup>70</sup> Fernando Távora, “Da Organização do Espaço”, p.12

<sup>71</sup> Ricardo Luís Rosal, “Os Espaços Públicos Centrais na Estruturação Urbana do Recife”, p.13

<sup>72</sup> Francisco Serdoura, “As dimensões do Espaço Urbano Público”, pp.149-156

do bairro ou dos bairros vizinhos, tendo a capacidade de proporcionar a ligação entre o meio e os vários utentes ou visitantes.<sup>73</sup> Este espaço deve ser lugar de encontro, de comércio, de circulação, de recreação e de vida pública.

O conjunto dos diversos espaços públicos formam uma rede continua e constituem referenciais da cidade, com identidade própria e que, pela sua diversidade resultante do suporte físico, das funções que lhe estão associadas, da sua própria arquitetura e valor patrimonial que encerram ou da sua mera configuração e dimensão são enriquecedoras do território urbano.<sup>74</sup>

*O espaço é um dos maiores dons com que a natureza dotou os homens (...).*<sup>75</sup> Mas devido à sua complexidade, qualquer intervenção e interpretação exige que se compreenda necessariamente segundo os âmbitos: urbanístico, político e cultural.

*Ao nível urbanístico (...) o espaço público não é o espaço residual entre o que está a ser construído e o espaço viário. Há que considera-lo elemento ordenador do urbanismo (...). É o espaço público que pode organizar um território capaz de suportar diversos usos e funções e que tem a maior capacidade de criação de lugares. Deve ser um espaço da continuidade e da diferenciação, ordenador do bairro, articulador da cidade, estruturador da região urbana.*<sup>76</sup>

*Politicamente este é o espaço de expressão coletiva, da vida comunitária, do encontro e da inter-mudança quotidianos. Infraestruturas e realizações arquitetónicas são suscetíveis de um tratamento urbanístico que gera espaços de transição, que contribui para a criação de espaços de uso coletivo. (...) Mas há outra dimensão política do espaço público: a dos momentos comunitários fortes, de afirmação ou de confrontação, a das grandes manifestações sociais ou dos cidadãos. A cidade exige grandes praças e grandes avenidas (...), noutra escala, nos seus bairros, nos quais possam ter lugar grandes concentrações urbanas.*<sup>77</sup>

---

<sup>73</sup> António Leite Ramalho, “Urbanismo – Retratos Urbanos”, p.10

<sup>74</sup> *Idem.*

<sup>75</sup> Fernando Távora, “Da Organização do Espaço”, p.27

<sup>76</sup> Pedro Brandão; Antoni Remesar, “Espaço Público e a Interdisciplinaridade”, p. 84, 85.

<sup>77</sup> *Idem.*

Por último, ao nível cultural *a monumentalidade do espaço público expressa e cumpre diversas funções: referência urbanística, manifestações da história e da vontade do poder, símbolo de identidade coletiva (...) é um dos melhores indicadores dos valores urbanos predominantes. A dimensão cultural do espaço público não se limita à monumentalidade e aos espaços não construídos, mas também ao conjunto dos edifícios, equipamentos e infraestruturas da cidade. As formas transmitem sempre valores, a estética é também uma ética. Menosprezar o espaço público, (...), a sua adequação aos gostos e às aspirações dos diferentes setores da população para além da sua função específica é, deixar de lado as pessoas e contribuir para o avanço dos processos de exclusão.*<sup>78</sup>

Hoje o papel do espaço livre urbano, assim como a natureza e o conteúdo da interação social que nele tem lugar varia com a classe, grupo étnico, idade, estruturas e tipo de especialização funcional do bairro onde se localiza. Os espaços públicos livres devem ser acessíveis a todos, independentemente da idade, capacidades, origens ou classe social. Estes mesmos espaços, devido às suas variadas características podem apresentar uma grande diversidade ambiental e espacial.<sup>79</sup>

A utilização do espaço público é um direito de todos e por isso no projeto do mesmo deve valorizar-se o peão e considerar-se todas as condições de conceção e acessibilidade para que todos o possam usufruir.

O espaço público da cidade é também o espaço quotidiano e por isso o seu uso deve ser garantido considerando um aspeto fundamental, a diversidade de usos, funções e de usuários. Relativamente à dinâmica urbana considera-se o espaço público como elemento determinante da forma da cidade, e por isso é-lhe atribuído o papel de ordenador da estrutura urbana e do urbanismo. Mas uma vez que a estrutura urbana e o espaço público se condicionam mutuamente, os mesmos devem responder a conceções compatíveis.<sup>80</sup>

---

<sup>78</sup> *Idem* Ibidem.

<sup>79</sup> Francisco Serdoura, “As dimensões do Espaço Urbano Público”, pp.149-156

<sup>80</sup> Jordi Borja; Zaida Muxi, “El espacio público: ciudad y ciudadanía”, pp.90-93

Os processos de apropriação e organização do espaço estão desde sempre presentes nas relações vivenciais do Homem com o território. Mas tal como referido anteriormente no presente trabalho, por vezes, estes processos desenvolvem-se de formas diferentes ou mesmo antagónicas, dando também origem a resultados diferentes. Uma delas, dirigida pelo planeamento e vinculada aos processos legais, a formal, a outra, de carácter informal, não planeada e resultante do conjunto e evolução de ações espontâneas, a qual integra o tema do trabalho.

Sendo o espaço um bem escasso, o ato de apropriação do território deve resultar de uma consciência organizadora e uma transformação arquitetada. *O planeamento (...) exprime-se através da configuração das estruturas sócio-territoriais: na sua vertente física e de super-estrutura jurídica e económica que regulamenta os direitos de uso, apropriação, ocupação e utilização.*<sup>81</sup> Saraiva, declarou-os de forma simples, como os quatro princípios do planeamento, o direito à beleza; o direito à natureza; o direito ao passado e o direito ao futuro. Ao ato de planear considerando este conjunto de princípios, designou por *princípio do melhor uso possível*.<sup>82</sup> Numa descrição mais tradicional, (...) *o planeamento do território visa a produção de solo humanizado no respeito pelas leis da natureza e seus equilíbrios ecológicos.*<sup>83</sup>

Neste contexto, é importante ter presente as palavras de Gonçalo Ribeiro Teles, acerca do papel da Arquitetura Paisagista no Ordenamento do Território e no Urbanismo, sendo que este impõe-se no desenvolvimento da perspetiva de «*paisagem global*» e no conceito de «*continuum naturale*», dado que estabelece a relação entre o espaço natural e o espaço edificado, ambos concebidos no Plano.<sup>84</sup>

Tendo presente que tanto a arquitetura paisagista como o urbanismo utilizam o mesmo campo de trabalho, o espaço exterior, por vezes podem confundir-se os seus papéis. Segundo Cabral (...) *o urbanismo é o ponto de encontro da arquitetura com a arquitetura paisagista e, por isso, não é de admirar que haja uma certa interseção no*

---

<sup>81</sup> Sidónio Pardal, Manuel Costa Lobo e Paulo V. D. Correia, “Normas Urbanísticas, Planeamento Integrado do Território”, p.1

<sup>82</sup> António Saraiva, “Princípios de Arquitetura Paisagista e de Ordenamento do Território”, p.390

<sup>83</sup> Manuel Da Costa Lobo, “Planeamento Regional e Urbano”, p. 175

<sup>84</sup> Magalhães, “A Arquitetura Paisagista, Morfologia e Complexidade”, p.20

*âmbito da definição*. Referindo assim, o urbanista como coordenador geral entre o arquiteto e o arquiteto paisagista.<sup>85</sup>

Enquadrando-as no âmbito da arquitetura paisagista, podem considerar-se as palavras de Nuno Portas acerca da estratégia para os planos e para os projetos de regeneração. *O que sustenta as cidades de todos os tempos – sejam elas mais históricas ou centrais, ou sejam as periferias sem “história” – são os suportes coletivos (mal ou aseticamente chamados “vazios”, “infraestruturas” ou “espaços livres”), que dão acesso ao edificado. O Sistema do Espaço Coletivo (SEC) deve ter lugar privilegiado nas agendas de regeneração urbana, como redutor das desigualdades ambientais e de mobilidade, entre outras, e como indutor de comportamentos positivos (segurança, autoestima, investimento (...)).*<sup>86</sup> Expondo o papel do espaço coletivo, refere-se a responsabilidade do mesmo, de tornar reconhecível a imagem de unidade do todo, dentro de um sistema de partes complementares entendendo a sua importância nos processos que levam a uma maior coesão social.<sup>87</sup>

O autor evidencia desta forma, a importância da boa gestão do Espaço Coletivo afirmando que *(...) a reconstrução e completamento do sistema de espaços coletivos não estão nunca terminados e são condição primeira da equidade e da sustentabilidade que hoje exigimos do espaço em que nos movemos, ou onde paramos (...)*, refletindo na relevância dos conceitos de escala social e de vitalidade pública, de uma escala de vizinhança e de convívio e da marcação estratégica e cuidadosa da própria escala humana.<sup>88</sup>

Por outras palavras, Coelho refere a dependência da qualidade dos espaços com o uso de escalas adequadas às múltiplas dimensões do lugar, valoriza a consideração e o respeito pelo princípio do «espírito do lugar», e a (re)descoberta da «cidade do vagar», estruturada por acessibilidades pedonais e enriquecida por espaços públicos pontuados por sequências de polos de convívio. Para o autor, a cidade deve ser pensada como uma verdadeira *extensão do habitar*, desde os interiores

---

<sup>85</sup> Francisco Caldeira Cabral, “Fundamentos da Arquitetura Paisagista”, pp.40, 41

<sup>86</sup> Nuno Portas, “Os tempos das formas, Vol.I A cidade feita e refeita”, p. 195

<sup>87</sup> *Idem.*, p. 119

<sup>88</sup> *Idem* *Ibidem.*, p. 196, 195-197

domésticos apropriados individualmente, aos espaços da cidade. Realça ainda o habitar à pequena escala, as vizinhanças urbanas como células da cidade e a escala amigável do sossego. De entre as seis linhas de ação que o autor refere para intervenções ao nível da habitação e do espaço envolvente, destacamos a relativa à indissociação entre *interior e exterior residencial*. Segundo o autor, devem prevalecer as soluções estimulantes de transição no limiar entre interior e exterior e as conceções integradas da arquitetura dos edifícios e dos espaços exteriores, introduzindo estrategicamente sempre que possível áreas verdes.<sup>89</sup>

Segundo Magalhães, no contexto nacional, uma fase importante de integração dos conceitos e atividade da arquitetura paisagista, assim como, os princípios da morfologia urbana e da qualidade do espaço exterior no âmbito do Urbanismo encontra-se ligada à construção de bairros como é o caso do Bairro da EPUL, no Restelo, projetado em 1972 por Nuno Teotónio Pereira, Nuno Portas e João Paciência, ainda, o Bairro das FONSECAS, o Bairro da Malagueira, em Évora, entre outros.<sup>90</sup> Magalhães afirma que é impossível situarmo-nos na perspetiva da conceção do espaço exterior urbano, sem conhecer o caminho percorrido pela arquitetura e pelo urbanismo, uma vez que a conceção do espaço não-edificado, objeto da intervenção do Arquiteto Paisagista, constitui a outra face do espaço edificado e é com ele mutuamente implicado.<sup>91</sup>

A importância do espaço exterior na proposta de conceção da habitação está patente no trabalho de Nuno Portas, e embora elaborado em 1959, defende uma abordagem que se mantém atualizada ainda hoje. O autor refere a relação estreita entre o morador e o espaço exterior da sua casa, ao qual também dá o nome de *extensão exterior da habitação*, afirmando a importância primordial deste espaço e da introdução de elementos naturais no mesmo. Estuda também os vários elementos que estabelecem a relação do espaço fechado da habitação com o espaço exterior, tais como, a *varanda*, a *loggia* e o *pátio*.<sup>92</sup> Esta abordagem considera o que se entende por

---

<sup>89</sup> António B. Coelho, “Entre Casa e Cidade, a Humanização do Habitar”, p. 3-7

<sup>90</sup> Magalhães, “A Arquitetura Paisagista, Morfologia e Complexidade”, p.187

<sup>91</sup> *Idem*.

<sup>92</sup> Nuno Portas, “A Habitação Social, Proposta para a metodologia da sua arquitetura”, pp.169-175

espaço de transição, onde a entrada para a casa, assume especial importância, uma vez que protagoniza o espaço de encontro e ligação entre o domínio público e o domínio privado.

O arquiteto paisagista deve, não só conhecer a realidade onde está a intervir, como também conhecer as tendências e estudos de referência que refletem a evolução do pensamento urbano. De entre diversos autores com modelos e ideologias variadas, salienta-se a perspectiva pós-moderna de Jacobs que defendeu o modelo da cidade tradicional.<sup>93</sup> Na sua ideologia, Jacobs defende a consolidação do espaço urbano com densidades fortes e tecidos urbanos contínuos, a diversidade de usos, complexa e densa, de forma a tornar os espaços auto suficientes tanto a nível económico como social. Segundo a autora: *Only intricacy and vitality of use give, to the parts of a city, appropriate structure and shape.*<sup>94</sup> A sua proposta retoma a rua da cidade tradicional, como espaço onde coexistem todas as funções e todos os grupos etários e sociais. Relaciona o bom funcionamento deste espaço público com a existência, entre os transeuntes, do sentimento inconsciente de respeito e confiança, que nasce da soma de todas as ações e numerosos contactos que se estabelecem no mesmo.<sup>95</sup>

Tal como foi referido anteriormente, a insegurança relacionada com os problemas sociais da população integra o conjunto das características mais comuns dos bairros informais e de gênese ilegal, e é o fator que leva a referenciar uma outra parte da perspectiva de Jacobs referente à conceção do espaço exterior visando o conforto e segurança do utilizador. Jacobs desenvolveu o conceito de vigilância natural do espaço, pensado sobretudo de forma a diminuir os atos de criminalidade. Elege os passeios como espaços importantes para o desenvolvimento das relações sociais dando especial atenção ao espaço destinado ao peão, e refere a importância da existência

---

<sup>93</sup> *Profundamente marcada pelos estudos sociológicos que constatavam a marginalidade e delinquência existentes nas periferias americanas (...) Jane Jacobs escreve um livro que contraria o espaço urbano legado pelo modernismo e a sua obra (...) certamente contribuiu para o repensar de questões fundamentais ligadas à morfologia urbana.* Magalhães, “A Arquitetura Paisagista, Morfologia e Complexidade”, p. 203 -205

<sup>94</sup> *Apenas a complexidade e vitalidade de usos podem dar às partes de uma cidade a sua apropriada estrutura e forma.* Jane Jacobs, “The Death and Life of Great American Cities”, p.491

<sup>95</sup> Magalhães, “A Arquitetura Paisagista, Morfologia e Complexidade”, pp. 203-205

pontual de lojas e outros lugares públicos (tais como bares e restaurantes ao longo dos passeios) como requisitos básicos para garantir as condições de segurança e de vigilância que considera essenciais no espaço de qualquer rua.<sup>96</sup>

Jacobs defende também como fundamental o contacto social e a permanência de atividades nas ruas, assim como também a disposição dos edifícios deve respeitar a forma da rua e estes devem ser orientados no sentido de quem vigia do seu interior poder ter um maior campo de visão daquilo que acontece no exterior. O mesmo se refere para os pátios onde as crianças brincam e os espaços de lazer exteriores, os quais devem ser bem visíveis de forma a poderem ser vigiados por quem permanece no interior das habitações.

As ideias principais do pensamento de Jacobs relacionadas com o espaço da rua, do bairro ou mesmo da cidade, apresentam semelhanças com alguns dos princípios integrados na Nova Carta de Atenas (que surgiu bem mais tarde, em 1998) e são destacados por Carvalho na obra *Ordenar a Cidade*<sup>97</sup>. Embora direcionadas ao espaço da cidade, mas estendendo-se também ao espaço dos bairros, Carvalho salienta que (...) *a necessidade de incentivar o contacto entre habitantes, através de uma estrutura hierárquica estabelecida aos níveis físico, social e administrativo, do reforço de uma rede de espaços lineares ligada a corredores verdes e a áreas naturais da periferia, da reconquista do domínio público, como espaço de desenvolvimento do sentido comunitário.* (...) E defende ainda, *a mistura funcional (indutora de redução de tempos de deslocação) e conseqüente abandono de zonamentos rígidos e monofuncionalistas.*<sup>98</sup> Na mesma obra, onde o autor desenvolve uma proposta de modelo de ordenamento, confinado ao âmbito nacional, alerta para a necessidade de alterar comportamentos e rotinas atualmente instaladas no funcionamento do mercado fundiário e na prática urbanística portuguesa de forma a tornar o mercado

---

<sup>96</sup> Jane Jacobs, “The Death and Life of Great American Cities”, pp.46, 73, 114, 289

<sup>97</sup> Jorge Carvalho, “Ordenar a Cidade”.

<sup>98</sup> *Idem*, p. 41

mais transparente e obrigando cada iniciativa a uma melhor articula33o com a envolvente.<sup>99</sup>

No sentido de facilitar qualquer avalia33o do espa33o p33blico existente, real33ando as suas qualidades e entendendo os seus problemas antes de desenvolver uma proposta de interven33o, pode ser revisitada a obra de Brand33o Alves<sup>100</sup>. Numa das partes do seu trabalho dedicado 33 complexidade do espa33o p33blico urbano, o autor refere os problemas dos espa33os p33blicos urbanos atribu33dos 33 sua distribui33o, disposi33o e configura33o, considerando-os como complementares dos problemas dos elementos que os comp33em. Assim agrupa-os para an33lise em oito conjuntos: a envolvente dos espa33os p33blicos, a distribui33o funcional das superf33cies e tratamento do solo, a vegeta33o, mobili33rio urbano, servi33os e instala33es, elementos de informa33o, ilumina33o, elementos arquitet33nicos isolados e passagens e passadi33os.<sup>101</sup>

#### 2.4.1 A quest33o da sustentabilidade na interven33o do espa33o livre

O conceito de sustentabilidade, tantas vezes referido no nosso dia a dia, surgiu numa 33poca caraterizada pela evolu33o da ci33ncia e tomada de consci33ncia do impacto do comportamento e a33o humana sobre o ambiente. Desde ent33o, *a no33o de criar sistemas sustent33veis no territ33rio tem-se tornado o princ33pio que domina a atividade de todos os cientistas que est33o envolvidos em planear usos futuros.*<sup>102</sup> Assim, podemos definir desenvolvimento sustent33vel como a *condi33o de estabilidade dos sistemas sociais e f33sicos, alcan33ada atrav33s de uma conce33o de progresso que satisfaz as necessidades do presente sem comprometer a possibilidade das futuras gera33es satisfazerem as suas.*<sup>103</sup>

---

<sup>99</sup> *Idem.*, p. 513

<sup>100</sup> Fernando Brand33o Alves, “Avalia33o da Qualidade do espa33o p33blico urbano. Proposta Metodol33gica”.

<sup>101</sup> Fernando Brand33o Alves, “Avalia33o da Qualidade do espa33o p33blico urbano. Proposta Metodol33gica”, p.34

<sup>102</sup> Andr33 Botequilha-Leit33o, Apontamentos da Disciplina de Ordenamento do Territ33rio.

<sup>103</sup> *Idem.*

Amado questiona o papel do planeamento territorial e a sua contribuição na implementação dos princípios do desenvolvimento sustentável.<sup>104</sup> O autor define, os principais objetivos estratégicos de sustentabilidade e o processo de Planeamento Urbano Sustentável, referindo as suas etapas e ações complementares onde se destaca a valorização da participação pública. Do seu trabalho resulta um balanço pouco positivo em relação às *ações que têm vindo a ser desenvolvidas, desarticuladas entre as reais capacidades de carga do meio natural e a efetiva satisfação das expectativas da população, assistindo-se a uma preferência, evidente pela realização das expectativas económicas dos promotores.* Conclui que *o desenvolvimento sustentável é atingível e é operacional com recurso à utilização de um novo processo de planeamento territorial, no qual deverá ser garantida a promoção da integração e inter-relacionamento de modo justo entre as três componentes de sustentabilidade; ambiental, social e política.*<sup>105</sup>

Quando nos referimos ao conceito de sustentabilidade urbana, podemos enumerar vários aspetos que devem ser considerados na sua análise, tais como, a composição e desenho do espaço urbano, as suas características, dimensões, formas, densidade, tipologias de habitação, distribuição de espaços verdes, e ainda, o tipo de usos. A presença de usos múltiplos numa determinada zona surge como uma condição necessária para a sustentabilidade desse lugar, com várias vantagens associadas, entre elas, a redução da necessidade de utilização de transportes. Deve-se ter em consideração que esta redução afeta, e de forma concreta as três dimensões chave da sustentabilidade, uma vez que (menos visíveis mas muito relevantes) estão as vantagens associadas aos consumos de energia e à produção de resíduos. O uso misto ao estimular as pequenas deslocações a pé, para fazer face às necessidades diárias (comercio local), contribui para o estabelecimento de relações de vizinhança, ao mesmo tempo que reduzindo o trânsito automóvel aumenta a apropriação e utilização da rua pelos peões, valorizando assim, a componente social. Ainda do ponto de vista económico, as zonas urbanas de usos múltiplos, e especialmente quando associadas a

---

<sup>104</sup> Miguel. P. Amado, "Planeamento Urbano Sustentável", p. 35-43.

<sup>105</sup> *Idem.*, p. 35-43.

boa arquitetura e a espaços públicos de qualidade e de bom design, possibilitam a maximização de recursos e melhores lucros, gerando economia.<sup>106</sup>

Encontrando semelhanças com a perspectiva anterior podemos revisitar o conceito de *unidade de vizinhança*<sup>107</sup>, relativamente ao qual se considerava que cada uma destas unidades deveria ter uma dimensão suficiente para justificar a existência de um conjunto de equipamentos e serviços, e garantindo uma distância entre os mesmos de forma a poder ser percorrida a pé. Esta unidade procurava sobretudo garantir o equilíbrio das relações sociais mas considerava também as outras componentes visando a sua sustentabilidade.<sup>108</sup>

Ainda no âmbito social importa referir a importância da inclusão da sustentabilidade, em projetos sociais e urbanos, contribuindo diretamente (...) *para a produtividade da cidade, para a estabilidade dos assentamentos humanos, para a liberalização de conflitos relacionados com a ocupação irregular do território e para a inclusão de grupos populacionais historicamente marginalizados dos benefícios do desenvolvimento.*<sup>109</sup>

Qualquer proposta deve considerar o objetivo de criar ambientes sustentáveis, ou áreas *onde a integridade ecológica e as necessidades humanas básicas são simultaneamente mantidas nas gerações vindouras.*<sup>110</sup> Desta forma, os princípios e ideias anteriormente mencionados devem ser considerados em novos projetos e sempre que se pretendam regenerar e reativar áreas degradadas, uma vez que, estes contribuem fundamentalmente para a sustentabilidade dos ambientes e para o desenvolvimento de comunidades sustentáveis.

---

<sup>106</sup> Catarina Henriques, “Regeneração Urbana e Monofuncionalidade: Uma ligação insustentável”, pp.24-27

<sup>107</sup> (...) *O conceito de unidade de vizinhança teve origem em estudos sociológicos americanos, preocupados com o enfraquecimento das relações sociais entre vizinhos, e é formulado, nos anos 20, por Clarence Perry, que procurou fixar o princípio de crescimento celular da cidade (...).* Cit. em: Jorge Carvalho, “Ordenar a Cidade”, p. 169

<sup>108</sup> *Idem.*, p. 169,170

<sup>109</sup> Departamento Administrativo de Planeacion, “Programa Mejoramiento Integral de Barrios”, p.80

<sup>110</sup> André Botequilha-Leitão, Apontamentos da Disciplina de Ordenamento do Território.



Fig. 5 - Princípios das Comunidades Sustentáveis.

## 2.5 Configuração e Uso do espaço livre nos bairros de génese ilegal

De forma a facilitar a introdução ao tema do espaço livre nos bairros informais voltamos ao conceito da cidade informal, a qual se pode também descrever como (...) *a cidade não planeada (...) onde (...) os lotes, os edifícios e as ruas emergem organicamente e constituem um processo natural e expedito de abrigar pessoas. Os problemas da cidade informal não se prendem com o seu sistema urbano, embora frequentemente este seja alvo de reprovação, mas antes com as questões de ilegalidade e precariedade que normalmente comporta. A cidade informal não deve ser erradamente interpretada como cidade sem forma. Na verdade ela possui uma morfologia caraterística. (...)*<sup>111</sup>

O espaço livre nos bairros de génese ilegal é o resultado de construções não planeadas, que vão ocorrendo por impasses, e de forma pontual. Na maior parte das vezes, este é mesmo o espaço resultante das ampliações e alterações que vão surgindo ao longo do tempo segundo o processo de ocupação do bairro e de acordo com as necessidades dos moradores.

<sup>111</sup> (...) *Inclusivamente Paola Jacques, urbanista e arquiteta brasileira, desenvolveu uma pesquisa acerca da estética da cidade informal – cujo paradigma máximo entende que seja a favela. (...)* Cit. em: Carolina Ladeira, "Cidade Informal: A casa e os modos de habitar na Cova da Moura", p. 9 e 10

O espaço público livre constitui na maior parte dos casos, um somatório de vários espaços excedentes que resultam de forma espontânea e não planeada. Este espaço é o resultado das alterações e modificações que vão ocorrendo de forma intermitente ao longo do processo de formação do assentamento. Sem qualquer planeamento, observamos em muitos casos, a tendência para uma excessiva ocupação do espaço, dando origem a situações de criação de zonas bastante densas. Do ponto de vista morfológico, o espaço público livre apresenta-se na maior parte das vezes desorganizado, fragmentado e desarticulado. A densificação do espaço ocupado pelas barracas, associada a uma construção em superfície leva a que a área de espaço livre seja nalguns casos bastante reduzida.

As descrições seguintes, embora respeitem a uma favela brasileira, contribuem para a interpretação e conhecimento dos traços e características gerais que compõem e retratam a imagem destes lugares.

*Apesar do loteamento original ter demarcado um traçado inicial, grande parte das ruas e travessas que compõem o sistema viário atual foram determinadas pelas próprias edificações e não o contrário, como acontece nos loteamentos formais. São as casas que ao irem se justapondo determinam o traçado das ruas, tanto das que servem apenas ao acesso às casas, como as de trânsito mais intenso. Assim o arruamento existente é sinuoso, com alargamentos e estreitamentos, com becos sem saída, que às vezes terminam num largo ou numa minúscula praçinha, escondida no interior da favela. (...) A maioria dos caminhos serve apenas aos pedestres e, em alguns casos às motos. Em alguns setores não é possível o acesso por qualquer tipo de veículo, nem mesmo motos e bicicletas. O desenho, ou melhor, a falta dele, nas ruas e becos, estreitos e irregulares, da comunidade, dificulta a acessibilidade de pessoas em praticamente todos os setores da favela. Uma grande parcela do território é constituída apenas por vias de pedestres muito precárias, que por vezes são de terra batida e têm declives muito acentuados. (...).*<sup>112</sup>

---

<sup>112</sup> Danielle Klintowitz, “A (Re)Invenção da Praça, A experiência da Rocinha e suas fronteiras”, p. 100 - 104

Os espaços públicos abertos ou as chamadas “*quadras*”, (...) *são produzidos e geridos pela própria população. (...) Por estarem, quase sempre, implantadas em locais com acessibilidade facilitada, (...) estas quadras, tornam-se pontos de referência na região, sendo as principais arenas dos movimentos comunitários, onde acontecem as reuniões das associações, onde são distribuídas cestas básicas para os mais carentes, onde políticos fazem comícios, onde se marcam os encontros. (...) Espaços de manifestação comunitária, (...) não têm uso livre e irrestrito (...) são geridos pelas associações de moradores (...).*<sup>113</sup>

Embora seja um conceito específico no contexto das favelas, “*as lajes*” surgem como espaço resultante da densificação do tecido urbano e da necessidade de recuperação de solo e espaço livre, não só para atividades de âmbito privado como também público. A *laje* transforma-se numa recriação do solo chegando a dar origem a um novo espaço de praça, as *lajes-praças*. Estas constituem novos espaços livres suspensos apoiados sobre as lajes das edificações e são espaços da brincadeira infantil, dos encontros familiares, das festas comunitárias, das rodas de samba e pagode, das reuniões das associações e, ainda são miradouros. Desta forma a necessidade e carência levam à criação de novos espaços públicos com novas formas, os quais contribuem para que se mantenham as fortes relações de sociabilidade características destes lugares.<sup>114</sup>

Neste tipo de bairros, e tendo as favelas brasileiras como exemplo, os espaços públicos constituíram-se maioritariamente, pela apropriação da comunidade (moradores, representantes das associações, tráfico/traficantes) que transformaram o espaço disponível em praças, quadras, ruas, vielas. *E, por ter uma constituição não “oficial”, não têm o mesmo grau de legitimidade de espaço público para todos os habitantes daquela comunidade.*<sup>115</sup>

O espaço público livre nestas comunidades (favelas e alguns bairros) está sujeito a regras rígidas e claras, tem donos, e está sob constante observação. Para (...)

---

<sup>113</sup> Danielle klintowitz, “A (Re)Invenção da Praça, A experiencia da Rocinha e suas fronteiras”, pp.120-125

<sup>114</sup> *Idem.*, pp.177-192

<sup>115</sup> *Idem* Ibidem., p.137

*além do marcante poder exercido pelo tráfico de drogas, é possível identificar, também, uma acentuada dominação exercida pelas associações de moradores (...) as quais (...) territorializam os espaços públicos para as mais diversas funções que só podem acontecer segundo seu consentimento e gestão.*<sup>116</sup>

A descrição seguinte embora pertença à realidade da favela, também auxilia ainda nesta tentativa de descrever a imagem da configuração e vivência do espaço livre nos assentamentos informais. *O casal desce o morro pelas escadas de cimento e fica a conversar com as crianças que lançam papagaios (...) descendo a escadaria, entalados entre uma paisagem de revista de viagens e casas de tijolo encavalitadas em casas de tijolo, paredes que parecem suar com o calor implacável, galinhas passeando na rua (...).*<sup>117</sup>



Exemplos de reinvenção e apropriação do espaço exterior.

Fig. 6, 7 - Favela Rocinha Brasil, 2001 e Fig. 8 - Bairro da Cova da Moura, Lisboa, 2010

<sup>116</sup> *Idem.*, p.154

<sup>117</sup> “Rio de Janeiro – No Topo Do Morro”, Revista do jornal Expresso, p. 24- 33

A qualidade do espaço público livre, assim como a sua configuração e funcionalidade influencia diretamente as ações, o comportamento, as relações de sociabilidade e o modo e a frequência com que este é utilizado pelos habitantes. Desta forma, a frequente ausência ou má qualidade destes espaços nos bairros de gênese ilegal, condicionam o desenvolvimento e a prática de determinadas atividades assim como também podem condicionar a utilização por parte de alguns utentes, (como por exemplo aqueles com menor mobilidade). Mas ainda que apresentando características menos agradáveis à sua utilização, a configuração do espaço público nestes bairros não deixa de ser convidativo ao fortalecimento das relações de vizinhança e à constante vivência do espaço da rua.<sup>118</sup>

Desta forma podemos relacionar a seguinte afirmação com a realidade destes lugares: *(...) a um estado de desequilíbrio económico corresponde, embora não seja sua razão única, um estado de descontinuidade do espaço organizado.*<sup>119</sup> O espaço público surge assim como um espaço residual, desorganizado e com fraca articulação entre as suas partes. Mas, embora estas e outras características possam levar a que estes locais não apresentem as condições para suportar as funções de uma vida com qualidade, por outro lado também se reconhece que o espaço livre é vivido de uma forma única e intensa constituindo um elemento importante no dia a dia da população e fazendo parte dos seus hábitos.

Especialmente no contexto dos assentamentos informais ou nos bairros de gênese ilegal, considerando todo o espaço público livre, o espaço de transição constitui-se como um espaço singular. Torna-se importante entender a funcionalidade deste tipo de espaço o qual se considera na maior parte das vezes constituindo parte do espaço privado.

O seu papel compreende a união entre o espaço privado construído e o espaço público livre. Este espaço de transição pode apresentar diversas configurações, tal como Saraiva refere, *nas cidades os espaços abertos não estão forçosamente limitados pelas fachadas dos edifícios: nas pequenas ruas comerciais ladeadas por lojas o espaço*

---

<sup>118</sup> Raquel Alves, “Diálogos entre os Espaços Livres de Campinas: da vizinhança ao Município”, p.79

<sup>119</sup> Fernando Távora, “Da Organização do Espaço”, p.62

*da rua prolonga-se para o interior destas, o que acrescenta variedade e interesse ao percurso.*<sup>120</sup> Este tipo de espaço tamb3m existe quando se relaciona o interior da casa com o exterior (e vice versa), e surgem construções como por exemplo, arcadas e alpendres.<sup>121</sup> Os espaços exteriores privados funcionam como protagonistas do espaço de transição, por isso 3 indispens3vel clarificar a import3ncia da sua exist3ncia.

Estes espaços exteriores privados, tais como pequenas hortas e jardins, traduzem-se numa sensaço de apropriaço e segurança, contribuem simbolicamente para o abastecimento alimentar das fam3lias e possibilitam o contacto direto com o solo vivo. Estes p3tios/jardins privados devem estar integrados no verde p3blico, proporcionando a fruiço p3blica de alguns dos seus aspetos de pormenor, ao longo de caminhos ladeados por 3rvores e sebes.<sup>122</sup>

Nos bairros informais, por vezes, confundem-se os limites entre os espaços, uma vez que, n3o existe um limite vis3vel onde termina o p3blico e onde começa o privado ou dom3stico o que tamb3m faz com que a transição de um espaço para o outro raramente aconteça de forma abrupta. Desta forma, *o estreitamento das ruas em direço aos interiores dos quarteir3es, bem como as escadas de acesso 3s casas conformam interessantes espaços de transição que participam tanto no espaço p3blico como no espaço da casa. Por esta raz3o entende-se que os espaços de transição tais como, entrada para a casa, p3tios ou acessos exteriores, devem ser alvo de atenço e convidar 3 viv3ncia dos mesmos.*<sup>123</sup>

Tamb3m no caso particular das favelas, a separaço entre a casa e a rua acontece de forma fluida, as fronteiras oscilam e dependem dos usos e apropriações que se podem modificar no decorrer do dia.<sup>124</sup> *Privacidade n3o 3 uma caracter3stica do morro. As portas est3o muitas vezes abertas, ouve-se sempre um r3dio ou uma televis3o, sabe-se, com facilidade, a vida dos vizinhos.*<sup>125</sup> Segundo a refer3ncia, surgem (...) *pequenos largos que se abrem na frente de algumas casas, configurando praças de*

---

<sup>120</sup> Ant3nio P. Saraiva, "Pr3nc3pios de Arquitetura Paisagista e de Ordenamento do Territ3rio", p.190

<sup>121</sup> *Idem.*, p.170

<sup>122</sup> Ant3nio B. Coelho, "Apropriaço e satisfaço residencial", p.140-149

<sup>123</sup> Carolina Ladeira "Cidade Informal: A casa e os modos de habitar na Cova da Moura", p.34

<sup>124</sup> Danielle klintowitz, "A (Re)Invenço da Praça, A experiencia da Rocinha e suas fronteiras", p.164

<sup>125</sup> "Rio de Janeiro – No Topo Do Morro", Revista do jornal Expresso, p.24- 33

*conviv3ncia local que servem ao lazer e conv3vio dos moradores (...). Muitas vezes estes espaços s3o um h3brido entre um p3tio coletivo e uma praça, servindo, em certos momentos, a atividades dom3sticas e, noutras ocasi3es, assumindo car3ter p3blico com festividades e encontros comunit3rios. Muitos destes espaços (...) s3o pequenos pontos de venda de bebidas e outros produtos de primeira necessidade que acabam se transformando em pontos de refer3ncia da comunidade, funcionando muitas vezes como pontos de encontro e de estar.*<sup>126</sup>

---

<sup>126</sup> Danielle klintowitz, “A (Re)Invenç3o da Praça, A experiencia da Rocinha e suas fronteiras”, p.120-125

### **3 DIFERENTES PROPOSTAS DE INTERVENÇÃO EM ASSENTAMENTOS INFORMAIS**

A intervenç3o em assentamentos informais e bairros de g3nese ilegal constitui um processo bastante sensível, sobretudo pela complexidade que estes espaç3os apresentam, fazendo com que a sua an3lise e intervenç3o exijam a participaç3o, o estudo e o cruzamento de v3rios pontos de vista das diversas 3reas do saber.

Durante a pesquisa e procura das diversas intervenç3es que constituem os diferentes casos de estudo, foi feita a sua seleç3o visando o estudo 3 maior diversidade possível de soluç3es para estas 3reas. As intervenç3es interpretadas a seguir para al3m de se localizarem em diferentes geografias ocupam 3reas que variam relativamente 3 sua posiç3o no tecido urbano, desde aquelas inseridas no contexto dos n3cleos urbanos at3 3s localizadas em zonas mais afastadas nas franjas perif3ricas destes centros. De um modo geral, os diversos casos de estudo tamb3m foram selecionados pela natureza das suas propostas, que, objetivando a resoluç3o dos problemas existentes em cada um dos lugares tentaram integrar estrat3gicas din3micas e renovadoras. Tamb3m os casos de estudo selecionados enquadram-se em diferentes 3pocas, fato que levou a dois dos quais integrarem o primeiro ponto referenciados por uma organizaç3o cronol3gica. Outro dos crit3rios, sem descorar da sua import3ncia identifica-se pelas diferentes escalas de intervenç3o entre os v3rios casos de estudo. Assim os projetos e intervenç3es variam entre uma escala menor, a escala de bairro (sendo esta a mais frequente entre os casos de estudo), e a escala grande onde se incluem v3rios bairros. Na escala de bairro as intervenç3es alcançam a 3rea total do bairro, ou noutros casos, embora se encontrem integradas nesta escala, as suas propostas concretizam-se numa ou em v3rias intervenç3es pontuais estrat3gicas. A escala grande neste trabalho encontra-se principalmente associada 3s propostas desenvolvidas nas favelas brasileiras, alcançando as 3reas dos complexos compostos por v3rios conjuntos de favelas.

A escolha dos dois primeiros casos de intervenç3es, respetivamente o projeto do Serviç3o Ambulat3rio de Apoio Local (SAAL) e a experiencia em Br3s de Pina, regeu-se pela paridade de alguns dos aspetos dos seus contextos. Embora apresentando

naturezas e localizações distintas, desde os bairros de gênese ilegal, de habitação precária em Portugal até às favelas no Brasil, os dois contextualizam-se numa mesma época marcada de um modo geral pelas mesmas necessidades de responder à grande procura de habitação e às questões acerca do futuro das construções ilegais que teimavam em não abrandar o seu crescimento e expansão. Ambas foram experiências que se destacaram também pelo peso que as suas intervenções tiveram, sobretudo por trazerem ideias controversas relativamente ao pensamento e práticas vigentes. Os seus resultados positivos contribuíram para a mudança de pensamento e encorajaram novas práticas e perspetivas de ação para estas áreas.

### **3.1 Programas e Projetos percursores**

#### **3.1.1 O Projeto do Serviço Ambulatório de Apoio Local (SAAL), (Portugal)**

Surgiu em 1974 um movimento de grande vinco na história da luta pela construção de habitação, destacado como uma experiência importante no realojamento das populações *in situ*, foi intitulado de SAAL, Serviço Ambulatório de Apoio Local. O seu contexto encontra uma época marcada por grandes mudanças radicais sobretudo a nível político e governamental, como consequência da Revolução do 25 de abril de 1974. Nesta altura, os meios de comunicação social já podiam informar em liberdade, sem censura nem pressões, divulgando com frequência a miséria da situação habitacional. O campo de atuação do programa era assim um país com uma situação habitacional caótica, que se aproximava dos índices de carência do terceiro mundo.

O povo, antes reprimido, fez-se ouvir saindo à rua e apelando o direito a uma habitação e a condições de vida dignas, em manifestações e lutas, as quais tiveram um contributo decisivo para os avanços organizativos do movimento.<sup>127</sup>

---

<sup>127</sup> José A. Bandeirinha “O Processo SAAL e a Arquitetura no 25 de Abril de 1974”, pp. 113, 114, 228



Fig. 9- Exemplo de alguns dos cartazes distribuídos pelos manifestantes. Fonte: Exposição da Trienal de Arquitetura 2010, Lisboa.

O SAAL iniciou-se a 31 de julho pela elaboração do despacho do Ministro da Administração Interna, Manuel da Costa Brás e do arquiteto Nuno Portas, Secretário de Estado da Habitação e Urbanismo, que instituiria oficialmente a organização “de um corpo técnico especializado, designado por Serviço de Apoio Ambulatório Local (SAAL). Este corpo técnico era então criado para apoiar, através das câmaras municipais, as iniciativas de populações mal alojadas no sentido de colaborarem na transformação dos próprios bairros e investindo os seus próprios recursos.”<sup>128</sup>

Organização - No SAAL os arquitetos organizaram-se em brigadas técnicas que trabalhavam por zonas, indo aos lugares onde a população estava alojada em situações precárias. Como forma de apressar a construção, começaram por projetar e construir em terrenos já disponíveis, sem necessidade de recurso a expropriação. Esta era uma experiência profissional inteiramente nova em que os arquitetos e técnicos mais novos iriam pela primeira vez poder trabalhar e servir os mais pobres e oprimidos, com os seus saberes técnicos.<sup>129</sup> Estas equipas multidisciplinares davam às associações de moradores uma assistência técnica gratuita funcionando como o elo de ligação entre a população e o poder administrativo. Procuravam levar os municípios a reconhecer o “direito ao sítio” a que os moradores já estavam ligados, adaptando os projetos a cada comunidade e a cada sítio.<sup>130</sup>

<sup>128</sup> José A. Bandeirinha “O Processo SAAL e a Arquitetura no 25 de Abril de 1974”, pp. 118, 119

<sup>129</sup> *Idem.*, p.125

<sup>130</sup> Nuno Portas, “Os tempos das formas”, pp.194-196

Estratégia – Na ausência de uma estratégia de intervenção completamente delineada, os avanços desenvolveram-se sobretudo em prol das discussões com os moradores e com os políticos.<sup>131</sup> Uma vez que o processo era maioritariamente encaminhado pelas equipas de técnicos, arquitetos, engenheiros e estudantes, estes eram os principais responsáveis pela ligação entre o SAAL, os representantes políticos, e os moradores. Pelo fato de o SAAL tentar não seguir as propostas que vinham sendo delineadas e defendidas anteriormente pelas autarquias e procurar uma solução nova, dificultou a definição de uma estratégia de intervenção.

Segundo Portas a estratégia foi experimentar processos, uma vez que o processo também desenha e do facto de haver participação pública devia resultar soluções distintas.<sup>132</sup>

Objetivos – Intervenção - As novas modalidades de participação direta que Nuno Portas afirma ter tentado introduzir, constituíram um novo método de projeto para os técnicos. O SAAL abriu caminho a uma nova forma de produzir habitação para as classes populares – a via cooperativa ou de autogestão. Nestas ações era defendido o papel ativo das pessoas, a sua participação, desde o arranque da operação, discutindo como esta seria conduzida até à caracterização da própria casa e ainda a utilização dos espaços livres e serviços comuns. Mas quanto a estas questões dos programas locais de habitação, eram as associações de moradores quem tinha um papel importante na maioria das decisões.<sup>133</sup> Como Teotónio Pereira afirma, *“nós levávamos os nossos esquisos e os desenhos para as reuniões com os moradores e então aí era tudo discutido.”*<sup>134</sup>

Outro objetivo do SAAL foi baixar os custos médios das casas sem baixar a sua qualidade, o que, foi possível com a construção dos projetos e das obras no local, sem burocracia e pelos próprios interessados. Os moradores organizaram-se em grupos e associações e eles próprios encarregaram-se de gerir as empreitadas, o que proporcionou na maior parte dos casos atingir preços inferiores aos das construções e

---

<sup>131</sup> José A. Bandeirinha “O Processo SAAL e a Arquitetura no 25 de Abril de 1974”, p.228

<sup>132</sup> Nuno Portas, “Urbanismo e Ordenamento do Território: Balanço dos anos 1970-2000”.

<sup>133</sup> Nuno Portas, “Os tempos das formas”, p.194-196

<sup>134</sup> Nuno T. Pereira, “O SAAL e a habitação social”.

empreitadas públicas. Em alguns dos bairros (como no Algarve) houve também incorporação de mão de obra dos moradores e, noutros casos, incorporação de “economias”, materiais ou outros serviços, baixando o custo das habitações.”<sup>135</sup>

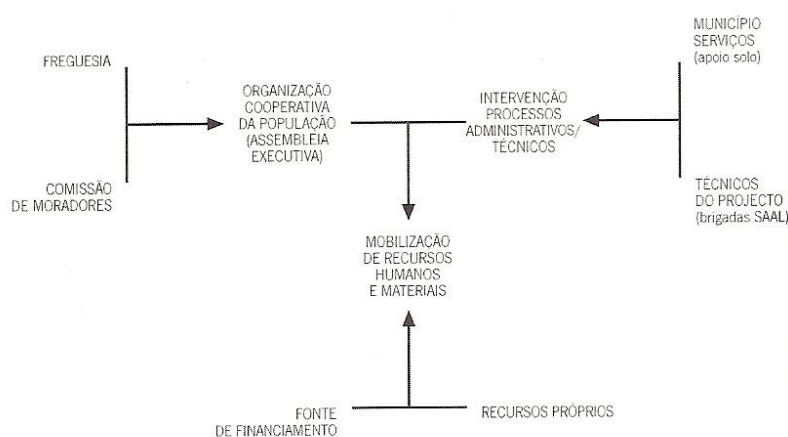


Fig. 10 - Objetivos de Política do Programa SAAL.

O desenvolvimento e as medidas adotadas pelo SAAL<sup>136</sup>, que contribuíram para o resultado da sua diversidade de intervenções, variam de acordo com as soluções definidas pelo FFH para a oferta de habitação. As quais, incluíam, desde apenas “facilidades de crédito”, ou facilidades no acesso ao mercado de renda limitada, ou no acesso a habitações de renda mínima (bairros de promoção direta do Estado), até à oferta de apoios às populações sem qualquer possibilidade de aquisição, mas que possuindo organização interna, eram-lhes dados os meios necessários para a construção de habitação (terrenos, infraestruturas, financiamentos), fomentando o desenvolvimento em autoconstruções.<sup>137</sup>

Devido à diversidade de possíveis acessos à resolução da problemática da habitação uma vez que também os contextos geográficos e territoriais eram distintos, somando as possíveis variações nas escolhas dos moradores e das equipas, as intervenções retrataram uma diversidade de tipologias arquitetónicas. Ou seja, o SAAL

<sup>135</sup> Nuno Portas, “Os tempos das formas”, p.194-196

<sup>136</sup> Bandeirinha considera ironicamente o SAAL como um “embrião” do Fundo de Fomento da Habitação (FFH), José A. Bandeirinha, “O Processo SAAL e a Arquitetura no 25 de Abril de 1974”, pp. 117-119

<sup>137</sup> José A. Bandeirinha “O Processo SAAL e a Arquitetura no 25 de Abril de 1974”, pp.117-119

ao contrário de outros programas, não se regeu por um modelo padrão, procurou antes diversas soluções adaptáveis segundo a natureza e as condicionantes de cada uma das intervenções.

O SAAL abrangeu os principais centros urbanos do País, mas a interpretação e liberdade das suas ações assim como as conceções e os seus resultados esteve dependente das diferenças regionais e sobretudo da resposta dos moradores ao processo. Estas divergências nos resultados das intervenções dependeram de circunstâncias desiguais, desde o contexto físico dos lugares, até à composição das brigadas e a sua relação com os moradores.<sup>138</sup> Tal como já referido anteriormente, o projeto SAAL pretendia manter os moradores nos seus locais de residência tradicionais, tanto os de barracas como os habitantes das *ilhas* (Porto). Mas este programa, não foi entendido e aceite pelos habitantes das ilhas da mesma forma como foi no resto do país. Rejeitaram-se as orientações iniciais do SAAL e o melhoramento das *ilhas* gradualmente através de soluções de autoajuda e de autoconstrução. Os habitantes reclamaram novas casas, ou a renovação das antigas, mas de forma a igualar-se às habitações promovidas pelo setor público para alguns operadores e famílias da classe média e não se limitando apenas a melhorar até conseguir algo de acordo com as suas condições económicas. Tentou-se então construir habitações com morfologias semelhantes às das *ilhas* e implanta-las em diferentes áreas da cidade.<sup>139</sup> O movimento SAAL chegou mesmo a ser criticado, gerando-se um movimento contra a autoconstrução, mas Nuno Portas deixa claro que o programa *não instituía a autoconstrução, tal como não se excluía essa possibilidade se a organização local decidisse incorporá-la total ou parcialmente.*<sup>140</sup> Segundo o autor, ainda assim, de um modo geral, a *autopromoção* revelou-se uma ação positiva, por parte das associações, quando várias operações se concluíram com excelentes resultados, em preço, qualidade e satisfação dos interessados.<sup>141</sup>

---

<sup>138</sup> José A. Bandeirinha “O Processo SAAL e a Arquitetura no 25 de Abril de 1974”, pp. 232-234

<sup>139</sup> Manuel A. Correia Teixeira, “Do entendimento da cidade à intervenção urbana. O caso das «Ilhas» da cidade do Porto”, pp. 76-89

<sup>140</sup> Nuno Portas, “Os tempos das formas”, pp.194-197

<sup>141</sup> *Idem.*

No percurso deste Programa surgiram várias dificuldades, entre elas, conflitos de competências, de comunicação, de colaboração e de coordenação. Por outro lado, o SAAL lutava contra estratégias públicas, tais como a questão do potencial valor fundiário dos solos uma vez que as populações deveriam desocupar os terrenos para dar continuidade ao mercado especulativo. No entanto, o interesse e reconhecimento pelo Programa cresceram e a qualidade de muitos dos exemplos construídos destacaram-se de forma que o conjunto da produção executado foi denominado *de uma Arquitetura do 25 de abril*, constituindo uma referência a nível internacional.<sup>142</sup>

Ao fim de dois anos, o SAAL viu o ressurgimento das iniciativas praticadas pelos planos anteriores, tais como, o FFH (Fundo de Fomento da Habitação) e o desaparecimento do serviço público que lhe dava cobertura e lhe conferia operatividade.<sup>143</sup>

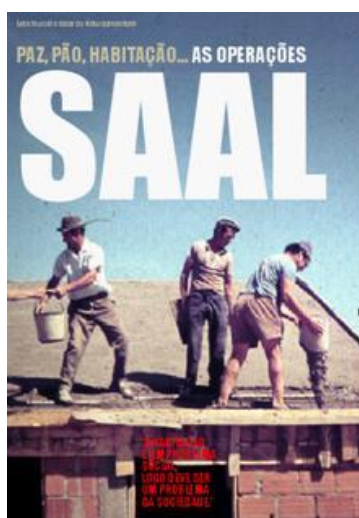


Fig. 11 – Imagem do filme de João Dias: “AS OPERAÇÕES SAAL”

#### Em **síntese**:

Segundo Bandeirinha, entre as ações e o desenvolvimento do SAAL podem-se destacar três questões representativas deste programa:<sup>144</sup>

---

<sup>142</sup> José A. Bandeirinha “O Processo SAAL e a Arquitetura no 25 de Abril de 1974”, pp.189, 217, 218

<sup>143</sup> *Idem.*, pp.215-228

<sup>144</sup> *Idem* Ibidem., pp.71-94

O Abandono das práticas do realojamento: garantindo a possibilidade de permanência dos habitantes no mesmo local onde haviam construído suas habitações.

A Participação ativa da população: foi dada a possibilidade de participação e colaboração dos utentes na definição e na execução dos planos, e no processo de execução das operações.

A Prática da *Habitação evolutiva*<sup>145</sup>: as soluções de tipo evolutivo contribuíam na redução dos custos dos fogos uma vez que a conceção técnica consistia em partir de núcleos elementares capazes de suportar sucessivas ampliações e beneficiações à medida da melhoria das condições orçamentais das famílias. Refere-se o projeto do Bairro do Alto do Moinho, inserido no plano integrado do Zambujal, na Amadora, como exemplo de um bairro de características evolutivas, totalmente construído no âmbito do programa do SAAL – Lisboa e Centro Sul. O projeto, da autoria de Francisco Silva Dias, propunha um modelo tradicional de rua e quarteirão, integrando habitações unifamiliares evolutivas por expansão, de “*casa-pátio*” considerando a sustentabilidade das habitações e do conjunto urbano.<sup>146</sup>

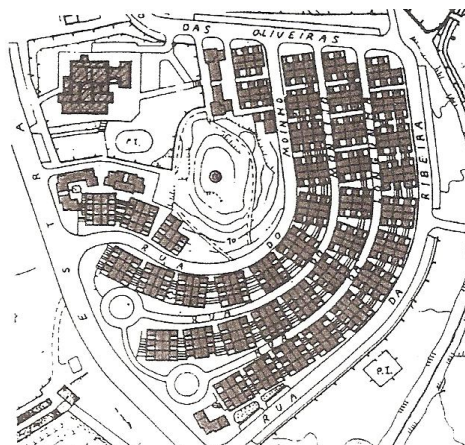


Fig. 12 – Planta de Implantação. Bairro do Alto do Moinho, Zambujal.

Importa ainda identificar um outro aspeto que também caracteriza a prática desenvolvida pelo programa SAAL. Refere-se assim, a abrangência do seu campo de intervenção, que, passando pelas várias partes do território português, atuou nos mais diversificados contextos, desde localizações em pleno litoral e junto ao mar, até nas zonas periféricas mais afastadas dos centros urbanos principais (antes terrenos

---

<sup>145</sup> Conceito já utilizado antes do SAAL, tal como no projeto da Quinta do Pombal, desenvolvido por Nuno Portas e Margarida Sousa Lobo, em 1970, que embora nenhum edifício tenha sido construído, deixou uma proposta de uso processual e de uso para toda a operação. *Idem* Ibidem., p.94

<sup>146</sup> Ana Bordalo, “Bairro do Alto do Moinho, Zambujal”, pp.22-31

rústicos que depois foram ocupados pela construção ilegal espontânea), e ainda na malha urbana consolidada, centros e núcleos antigos das cidades.

As intervenções litorais ocorreram principalmente na costa algarvia, como é exemplo, entre outros, o Bairro “Meia Praia-Apeadeiro”, no Concelho de Lagos, reconstruído no local das antigas barracas das populações ligadas à pesca, uma obra de 36 fogos iniciada em 1975.<sup>147</sup>



Fig. 13 - Bairro “Meia Praia-Apeadeiro”, Lagos.

A pesquisa do registo de intervenções desenvolvidas nas áreas nucleares das cidades, nomeadamente no interior da malha urbana consolidada, limita-se aos casos ocorridos na cidade do Porto; entre outros, o Bairro Miragaia, da Sé e o Bairro de S. Vitor.

O Bairro de S. Vitor iniciado em 1975, ganha destaque pela solução encontrada relativamente à sua tipologia de semelhanças com a *ilha*, e, reflete também um exemplo da união entre adaptação e recuperação. Neste projeto da autoria de Siza Vieira, valorizaram-se os vestígios e ruínas do edificado da antiga *ilha* anteriormente existente nesta zona, mostrando assim o respeito pela história do local.<sup>148</sup>



Fig. 14 - Bairro S. Vitor, Porto.

---

<sup>147</sup> José A. Bandeirinha “O Processo SAAL e a Arquitetura no 25 de Abril de 1974”.

<sup>148</sup> Bruno Miguel Tavares, “Estudo do SAAL – Da Teoria à Prática, Caráter da sua execução no Porto”, pp.81-94

### 3.1.2 A experi3ncia de interven3o em Br3s de Pina, Rio de Janeiro (Brasil)

#### Contexto da interven3o

A grande favela Br3s de Pina situava-se numa 3rea pantanosa adjacente 3 costa ocidental da baía de Guanabara. Tal como grande parte de outras favelas da zona norte do Rio de Janeiro, o terreno plano agudizava ainda mais as situa3o3es de insalubridade provocadas pela aus3ncia de infraestruturas de drenagem e de escoamento. O charco existente na parte central desta favela evidenciava ainda mais estas condi3o3es. O governo do Estado de Guanabara tinha decidido “acabar” com cinco das favelas do Rio de Janeiro e os seus ocupantes seriam reencaminhados para 12 mil fogos edificadas com o apoio dos Estados Unidos, em 3reas ainda mais perif3ricas. Devido 3 localiza3o3o desta favela numa zona com potencialidades de valoriza3o3o fundi3ria, industrial e habitacional, acabou por ser uma das escolhidas.<sup>149</sup>

Em finais dos anos 60, os moradores de Br3s de Pina, conscientes do seu futuro, da remo3o3o para conjuntos habitacionais da Zona Oeste, tal como tinha acontecido anteriormente aos moradores de cerca de outras 30 favelas, reuniram-se protestando contra estas medidas. Nessa mesma altura, um grupo de arquitetos rec3m-formados tinham formado uma pequena empresa chamada *Quadra Arquitetos Associados Ltda.* As suas preocupa3o3es e o seu principal objeto de trabalho eram as zonas mais problem3ticas das cidades, as favelas. Esta equipa chefiada pelo professor de urbanismo e antrop3logo, Carlos Nelson Ferreira dos Santos, come3ou a realizar alguns trabalhos na favela Br3s de Pina.<sup>150</sup> O arquiteto, entre outros colegas, foram chamados para assessorar a Federa3o3o das Favelas do Estado da Guanabara, o que lhes proporcionou um maior contacto com a pr3tica e com a realidade destes lugares. Ferreira dos Santos torna-se em 1964, um dos assessores das lideran3as da Favela Br3s de Pina para elabora3o3o de um *plano emergencial de reurbaniza3o3o*, com o objetivo de convencer o governo a n3o prosseguir com a remo3o3o dos moradores, iniciada

---

<sup>149</sup> Jos3 A. Bandeirinha “O Processo SAAL e a Arquitetura no 25 de Abril de 1974”, p.48-50

<sup>150</sup> Enciclopedia itaucultural, [em linha]. Brasil: 2012: Disponív3l: <URL <http://enciclopedia.itaucultural.org.br/pessoa446137/Carlos-Nelson-Ferreira-dos-Santos>

naquele ano. Através da equipa do Quadra, e da força do movimento de resistência das três associações de moradores representantes de quase 900 famílias, viram apresentado, nesse ano, um primeiro Plano de Urbanização.<sup>151</sup>

No Plano propunham uma alternativa à política habitacional do governo que se limitava à desocupação e transferência da população para conjuntos habitacionais construídos nos limites da cidade. O levantamento feito à favela, pelo Centro de Pesquisas Habitacionais - Cenpha, em parte realizado pela Quadra completou o Plano que foi viabilizado em 1967. Pressionado por técnicos e pela organização comunitária da favela, em 1968, o governo criou a Companhia de Desenvolvimento de Comunidades (Codesco), contratando Carlos Nelson e a sua equipa, para prosseguir com a reurbanização de Brás de Pina e executar o plano urbanístico e habitacional com o qual trabalhavam desde 1964.<sup>152</sup>

Objetivos: O plano visava a urbanização do assentamento, proponha a legalização da posse de terra, a implantação de infraestruturas e a reconstrução definitiva das moradias. A Codesco defendia a permanência dos moradores no lugar onde habitavam e a sua participação nos trabalhos, o aproveitamento dos investimentos já existentes e facilitava o acesso aos financiamentos individuais para a melhoria ou reconstrução das casas.<sup>153</sup>



Fig. 15 – Brás de Pina em 19 de outubro de 1964.

---

<sup>151</sup> Sergio Luis Abrahao, “Espaço Público – Do Urbano ao Político”, pp. 109-117

<sup>152</sup> Enciclopedia itaucultural, [em linha]. Brasil: 2012: Disponível:

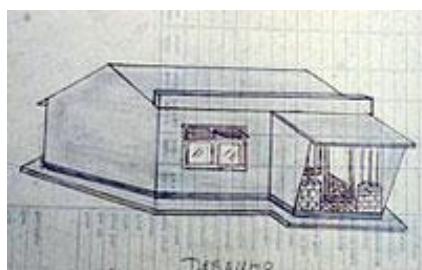
<URL <http://enciclopedia.itaucultural.org.br/pessoa446137/Carlos-Nelson-Ferreira-dos-Santos>

<sup>153</sup> Izabel Cristina Mendes, “Programa Favela-Bairro: uma inovação estratégica? Estudo do Programa Favela-Bairro no contexto do Plano Estratégico da Cidade do Rio de Janeiro”, p.85

## A Intervenção

Na intervenção destacou-se o papel da Codesco, a qual criou e facilitou a ligação entre governo, universidade (alguns dos técnicos eram estudantes) e comunidade. Devido à complexidade geomorfológica de uma área da favela, o traçado e organização das ruas exigiu uma maior atenção. O primeiro plano incluiu um estudo do sistema viário redesenhado para atender à necessidade de infraestrutura e integração aos bairros circundantes com base nas ruas existentes, e, num estudo da divisão da terra ou parcelamento. Um terço da população da favela tinha concordado com a solução de realojamento, o que, proporcionou espaço livre sobranante na favela. Desta forma a implantação das infraestruturas começou por estas áreas deixadas livres pelos ocupantes que não tinham aderido à luta.<sup>154</sup>

Os moradores tinham uma participação ativa, sugeriam a planta da sua própria casa que depois era melhorada e adaptada pelos técnicos, conciliando opções de conceção de acordo com cada orçamento familiar e ainda participavam nos trabalhos das obras.<sup>155</sup>



Moradores expressavam através de traços os desejos de uma moradia digna



'Planta', feita por pessoas da comunidade, que era levada aos arquitetos



A comunidade de Brás de Pina, na cidade do Rio de Janeiro na década de 60



Em 2001, a estrutura arquitetónica da antiga favela já incorporada pelo bairro

Fig. 16 – Desenhos feitos pelos moradores (em cima) e imagens da favela antes e depois da intervenção (em baixo).

<sup>154</sup> José A. Bandeirinha “O Processo SAAL e a Arquitetura no 25 de Abril de 1974”, p.48-50

<sup>155</sup> Sérgio Luís Abrahão, “Espaço Público – Do Urbano ao Politico”, pp. 109-117

A urbaniza33o de Br3s de Pina teve in3cio em 1969, com a implanta33o de infraestrutura b3sica e a melhoria das habita33oes.<sup>156</sup> Alguns dos objetivos principais foram dif3ceis de concretizar, tais como a legaliza33o dos terrenos e da habita33ao. Em alternativa era dada uma carta de compromisso da prefeitura que garantia que os moradores recebiam a documenta33ao legal quando fosse poss3vel. Desta forma os moradores j3 podiam garantir a posse legal dos terrenos e sentirem-se seguros relativamente 3s poss3veis a3oes de remo33ao.<sup>157</sup>

### O contributo de Carlos Nelson Ferreira dos Santos

Ferreira dos Santos destacou-se como membro principal respons3vel n3o s3o no futuro da favela Br3s de Pina, como tamb3m, o seu trabalho, pesquisa e contributo influenciaram na mudan3a de atitude do poder p3blico face 3 interpreta33o e interven33o em favelas. Tamb3m a sua metodologia de trabalho trouxe mudan3as, defendeu a constitui33o de equipas multidisciplinares e negou o urbanismo praticado dentro dos gabinetes, para passar a ir para a rua, olhar o ambiente da interven33o e conversar com as pessoas.<sup>158</sup>

O arquiteto entendia a cidade segundo a sua vis3o antropol3gica e a partir da perspetiva do morador. A comunidade constitu3a o seu sujeito de trabalho e pesquisa, considerava os seus investimentos, compreendendo seu valor patrimonial e arquitet3nico e valorizava a suas opini3oes.<sup>159</sup> O pensamento do arquiteto e antrop3logo, juntamente com a sua equipa foi influenciado pelo urbanista John Turner que esteve no Rio nos anos 60 deixando uma frase que se enquadra com o trabalho do *Quadra: A favela foi-me mostrada como um problema e, no entanto, 3 a solu33o; os planos de erradica33o eram citados como a solu33o, e s3o o problema.*<sup>160</sup>

---

<sup>156</sup> Izabel Cristina Mendes, “Programa Favela-Bairro: uma inova33o estrat3gica? Estudo do Programa Favela-Bairro no contexto do Plano Estrat3gico da Cidade do Rio de Janeiro”, p. 86, 87

<sup>157</sup> S3rgio Lu3s Abrah3o, “Espa3o Publico – Do Urbano ao Politico”, pp. 109-117

<sup>158</sup> Am3rico Freire e L3cia Lippi Oliveira, “Cap3tulos da Mem3ria do Urbanismo Carioca”, pp.104-131

<sup>159</sup> *Idem.*

<sup>160</sup> S3rgio Lu3s Abrah3o, “Espa3o Publico – Do Urbano ao Politico”, pp. 109-117

Contrapondo-se a uma tendência autoritária de erradicação de favelas, a intervenção de Brás de Pina foi considerada uma experiência modelo incluindo uma amplitude de ações, não identificadas em mais nenhuma iniciativa nem programa até ao Favela-Bairro nos anos 90, que resgatou ideias sugeridas pela primeira vez pelo Quadra.<sup>161</sup>

**Em síntese:**

A intervenção abrangeu a reestruturação da área de intervenção na sua totalidade, a implantação de infraestruturas, solucionou o problema da precariedade das habitações, regularizou a posse da terra, e mobilizou a população numa participação efetiva no processo de urbanização e na luta pelos seus direitos.

A experiência de Brás de Pina foi considerada o primeiro caso em que se questionou o tipo de políticas públicas para as favelas, uma vez que até à altura as intervenções visavam a remoção dos moradores e das barracas e o seu realojamento noutras zonas, como única solução. A sociedade tomou conhecimento da importância do problema e passou a considerá-lo e discuti-lo, ocorrendo um avanço dentro de toda a cronologia de intervenção em favelas.<sup>162</sup>

### **3.2 Intervenções em Bairros Periurbanos**

Os dois casos de estudo referidos neste ponto nascem de propostas desenvolvidas em diferentes épocas mas apresentam uma mesma localização quando identificada pelo contexto da estrutura urbana onde se inserem. O primeiro caso de estudo compreende a intervenção no bairro de St. Josep, integrada no estudo de Joan Busquets I Grau sobre a urbanização marginal em Barcelona. O segundo caso de

---

<sup>161</sup> *Idem.*

<sup>162</sup> Arqtextos [em linha]. Brasil, 2013: Disponível: [http://www.arqbrasil.arq.br/arqdoc/textos/arqdoc\\_018.htm](http://www.arqbrasil.arq.br/arqdoc/textos/arqdoc_018.htm)

estudo ganha lugar no Bairro da Cova da Moura em Lisboa, de géneses ilegal e inicialmente localizado na periferia da cidade.

As razões que motivaram a origem dos assentamentos iniciais destes bairros, assim como o processo de construção que lhes foi configurando a forma espontânea, são, de uma forma geral, aspetos semelhantes nestes dois bairros.

São também dois exemplos de casos que, outrora poupados à demolição, tiveram a oportunidade de acompanhar o crescimento da cidade. Numa fase inicial das suas formações, os dois bairros apresentavam uma posição caracterizada pelo isolamento e afastamento relativamente ao centro urbano mais próximo do qual dependiam.

### 3.2.1 Urbanização marginal em Barcelona - Estudo de Joan Busquets I Grau

A intervenção no *Bairro de Sant Josep*, município de Sant Vicenç dels Horts localizado na denominada primeira coroa da área metropolitana de Barcelona, encontra-se entre os trinta bairros que constituem um estudo aprofundado sobre a Urbanização Marginal, realizado no seio do Laboratório de Urbanismo (LUB) no período entre 1971 e 1974 sob direção do catedrático Manuel de Solà-Morales. O objetivo principal centrava-se na melhoria do desenvolvimento das formas urbanas, e de estratégias de intervenção capazes de canalizar a reconversão urbana, explorar hipóteses de integração destas áreas e travar a sua expansão.

*A partir de 1976, com a formação do Plano Geral Metropolitano (PGM) de Barcelona, identificam-se as zonas ocupadas por estes assentamentos como áreas de renovação-reabilitação e foi adiada a sua intervenção para que se desenvolvessem os estudos pormenorizados. Os Planos Especiais de Reforma Interior, PERI nasceram como instrumento específico para abordar a requalificação dos bairros, porque a sua escala intermédia oferecia uma visão global do bairro e da sua envolvente que não era possível ter através de um projeto pontual e por outro lado permitiam aproximar-se das necessidades e particularidades do âmbito, que não eram possível abordar através da escala de um Plano Geral. Neste contexto desenvolveram-se vários planos para o*

*centro antigo da cidade e zonas marginais, entre os quais, o PERI de Sant Josep (...) em 1981. (...) ”*<sup>163</sup> Elaborado por Joan Busquets I Grau, com o qual ganhou o prémio Nacional espanhol de Urbanismo.

A importância da urbanização marginal não se destacava apenas pela etapa inicial de formação dos bairros e pela extensão de solo que os mesmos ocupavam. Uma vez que já apresentavam um considerável grau de consolidação, iniciava-se uma longa etapa de luta por dois sentidos: por parte da administração e dos governos locais por travar o fenómeno, exercendo fortes controlos para evitar a construção de novas casas; e por parte das comunidades de moradores para aceder a serviços básicos como transporte urbano, água potável, equipamentos, iluminação pública, entre outros.<sup>164</sup>

Para entender o fenómeno da urbanização marginal, o LUB baseou-se no seu método conhecido como: *As formas de crescimento* estabelecendo-o como matriz fundamental na compreensão dos diversos processos de materialização da cidade. O estudo reflete a preocupação em criar alternativas às políticas de habitação e (...) *outro tipo de tratamento que não prejudique de novo os moradores do bairro e facilite o seu desenvolvimento*. Tendo conhecimento que *para isso é necessária uma ação pública de assistência que não seja o reflexo dos operadores especulativos e que facilite a legalização, a urbanização do bairro e o apoio de equipas especializadas (...)*.<sup>165</sup>

O estudo apresenta duas partes em que na primeira é feita uma análise à localização dos bairros de *coreas* em Barcelona por períodos, e a relação entre estes bairros e a estrutura espacial do crescimento da cidade. É também considerada a dependência da urbanização marginal, a *corea* como alternativa ao mercado de habitação, e a evolução deste tipo de construção de acordo com os seus moradores. Numa segunda parte, aprofunda-se o estudo da origem e desenvolvimento destas áreas, o parcelamento dos bairros, a *corea* e a sua configuração edificada, os processos de construção, crescimento e transformação destes bairros. Posteriormente foi feita uma análise mais pormenorizada das características destes bairros. Analisaram-se

---

<sup>163</sup> Laura Giraldo Patiño e Francesc Peremiquel Lluch, “2 Barrios, 2Planes, 2 Apuestas. Recuperación de barrios de urbanización marginal en Barcelona, p.68-70

<sup>164</sup> *Idem.*, pp.70

<sup>165</sup> Joan Busquets I Grau, “La Urbanización Marginal”, p. 68

aspetos desde a topografia, a geomorfologia, o valor da área que ocupam, a relação espacial com os núcleos urbanos, os tipos de acessos e configuração viária, e a dependência dos habitantes das *coreas* face aos núcleos urbanos próximos. Por último, na obra são apresentados dois exemplos das intervenções nestas áreas, dos quais foi escolhido o Bairro de St. Josep em Barcelona.<sup>166</sup>

Os bairros de urbanização marginal foram, principalmente na década de 50 e 60 a “válvula de escape”, e o único recurso possível para satisfazer as necessidades mínimas de acesso à habitação, para a população de baixos rendimentos. Estes bairros que cresciam de forma espontânea e desorganizada ocupavam uma quarta parte do solo urbanizado do território metropolitano de Barcelona, uma superfície total de cerca de 900 hectares.<sup>167</sup> Nestes bairros de *coreas* conseguia-se o acesso à habitação através de um processo de construção flexível. Nestas formas de alojamento muito elementares a *corea* é definida como um tipo de edificação criado por sucessivas ampliações, melhorias e adaptações, condicionadas à situação e capacidade económica dos seus moradores e dependente do processo de desenvolvimento do bairro.<sup>168</sup>

No trabalho foi desenvolvido um intenso estudo sobre o processo de parcelamento dos vários bairros, uma vez que este é um fator que permite classificá-los e é em parte responsável pela morfologia e está diretamente relacionado com a configuração do sistema viário. Contudo, para discutir a configuração física que as parcelas adquirem em cada bairro, consideraram-se também as condições topográficas e de acesso como fatores que permitem explicar a estrutura que a fragmentação do solo em parcelas vai tomando no bairro. São também definidas as diferentes alternativas ou processos de desenvolvimento, evolução e transformação possíveis de ocorrer nos bairros de *coreas* os quais foram definidos como: *Desenvolvimento*

---

<sup>166</sup> *Idem.*, pp.13-14

<sup>167</sup> Laura Giraldo Patiño e Francesc Peremiquel Lluch, “2 Barrios, 2Planes, 2 Apuestas. Recuperación de barrios de urbanización marginal en Barcelona, p.67

<sup>168</sup> Joan Busquets I Grau, “La Urbanizacion Marginal”, pp.114, 176-233

*evolutivo do bairro, Congelamento do bairro e Transformação do bairro. Estes processos podiam ocorrer de forma isolada ou os vários num mesmo bairro.*<sup>169</sup>

*Desenvolvimento evolutivo do bairro - Entende-se pela continuação do processo de urbanização marginal, seguindo os padrões do processo de formação dos bairros (...). Prevê-se neste caso a evolução dos fragmentos do bairro já constituídos de acordo com uma organização mais urbana. Isto ocorre a partir das tentativas múltiplas e individuais de melhoria e ajuste da habitação, podendo posteriormente dar lugar à gestão conjunta de um grupo de residentes para conseguir a instalação de algum serviço urbano (eletricidade, água, etc.). (...)*<sup>170</sup>

*Congelamento do bairro - Entende-se pela negação da capacidade de desenvolvimento do bairro de urbanização marginal através da imposição de um sistema rígido de controlo que impede as novas construções e a evolução favorável das mesmas. Supõe assim um colapso respetivamente ao processo gradual que caracteriza esta forma de crescimento e que suporta o desenvolvimento evolutivo (...). A consideração de negar o desenvolvimento a todo o custo implica optar por um tratamento de estancamento do fenómeno com o objetivo de congela-lo à espera de atuações “ortodoxas”. Contudo, anular o desenvolvimento não significa diretamente anular o processo, se não transforma-lo, uma vez que a perda de expectativas gera outra utilização e exploração do bairro por parte dos seus residentes (densifica-se, compartilhando os espaços construídos, aparecem mais casos de aluguer, etc.).*

*Transformação do bairro - Entende-se pela alteração do processo de desenvolvimento segundo as características da urbanização marginal por um processo de crescimento convencional. Supõe assim uma adulteração do desenvolvimento evolutivo previsível dando lugar à nova forma de crescimento.*<sup>171</sup>

Estes bairros desenvolveram-se numa posição isolada dos núcleos urbanos próximos, dos quais também dependiam, no que diz respeito a compras, serviços, transporte, etc. Segundo o estudo, vinte e oito dos trinta bairros analisados apresentavam fortes pendentes e devido à topografia acidentada estes terrenos

---

<sup>169</sup> *Idem.*, pp. 89-101, 157

<sup>170</sup> *Idem* *Ibidem.*, p. 157

<sup>171</sup> Joan Busquets I Grau, – “La Urbanizacion Marginal”, p. 157

tinham um rendimento de exploração relativamente baixo e encontravam-se, antes do parcelamento ilegal, limitados ao uso rustico.<sup>172</sup>

A permeabilidade destes espaços foi analisada no estudo dos diferentes tipos de acessos aos bairros, definindo as condições e o tipo de esquema viário. Em conclusão, 75% dos bairros oferecia apenas um único acesso, o qual foi classificado em dois tipos: acesso único isolado e acesso único em ramal. Relativamente à organização e tipo de estrutura viária, foram definidos quatro tipos. O primeiro, linear, ou representando aqueles sistemas que se desenvolvem ao longo de uma única via. O segundo, tipo arbóreo, em que o esquema viário apresenta um eixo principal com ramificações que alimentam e sustentam os setores laterais. Sendo este o tipo mais frequente e característico nas áreas marginais. O terceiro, em rede, e por último o tipo quadrícula ou malha.<sup>173</sup>

Considerando a apropriação e utilização do espaço livre residual nos bairros de *coreas*, os espaços ou *fragmentos* livres das parcelas são utilizados para o desenvolvimento das várias atividades da família. Desde uma fase inicial em que o uso é quase sempre rural até que adquire novas funções residenciais<sup>174</sup> embora de forma difícil pela reduzida área que a *corea* dispõe. Da necessidade de oferecer uma possibilidade de acesso às diversas parcelas de solo rustico, é definido um esquema de distribuição entendido como servidão compartilhada pelas parcelas contíguas. Esta servidão compartilhada será a componente fundamental que se converte em “espaço público”, respetivamente ruas de acesso e alinhamento das parcelas. Os espaços das ruas são considerados os espaços comuns mais importantes, tanto quantitativamente como organizativamente, no processo de formação do bairro. Outro tipo de espaços livres são os produzidos desde o início do parcelamento, onde nos cruzamentos de caminhos com pendente, em áreas sem aptidão ou viabilidade para a edificação

---

<sup>172</sup> *Idem.*, p.173

<sup>173</sup> *Idem* *Ibidem.*, pp. 179-182

<sup>174</sup> (...) *Lavandaria e tratamentos das roupas, pequeno curral para alguns animais, arrumação para depósito de materiais que poderão servir mais tarde nas remodelações, pequena garagem para bicicleta ou moto reserva particular de água que pode comprar a um vizinho e em algumas situações mais avançadas do bairro, instalação de wc, etc, (...) aparecem pequenos jardins aproveitando recantos pouco uteis que decoram as fachadas (...).* *Idem.*, p.126

surtem fragmentos de solo que passam a espaços públicos residuais. E ainda as parcelas livres entre as outras, geralmente muito acidentadas ou de acesso muito difícil, utilizadas como espaço comum, constituem espaços abertos de encontro, áreas de jogos para as crianças, depósito de lixos entre outros. Contudo, estes espaços residuais ou abertos tendem a ser mínimos porque o índice de aproveitamento do solo é muito elevado.<sup>175</sup>

### 3.2.1.1 Proposta de intervenção para o Bairro de Sant Josep, Barcelona (Espanha)

#### Contexto histórico-geográfico

O início das construções no bairro de Sant Josep ocorreu em meados dos anos 50, com uma área de aproximadamente 30 hectares, encontra-se implantado na zona, Puig Castelar, de grandes pendentes (40% das ruas têm pendentes superiores a 8%), que formam parte do sistema montanhoso que define a margem direita do rio Llobregat. O bairro apresentava uma população superior a 4.200 habitantes, o correspondente a 850 unidades familiares, em que, parte desta população encontrava-se ativa mas uma outra parte era constituída por reformados e sem ocupação.<sup>176</sup>

O bairro foi crescendo ao longo do tempo com absoluta precariedade jurídica, sem domínio legal e administrativo e sem suporte técnico para as construções, resultando na ilegalidade e marginalidade dos seus edifícios. Entre outros bairros também o bairro de Sant Josep alcançou alguma relevância, sobretudo pela sua taxa populacional e pelo volume da edificação. Por outro lado, a introdução de urbanização primária (ruas e redes) seria problemática e difícil: difícil porque a forma como se foi implantando a edificação dificultava a construção das redes sanitárias e a pavimentação das ruas, problemática porque era uma etapa que exigia um

---

<sup>175</sup> Joan Busquets I Grau, “La Urbanizacion Marginal”, pp.141-145

<sup>176</sup> *Idem.*, p. 231

compromisso da administração local com a legislação, não estando esta anteriormente disposta a que tal acontecesse.<sup>177</sup>

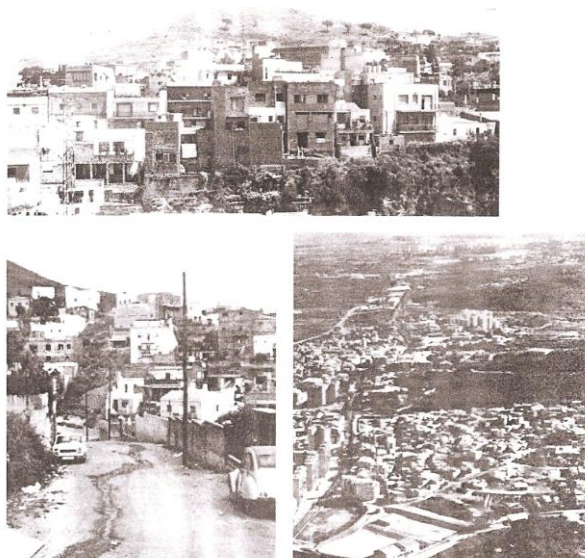


Fig. 17 - Bairro de Sant Josep (situação anterior ao projeto).

#### Perspetivas de Desenvolvimento

O desenvolvimento do trabalho compreendeu o estudo preciso e detalhado do bairro de forma a analisar a sua situação atual, a identificar as suas características principais e a definir padrões de intervenção. Esta avaliação inicial do bairro permitiu formular os objetivos centrais do plano, registar o número relativo das habitações em bom estado e identificar a possível requalificação de algumas de forma a mantê-las, assim como também verificar a possibilidade da legalização urbanística.

De acordo com a proposta definida no desenvolvimento do trabalho, a intervenção no bairro poderia ocorrer segundo os seguintes processos: “Congelamento” do bairro, que constituía um processo de grande impacto para o bairro uma vez que eram eliminadas todas as expectativas dos residentes de possíveis aumentos e expansões. A “Remodelação” do bairro, onde se erradica a habitação

---

<sup>177</sup> Joan Busquets I Grau, “La Urbanizacion Marginal”, pp. 231-233

precária para ser substituída por novas habitações que poderiam vir a ser melhoradas progressivamente.<sup>178</sup>



Fig. 18 – Bairro Sant Josep.

### Caraterização

No sentido de se concretizarem ampliações e melhorias nas habitações e construções existentes, analisaram-se os seus diferentes tipos que apresentavam assim como também a sua distribuição no bairro. Destes destacaram-se dois grandes grupos de habitações: habitações autoconstruídas (que correspondem à denominada Urbanização Marginal) que evoluem a partir de situações iniciais muito elementares, desde a própria casa até à gestão desta por fases. Representam 78,5% da totalidade do bairro, e desenvolvem-se segundo três tipos diferentes, de acordo com a forma da parcela e a posição do edificado na parcela (em que o tipo mais comum é caracterizado por um corredor lateral de acesso à parte posterior da parcela). E habitações de construção acabada, em que as mesmas realizam-se numa só fase, resultando uma habitação económica e que se considera terminada, onde geralmente o usuário não corresponde ao proprietário da construção.<sup>179</sup>

Relativamente à configuração viária, verifica-se que o bairro de St. Josep evoluiu segundo o tipo de sistema viário em *rede*. Neste tipo, o espaço viário residual é muito escasso e mesmo que num estado inicial a densidade seja baixa, a subsequente ocupação das áreas privadas através do tipo arquitetónico com acesso lateral aumentará a densidade, dificultando assim o aumento da superfície viária. O sistema viário do *tipo rede* pode ser considerado como representativo dos bairros de

---

<sup>178</sup> Joan Busquets I Grau, “La Urbanizacion Marginal”, pp. 236, 237

<sup>179</sup> *Idem.*, p. 235

dimens3es m3dias ou grandes, cujos traçados s3o tamb3m muito irregulares, mas onde existe maior 3ndice de ligaç3o entre as ruas.<sup>180</sup>



Fig. 19 - Planta representativa- edificado e organizaç3o vi3ria do Bairro de Sant Josep.

Relativamente 3 organizaç3o social e da comunidade do bairro, este (...) disp3e de uma associaç3o de vizinhos que inclui grande parte dos residentes e cujo n3vel organizativo e capacidade de intervenç3o foi uma ajuda primordial na determinaç3o das diferentes propostas realizadas durante o projeto.<sup>181</sup>

### **Proposta de Reabilitaç3o (Legalizaç3o e Urbanizaç3o + Ordenamento futuro)**

O plano de reabilitaç3o do bairro constitui o passo fundamental no processo de intervenç3o e foi organizado segundo os diversos n3veis:<sup>182</sup>

#### **- Sobre os modelos urban3sticos de planeamento**

a-1 sobre o solo e seu regime

a-2 sobre a habitaç3o e sua reabilitaç3o

a-3 sobre a urbanizaç3o do bairro

#### **- Sobre a valorizaç3o urbana do bairro**

---

<sup>180</sup> *Idem.*, p. 184

<sup>181</sup> *Idem* Ibidem., p. 237

<sup>182</sup> Joan Busquets I Grau, "La Urbanizacion Marginal", p. 237

- Sobre a intervenção dos operadores

- Sobre o processo administrativo

- Sobre os modelos urbanísticos de planeamento

Do estudo do bairro reflete um conjunto de características que em nenhum caso integra os processos urbanísticos convencionais a partir dos quais a cidade se vai produzindo. Segundo as ações que se vinham a desenvolver como solução para este tipo de bairros, também este se viria condenado à sua erradicação física e ao deslocamento dos seus residentes para outras áreas geralmente afastadas do centro urbano. Na proposta para o bairro pretenderam alcançar formas ou modelos que fossem compatíveis com o mesmo e que permitissem a melhoria da sua qualidade urbana mantendo os seus residentes.<sup>183</sup>

a-1 sobre o solo e seu regime – O Plano pretende evitar a expansão do processo marginal. Considera o solo ocupado pela habitação marginal como solo urbano e define a forma de aquisição do solo público necessário para o desenvolvimento futuro, nomeadamente para a implantação de equipamentos e estruturas.<sup>184</sup>

a-2 sobre a habitação (*coreas* ou construções ilegais marginais) e sua reabilitação - Foi elaborado um documento normativo que permitiria a legalização da maioria das casas, e o acrescento de novos volumes ou a construção de novos edifícios, de forma a garantir a requalificação da edificação existente. Quando a habitação não cumpria as regras definidas, era da responsabilidade das autoridades obrigar à demolição. Esta intervenção também incluía uma análise caso a caso, de forma a identificar o estado das construções. Após esta, era defendida a recuperação e reabilitação (melhorando as condições de habitabilidade como correção de humidades, melhoria das instalações de abastecimento de água e saneamento básico, entre outras) sempre que fosse possível e quando não era, destruir-se-iam as construções existentes na totalidade e construíam-se novas habitações. A estratégia passou por criar mecanismos que permitissem o desenvolvimento residencial segundo padrões tipológicos similares aos

---

<sup>183</sup> *Idem* Ibidem., p. 240

<sup>184</sup> *Idem* Ibidem., p. 240

já existentes, que tinham como norma a casa bifamiliar, de tamanho reduzido, podendo ser construídas cada uma ao seu ritmo e com técnicas diferentes.<sup>185</sup>

a-3 sobre a urbanização do bairro - Segundo a análise feita, foi considerado o estado das habitações na maior parte dos casos satisfatório, pelo que foi recomendada a requalificação e acabamento das construções em 90 % das parcelas. Para a orientação da melhoria e reabilitação das casas era recomendado um estudo tipológico mais pormenorizado de forma a integrar as alterações nos seus traços gerais característicos. O plano incluía a definição dos modelos de organização arquitetónica, tipologias, fachadas, dimensões, e também a regulamentação da envolvente externa das edificações ou dos conjuntos. Os espaços públicos interiores no bairro são referidos apelando para que a sua disposição e forma garantam a continuidade entre os mesmos e a configuração das ruas. Foram definidos três perfis diferentes do tipo de rua que seguem a morfologia do terreno: a rua tipo *Rambla*, a rua tipo *Cresta* e a rua tipo *Travesera*. As ruas tipo *rambla* pretendem-se amplas e para isso se for necessário recua-se o corpo principal do edificado, reforçando o seu caráter de avenida e aumentam-se as dimensões dos passeios; as ramblas menos importantes continuarão a conservar seu papel de ligação pedonal importante. As ruas do tipo *travesera* cruzam-se com as do tipo *rambla* e inclinam-se transversalmente, retendo as águas pluviais no lado onde se plantam as árvores; no outro lado onde a fachada é menos importante seria colocada a iluminação. As ruas do tipo *cresta* são as de maiores pendentes e correspondem a percursos pedonais íngremes, embora estabeleçam uma relação visual privilegiada marcada pelas vistas longitudinais.<sup>186</sup>

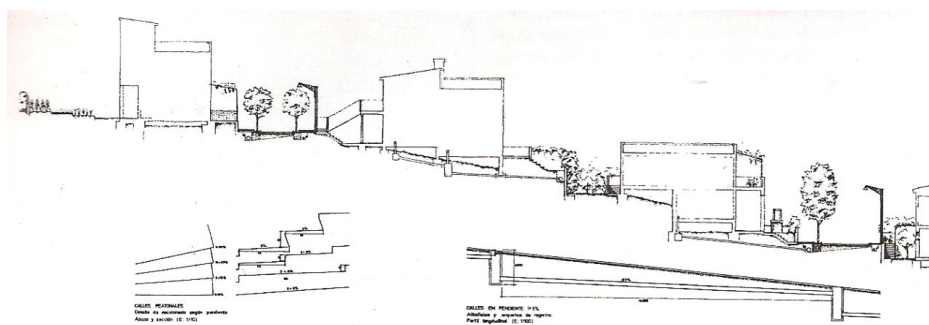


Fig. 20 – Perfil tipo da proposta de urbanização do Bairro.

<sup>185</sup> Joan Busquets I Grau, “La Urbanización Marginal”, pp. 240-242

<sup>186</sup> *Idem.*, pp. 238, 239

A urbanização do bairro integrava os seguintes trabalhos: a pavimentação das ruas e passeios, a construção dos serviços de iluminação pública, redes de abastecimento de água, energia elétrica e rede de saneamento básico. E ainda a intervenção nas zonas de interseções de ruas, devendo potencia-las como pontos de referência e como espaços públicos de partilha e sociabilidade. O plano previa ainda a ampliação da escola existente e a criação de espaços novos para acolher as crianças. A criação de espaços abertos, para desenvolvimento social, atendendo às festividades do bairro e ainda a ampliação das instalações da associação de vizinhos, casa de repouso, biblioteca e ainda dois pontos estratégicos para comércio local. No plano é valorizada a opinião pública quando é referida a possibilidade de escolha de elementos da urbanização alternativos aos habituais e se preveem na fase da sua elaboração, debates públicos com as associações de bairro.<sup>187</sup>

Ao nível da execução, o faseamento define as tarefas de urbanização e implantação setorizadas pelas ruas, pelas zonas do bairro e pelos serviços em questão (pavimentação, saneamento, abastecimento de água, iluminação) em 3 fases divididas por 5 anos. No primeiro ano a prioridade seria a pavimentação de um circuito primário de acesso e travessia do bairro estabelecendo ligação com a sua envolvente, definindo as ruas internas mais significativas, juntamente com a arborização das ruas. Seria ainda implantado o sistema de abastecimento de água nas zonas que não dispunham e a iluminação pública nas ruas principais e nas ruas periféricas do bairro. No segundo ano a pavimentação ocorreria nos troços secundários, seguidos do eixo central, e a iluminação estender-se-ia a todo o interior do bairro incluindo ruas pedonais. Esta era a sequência que se iria seguir nos anos seguintes chegando aos diferentes pontos do bairro em ações sistemáticas e coordenadas.<sup>188</sup>

#### - Sobre a valorização urbana do bairro

É referida a intenção de articulação de uma série de propostas de forma a melhorar as condições da habitabilidade do bairro, entre elas, o sistema de transportes públicos e o sistema de drenagem e recolha das águas pluviais, e ainda a valorização

---

<sup>187</sup> *Idem.* Ibidem, pp. 241-244

<sup>188</sup> Joan Busquets I Grau, “La Urbanizacion Marginal”, p. 244

de uma zona intersticial entre bairros: *Al vale de la Fuente de San Josep*, como importante espaço público aberto municipal. A intervenção visa controlar as ações futuras no bairro, evitando as intervenções especulativas.<sup>189</sup>

- Sobre a intervenção dos operadores

As iniciativas previstas no plano contam com a intervenção de diversos operadores, entre investimentos públicos, respetivamente nas obras de urbanização do bairro como de investimentos privados, sobretudo na requalificação das construções. Aos operadores públicos competia a realização das operações projetadas para o bairro.<sup>190</sup>

- Sobre o processo administrativo

O plano previa que a urbanização e os processos de legalização pudessem realizar-se simultaneamente, aconselhando o poder administrativo a completar a legalização das parcelas que ainda estivessem por regularizar enquanto intervinham em cada uma das ruas. A legalização da construção já existente seria obrigatória sempre que fosse necessária uma licença (de ampliação ou edificação de nova planta) para a mesma.<sup>191</sup>

Em síntese:

A proposta de intervenção e requalificação para o bairro de Sant Josep trata-se de um entre os vários projetos desenvolvidos entre o estudo sobre o fenómeno da urbanização marginal em Barcelona. Desta forma quando se analisa a proposta de intervenção destaca-se o seu carácter abrangente uma vez que são considerados todos os aspetos essenciais que num bairro de urbanização marginal são necessários para garantir as condições mínimas antropológicas, sociais e de habitabilidade dignas para os seus utilizadores. Segundo a descrição, *Joan Busquets, encarregado do*

---

<sup>189</sup> *Idem.*, pp. 243, 244

<sup>190</sup> *Idem* Ibidem., pp. 245 e 247

<sup>191</sup> Joan Busquets I Grau, “La Urbanizacion Marginal”, p. 247

*desenvolvimento do PERI de Sant Josep, procurou inovar nos métodos utilizados para melhorar o bairro de forma progressiva, (...) para isso, procura caracterizar o bairro segundo componentes básicas de crescimento: o solo, as casas, a urbanização e a sua relação com a população residente.*<sup>192</sup>

São assim considerados os elementos essenciais relacionados com a urbanização do bairro, o espaço público, o espaço habitacional, os serviços públicos. Em cada um dos diferentes níveis apontados anteriormente na proposta para este bairro, são incluídas entre outras, questões ligadas à reabilitação das habitações, às necessidades de alteração dos perfis das ruas, da implantação de infraestruturas básicas, a uniformização de um modelo para a habitação, da legalização do solo e da habitação e ainda da importância de reativar e valorizar zonas intersticiais entre o bairro e a envolvente; e ainda evitar a expansão de novas construções marginais.

Também neste estudo intensivo da urbanização marginal foram consideradas as relações de acessibilidade e conectividade entre os bairros e o centro urbano principal assim como as suas relações de dependência. De uma forma geral, nota-se uma análise pormenorizada aos aspetos eleitos essenciais para o estudo deste tipo de construção, ocupação e vivência de raiz informal e desintegrada dos cânones formais comuns à construção da outra parte da cidade. Na definição da proposta entende-se uma certa preocupação em garantir a criação de um padrão e de um nível de uniformidade nos vários aspetos sobretudo os ligados à habitação, onde para cada caso em particular eram definidas as alterações futuras possíveis.

Por outro lado, na descrição do Plano encontram-se muito poucas referências relativas à participação e opinião da população durante o desenvolvimento do projeto, comparativamente com a atenção dada aos elementos e condicionantes da requalificação assente num estudo avançado das características particulares do bairro e focado nas intervenções e estruturas essenciais ao funcionamento de todo o seu espaço. Ainda relativamente ao papel ativo dos moradores e à sua interação com as

---

<sup>192</sup> Laura Giraldo Patiño e Francesc Peremiquel Lluch, “2 Barrios, 2Planes, 2 Apuestas. Recuperación de barrios de urbanización marginal en Barcelona, p.82

questões ligadas ao bairro apenas é feita uma breve referência à possível participação ativa das associações de moradores.

Entre a escassa informação respetiva à evolução e desenvolvimento do bairro de Sant Josep encontra-se a seguinte descrição: *desde o primeiro período, compreendido entre 1981 e 1988 é evidente e constante até à atualidade, a consolidação gradual e quase homogénea de todo o bairro, com maior expressão nos eixos de acessos (...) durante este período ocorreram algumas transformações na configuração da rede viária de forma a otimizar a circulação. (...) Entre 1988 e 2003, para além do processo de consolidação, que inclui a construção do Complexo Desportivo Municipal, deu-se a requalificação das vias de acesso ao bairro.(...).*<sup>193</sup>

Sabe-se que este Plano Especial foi aprovado em 1983, mas só se começou a desenvolver em 1989, quando se deu início um período de maior estabilidade política. Neste ano o bairro continuava a apresentar uma situação precária uma vez que uma percentagem elevada permanecia sem intervenção nem urbanização, tendo ocorrido apenas algumas obras com custos a cargo dos próprios moradores.

Segundo a informação encontrada, o governo foi atuando aos poucos nas 26 unidades (estabelecidas no Plano) de acordo com a disponibilidade de capital, executando a requalificação das ruas do bairro por troços, seguindo uma ordem de prioridade: urbanização, iluminação, pavimentação, requalificação da zona envolvente. Seguindo-se a construção de um pavilhão desportivo, duas escolas, um centro cívico e ainda um “Instituto de Bachillerato” no limite entre os bairros de Sant Josep e la Guardia, no mesmo local onde se implantou o Parque Metropolitano.

*Atualmente pode-se afirmar que de um modo geral se concretizaram as obras mínimas de urbanização do bairro (saneamento, iluminação, pavimentação, instalação de redes de saneamento básico, eletricidade e telefone).*<sup>194</sup>

---

<sup>193</sup> Laura Giraldo Patiño e Francesc Peremiquel Lluch, “2 Barrios, 2Planes, 2 Apuestas. Recuperación de barrios de urbanización marginal en Barcelona, p.70-75

<sup>194</sup> Centro Urbal [em linha]. Málaga, Disponível: [http://centrourbal.com/sicat2/documentos/42\\_20072121023\\_R7P10-03A-dt21-spa\\_novena\\_parte.pdf](http://centrourbal.com/sicat2/documentos/42_20072121023_R7P10-03A-dt21-spa_novena_parte.pdf)

Por outras palavras, na evolução do bairro de Sant Josep ao longo dos últimos 30 anos são apontados os seguintes fatos como os mais significativos, entre eles, a sua consolidação gradual e constante, sobretudo através do processo de requalificação das acessibilidades principais, e a configuração total do sistema viário, não só ao nível da pavimentação como configuração de forma a garantir a sua continuidade. E ainda, a construção de espaços públicos e equipamentos em zonas centrais do bairro.<sup>195</sup>

### 3.2.2 Proposta de intervenção para o Bairro da Cova da Moura, Lisboa (Portugal)

#### Contexto da Proposta

O Concurso da Trienal de Arquitetura de Lisboa 2010 propôs aos estudantes dos cursos de arquitetura e de arquitetura paisagista das universidades nacionais a elaboração de uma proposta de projeto para a requalificação do Bairro da Cova da Moura. Sendo o concurso a forma mais aberta de debate de ideias, mas também a mais acessível para os arquitetos acederem à encomenda do projeto, e este bairro um lugar com alguma complexidade, levou a que surgissem propostas diversas e criativas.

Numa análise feita às trinta principais propostas selecionadas pelo concurso, observa-se que a maioria desenvolve-se na conceção do espaço exterior e na preocupação de melhorar a relação entre o espaço do bairro e o espaço envolvente ao mesmo, em detrimento do estudo do espaço privado, ou da conceção da própria habitação. A maioria destas propostas apresenta soluções de transformações pontuais, propondo a demolição de moradias em mau estado para o aumento do espaço público, dando-lhes por vezes o caráter de praça.

---

<sup>195</sup> *Idem.*, pp. 75, 76

De entre estas propostas, destacamos uma para estudo e interpretação na presente dissertação, tendo sido esta galardoada com uma Menção Honrosa e apresentada também na Dissertação de Mestrado em Arquitetura.<sup>196</sup>

### Contexto da intervenção

O Bairro da Cova da Moura situa-se no concelho da Amadora, Área Metropolitana de Lisboa. Este bairro de génese ilegal constitui um lugar intenso, com uma malha densa e irregular e uma estrutura social complexa, apresentando algum isolamento face à envolvente. Estes entre outros aspetos aproximam-no a uma imagem de “ilha”.



Fig. 21 – Bairro da Cova da Moura.

A formação do bairro da Cova da Moura surgiu num período marcado pela intensa procura de habitação por parte das populações com maiores carências económicas e pelo aparecimento de assentamentos de caráter informal e ilegal, justificadamente perto dos centros urbanos principais mas em zonas periféricas e solos geralmente de caráter rústico como foi o caso deste bairro. As quintas rurais que ocupavam este espaço deram lugar à urbanização que foi crescendo de forma espontânea e criando um espaço cada vez mais denso.

Pode dizer-se que este bairro acompanhou o crescimento da cidade, a partir da década de 70 e 80, período da sua formação e ao longo dos anos até ao ponto de a própria cidade o circundar, limitando assim, o seu crescimento em superfície e incentivando a sua densificação.

---

<sup>196</sup> Luís Pedro De Freitas, “Influência do Desenho Urbano na Insegurança da Cidade, Uma Proposta para o Bairro da Cova da Moura”.

A mistura de diferentes etnias no bairro dividiu-o em duas zonas, o *bairro europeu* e o *bairro africano*, mas unidos pela mesma comunidade que nele construiu um sentimento de identidade e pertença. O Bairro confronta-se com diversos problemas, de saneamento, instabilidade construtiva (dificuldades de recuperação urbanística, dificuldades de legalização dos lotes e infraestruturas) e de exclusão social, económica e urbana, contribuindo para a sua insegurança e imagem negativa.<sup>197</sup>

Na Cova da Moura o espaço público torna-se precioso como espaço de circulação mas sobretudo de encontro, onde se destaca o intenso uso da rua como lugar de estadia onde convergem as funções ligadas ao trabalho, habitar e lazer. A rua estabelece-se como um prolongamento da casa proporcionando as relações de convivência e sociabilização, confundindo-se o limite entre os espaços público e privado. Ainda que oferecendo bons acessos à cidade, algumas ruas requerem maior atenção devido a algumas limitações que dificultam a circulação e mobilidade.<sup>198</sup>

O bairro e a sua envolvente são classificados por Áreas Críticas Urbanas<sup>199</sup>, prevendo-se a Requalificação Sócio-Urbanística segundo o Programa de Iniciativa Comunitária URBAN II, Amadora. A evolução do bairro deve-se principalmente à ação dos seus moradores, a qual também contribuiu para o fato deste ter escapado a programas que muito provavelmente iriam levar á sua demolição, tais como, o PER (Plano Especial de Realojamento).<sup>200</sup> Foi desenvolvido um Plano de Pormenor para o Bairro em 2005, prevendo a sua legalização e requalificação urbana, articulando os territórios adjacentes e promovendo as condições de continuidade e interação com a restante malha urbana.<sup>201</sup>

---

<sup>197</sup> Luís Pedro De Freitas, “Influência do Desenho Urbano na Insegurança da Cidade, Uma Proposta para o Bairro da Cova da Moura”, p. 12

<sup>198</sup> Delfim Sardo, “Falemos de Casas: Concursos, Trienal de Arquitetura de Lisboa”, p. 164

<sup>199</sup> Consideram-se “áreas/bairros críticos” para o presente concurso, zonas especialmente desqualificadas urbanisticamente e com carências de infraestruturas e equipamentos, caracterizadas pelas deficientes condições de vida das populações residentes, em especial de imigrantes e seus descendentes. PORLisboa (Programa Operacional Regional de Lisboa), Orientação Técnica nº2/PRU, PORLisboa [em linha]. Portugal, 2013: Disponível: [www.porlisboa.gren.pt](http://www.porlisboa.gren.pt)

<sup>200</sup> Rita Ávila Cachado, “Habitação social nas últimas décadas”, pp.12-17

<sup>201</sup> Operação Cova da Moura - Relatório “Iniciativa Bairros Críticos”, p. 8



Fig. 22 – Bairro da Cova da Moura. 2010

### A Proposta

A proposta seguinte, tal como foi referido anteriormente, surgiu primeiro como uma das concorrentes ao Concurso da Trienal de Arquitetura 2010 e em segundo como tema da Tese de Mestrado em Arquitetura do aluno Luís Pedro de Freitas.

Localiza-se a mesma, no ponto da interseção dos eixos principais que cruzam o bairro, onde a demolição da pequena escola dá lugar a um espaço público de qualidade, capaz de servir as necessidades sociais do bairro. Este seria um espaço de forte identidade sócio-cultural, com a dimensão urbana capaz de ligar outras intervenções ao longo dos eixos, recorrendo à demolição de algumas habitações precárias em pontos estratégicos e proporcionando a integração das malhas urbanas e a interligação entre o bairro da Cova da Moura e os bairros urbanos próximos (Buraca e Damaia).<sup>202</sup>



Fig. 23 - Alçado da Praça, Cova da Moura.

---

<sup>202</sup> Delfim Sardo, “Falemos de Casas: Concursos, Trienal de Arquitetura de Lisboa”, pp.164, 184

Conceção: Devido ao declive acentuado do local, a proposta surgiu da altera33o topogr33fica do terreno, sugerindo um plano diagonal, debaixo do qual se situa o edificado proposto. O desenho do espa33o sugere a sua descoberta ao longo das ruas que o envolvem e atr33vés de entradas por entre o edificado e pelos seus p33tios que convergem no espa33o central da pra33a. Neste espa33o integram-se diversas atividades de natureza educativa e s33cio-cultural, de dinamiza33o profissional e econ33mica como a escola prim33ria, biblioteca, centro comunit33rio e um espa33o destinado a atividades f33sicas e outras.<sup>203</sup>

A Pra33a – A sua forma regular, cria contraste com a irregularidade envolvente da morfologia do bairro, carater33stica que permite uma legibilidade e previsibilidade nos percursos definidos pelos utilizadores, circundada pelo edificado proposto, onde tamb33m as v33rias atividades contribuem para a vigil33ncia natural da Pra33a garantindo uma maior sensa33o de seguran33a. Esta superf33cie pontua-se por duas aberturas de forma quadrangular e circular que proporcionam entradas de luz e acessibilidades ao conjunto edificado e 33 Pra33a. O p33tio quadrangular estabelece uma comunica33o visual e f33sica entre a Pra33a e o Moinho, elemento de refer33ncia do bairro, o qual 33 acedido atr33vés de uma sucess33o de rampas, at33 ao espa33o do centro comunit33rio.<sup>204</sup>

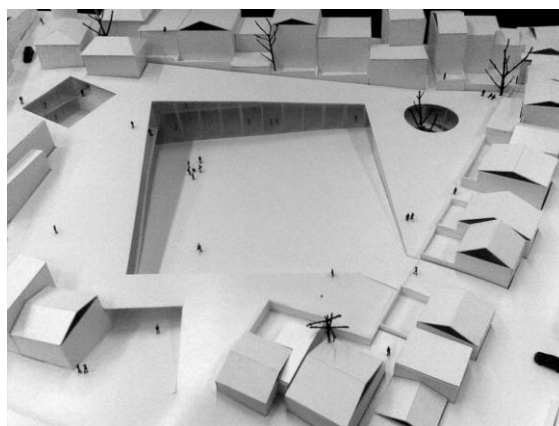


Fig.24 - Perspetiva geral da Pra33a.

---

<sup>203</sup> Lu33s Pedro De Freitas, “Influ33ncia do Desenho Urbano na Inseguran33a da Cidade, Uma Proposta para o Bairro da Cova da Moura”, pp. 15, 88-90

<sup>204</sup> *Idem.*, pp. 90-95

Tendo em conta a problemática relacionada com a insegurança do bairro, a estratégia e conceção do espaço, propôs a integração do princípio da vigilância natural. Assim, a Praça estabelece uma ligação física e visual com as ruas que a circundam e com os espaços envolventes, tornando-os acessíveis, permeáveis e visíveis de forma a promover a vigilância natural tanto dos residentes como dos transeuntes.<sup>205</sup>

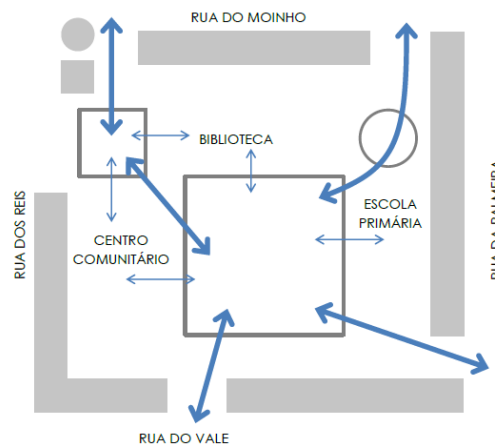


Fig.25 - Esquema dos acessos e permeabilidades da Praça.

Em síntese:

O concurso da Trienal de Arquitetura foi uma forma importante de divulgação do tema da intervenção neste tipo de Bairros, impulsionando o pensamento sobre os mesmos, entendendo-os na sua essência e desvalorizando ideias preconcebidas dos seus aspetos negativos. A proposta anterior de reabilitação do bairro da Cova da Moura incluiu desde a melhoria das habitações, aos espaços das ruas, considerando a demolição apenas nos casos em que a situação o exigisse.

A proposta é direcionada a um espaço específico, pontual, o espaço principal do projeto, de caráter público, a Praça, concebido segundo o conceito de “vigilância natural”. Concretiza-se num amplo espaço aberto de limites permeáveis, um ponto de referência não só no contexto do Bairro mas também em todo o espaço urbano

<sup>205</sup> *Idem* Ibidem, pp. 83-92

exterior a este, oferecendo várias funções e serviços destinados ao encontro e vivência da população e incentivando a partilha e relacionamento com as populações dos núcleos urbanos circundantes.

### 3.2.3 Intervenção de Alejandro Aravena para a Quinta Monroy, Iquique (Chile)

A presente intervenção nasceu de numa iniciativa de interesse social que uniu vários organismos: a Pontifícia Universidade Católica do Chile, o Ministério da habitação e Urbanismo, o Programa *Chile Barrio*<sup>206</sup>, as Secretarias da Habitação e Urbanismo, os Governos regionais, municípios, e Organismos não governamentais, como *Um teto para Chile*. De entre 7 projetos que se desenvolveram por todo o país, o Programa *Chile Barrio* viu seu início através do primeiro conjunto de habitações conhecido como *Quinta Monroy*<sup>207</sup>, Desenhado pela equipa do *Projeto Elemental* encarregue em 2001 de criar uma solução habitacional para este lugar.

#### Contexto histórico-geográfico

Desde a década de 60 que existiam as barracas que foram crescendo em condições precárias, acabando por ocupar ilegalmente um terreno de 0.5 hectares no centro de Iquique, uma cidade na região de Santiago do Chile, no deserto chileno. Às 97 Famílias que viviam de uma forma muito precária, foi-lhes oferecida a hipótese de serem realojadas e a possibilidade de morar fora de Iquique, as quais rejeitaram, pois acreditavam no direito àquele lugar por já habitarem nele há tanto tempo.<sup>208</sup>

---

<sup>206</sup> Este Programa *pretendia superar a pobreza das casas e das famílias com escassos recursos residentes nos assentamentos identificados no Cadastro Nacional de Assentamentos Precários, disponibilizando alternativas para o melhoramento substancial da sua situação residencial, da qualidade da habitação e de oportunidades de inserção social e profissional*. CEPAL [em linha]. Santiago do Chile, 2013: Disponível: [http://www.cepal.org/dmaah/noticias/paginas/5/11915/a\\_palma.pdf](http://www.cepal.org/dmaah/noticias/paginas/5/11915/a_palma.pdf)

<sup>207</sup> Sergio A. Malatesta, “Análisis del Proceso de Autoconstrucción de la Vivienda en Chile”, p. 183

<sup>208</sup> Elemental [em linha]. Chile, 2013: Disponível: <http://www.elementalchile.cl/proyecto/quinta-monroy/>



Fig. 26 – Assentamento informal, condições anteriores à intervenção, Iquique.

O projeto enfrentava grandes desafios sobretudo devido às várias condicionantes, maioritariamente financeiras, entre elas, os baixos orçamentos das famílias e o baixo valor que lhes era dispensado, às mais carenciadas, para a execução do projeto. A principal dificuldade era o custo do terreno, valorizado pela sua localização e integrado na expansão urbana da cidade de Iquique (correspondia 3 vezes mais do que o da habitação social normalmente pode pagar por terreno no Chile). Para intervir, apenas podiam contar a nível monetário, uma parte com um pequeno subsídio habitacional governamental cedido às famílias com graves carências, e outra parte com as pequenas poupanças de cada família. O programa governamental pretendeu evitar a erradicação destas famílias para a periferia, não as realojar em zonas mais desfavorecidas onde o valor do solo era mais baixo e onde iriam ficar mais longe dos acessos e serviços, mas sim mantê-las no mesmo lugar. Desta forma a proposta resultou numa requalificação *in situ*, construída em 2004, durante 9 meses.<sup>209</sup>

### O Projeto

O projeto devia oferecer 97 casas num terreno de 5000m<sup>2</sup>, e desenvolver-se de maneira participativa com a população e segundo as normas do programa específico do Ministério da Habitação denominado Habitação Social Dinâmica sem empréstimo/dividas, orientado para a população com menos posses. Àqueles que não tinham capacidade de fazer empréstimo foi-lhes concedido um subsídio de US\$ 7500

<sup>209</sup> *Idem.*

por fam3lia, com o qual se deveria financiar a compra do terreno, os trabalhos de constru33o e todo o projeto. Pretendia-se utilizar da melhor forma os apoios financiados pelo estado e dar 33 popula33o mais do que apenas um abrigo mas oferecer uma habita33o que estrategicamente se valorizasse ao longo do tempo. Na procura da melhor proposta, a problem33tica da habita33o foi repensada como um investimento social, ao inv33s de apenas como um gasto e procurou identificar um conjunto de vari33veis de desenho arquitet33nico que permitissem essa mesma valoriza33o.<sup>210</sup>

### A Proposta

Na proposta destaca-se a preocupa33o inicial por desenvolver uma tipologia que permitisse alcan33ar uma densidade suficientemente alta para poder pagar pelo valor do terreno correspondente 33 sua boa localiza33o. Uma vez inserido no tecido da cidade e em contato com a rede de oportunidades que o centro urbano oferece (trabalho, sa33de, educa33o, transporte), este fator seria um motor para que a economia de cada fam3lia se conservasse e para a valoriza33o de cada propriedade.<sup>211</sup>

Conscientes de que a tipologia tradicional de casas isoladas n33o constava como op33o eficaz, a solu33o passou por reduzir o tamanho do lote at33 iguala-lo com o da casa, obtendo assim mais efici33ncia e tamb33m densifica33o. A proposta resultou num edif33cio de tr33s pisos, facilitando o crescimento de cada unidade e estabelecendo que a densidade alcan33a-se instalando duas habita33o33es por lote atrav33s de parcelas paralelas. Embora considerando que um edif33cio bloqueia o crescimento das habita33o33es, esta ideia seria desafiada nos v33rios pisos; uma vez que o primeiro piso sempre podia crescer horizontalmente sobre o solo e os outros poderiam expandir-se ocupando o espa33o deixado inicialmente para as futuras amplia33o33es.<sup>212</sup>

A estrat33gia passou por reagrupar as 100 fam3lias em 4 grupos menores de 20 fam3lias cada um, conseguindo uma escala urbana suficientemente pequena de forma

---

<sup>210</sup> La Ciudad Viva [em linha]. Andalucia, 2013: Dispon33vel:  
[http://www.laciudadviva.org/opencms/export/sites/laciudadviva/04\\_experiencias/Chile/elemental/0415\\_Chile\\_Conjunto\\_de\\_93\\_viviendas.pdf](http://www.laciudadviva.org/opencms/export/sites/laciudadviva/04_experiencias/Chile/elemental/0415_Chile_Conjunto_de_93_viviendas.pdf)

<sup>211</sup> *Idem*.

<sup>212</sup> Elemental [em linha]. Chile, 2013: Dispon33vel: <http://www.elementalchile.cl/proyecto/quinta-monroy/>

a permitir o acordo com os vizinhos, mas não tão pequena que eliminasse as redes sociais existentes. Por outro lado, sabendo que 50% dos conjuntos seriam autoconstruídos, o edifício proposto devia ser o suficiente poroso para que as ampliações ocorressem dentro da sua estrutura.

O objetivo foi enquadrar a construção espontânea de forma a evitar a deterioração do ambiente urbano ao longo do tempo e por outro lado facilitar o processo de ampliação a cada família.<sup>213</sup> A

opção passou por, ao invés da projeção de uma casa pequena com cerca de 30m<sup>2</sup>, projetar uma habitação de classe média, da qual pudessem entregar apenas uma parte. Tal como Aravena refere: a *nossa reformulação do problema foi considerar 40m<sup>2</sup> como metade de uma casa boa.*<sup>214</sup>

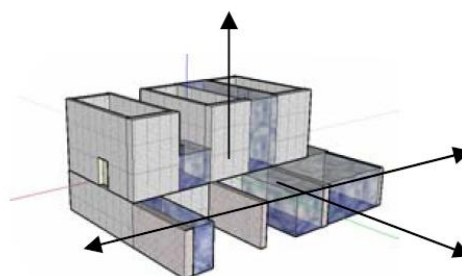


Fig.27 - Modelo de expansão, indica o esquema de possibilidades de ampliações a ser executadas pelo usuário.

Nesse sentido, optaram por construir as partes da casa que exigem um orçamento maior, mais trabalho (casa de banho, cozinha) e as que eram essenciais na estrutura da habitação (escadas e paredes divisórias), a metade que uma família dificilmente iria conseguir, por muito tempo, esforço e dinheiro que juntasse. Seria garantida nesta parte a estrutura necessária e segura para que se pudesse construir o restante do projeto mais tarde, pelos próprios habitantes quando tivessem possibilidade obtendo uma vivenda de mais de 70m<sup>2</sup>.<sup>215</sup> O conceito da proposta teve enfoque no crescimento progressivo, técnica explorada por Aravena à qual se dá o nome de *Habitação incremental*.

Também o espaço exterior teve lugar na discussão da proposta, embora longe de adquirir a mesma preocupação que foi dada à habitação. Brevemente referido como espaço resultante da configuração do corpo edificado mas constituindo um

<sup>213</sup> Idem.

<sup>214</sup> Alexandra Prado Coelho, “Aravena o arquiteto que faz meias casas”.

<sup>215</sup> Elemental [em linha]. Chile, 2013: Disponível: <http://www.elementalchile.cl/proyecto/quinta-monroy/>

elemento importante nas relações de convivência entre os habitantes.<sup>216</sup> Este mesmo espaço acaba por adquirir um carácter semiprivado uma vez que embora seja um espaço aberto a todos os utilizadores, encontra-se limitado pela linha dos edifícios que acabam por lhe conferir a forma e algum grau de privacidade.

É brevemente realçado o espaço do Pátio como espaço coletivo de encontro para os moradores.<sup>217</sup> Segundo Aravena, neste projeto, as questões estéticas existem, mas não fazem parte das principais prioridades, uma vez que afirma a opção dos arquitetos ter sido trabalhar sobre uma estética neutra, seca, dura, para poder dar alguma regularidade.<sup>218</sup>



Fig. 28 - Exemplo da utilização do espaço exterior – Pátio, Quinta Monroy, Iquique.

### Estrutura de organização

Pode-se afirmar que uma das chaves do projeto foi o trabalho participativo. Pois tal como é referido: *A organização de base estabeleceu-se a partir da constituição de comités de grupos de vizinhos e comités plenários, estas unidades atuavam de forma a facilitar as tomadas de decisões e proporcionavam a comunicação e interação entre os vários atores envolvidos no processo, tais como, técnicos, a assistência social, o estado ou as instituições financeiras.*<sup>219</sup>

---

<sup>216</sup> *Idem.*

<sup>217</sup> *Idem* Ibidem.

<sup>218</sup> Alexandra Prado Coelho, “Aravena o arquiteto que faz meias casas”.

<sup>219</sup> 30-60 Cuaderno latinoamericano de arquitectura, “Paisaje urbano”, pp. 48-55



Fig. 29 – Reuniões com os moradores.

A incorporação de assistência técnica e social realizou-se através de grupos de trabalho entre a comunidade e os atores externos. Realizaram-se assembleias para discutir restrições de financiamento, opiniões disponíveis e incorporar preferências dos moradores. Este diálogo entre os atores e a incorporação de diferentes temáticas que o desenvolvimento do projeto exigiu, proporcionava um desenho de propostas arquitetónicas participativas e mais adequadas aos futuros usuários.

Segundo Aravena, *uma casa tão pequena iria necessariamente ser modificada pelas pessoas, mesmo que nós o proibíssemos*. Uma vez sabendo de antemão que 50 por cento da casa iria ser construída pelas famílias, o mais sensato era sentá-las desde o início a uma mesa para discutir e acordar sobre os responsáveis pela execução de cada tarefa e os trabalhos a realizar pelos diferentes atores.<sup>220</sup> A estrutura que serviu de base para as intervenções durante todo o processo requereu especialização, coordenação, comunicação e flexibilidade para concretizar o projeto que envolveu vários agentes e atores. O sentido de pertença e a organização entre os moradores possibilitou a realização do trabalho cooperativo em tarefas compartilhadas entre os mesmos.<sup>221</sup>

#### A intervenção

*O modelo de intervenção teve enfoque basicamente através de uma interação recíproca entre as estruturas do estado, a instituição privada e os usuários e caracteriza-*

---

<sup>220</sup> Alexandra Prado Coelho, “Aravena o arquiteto que faz meias casas”.

<sup>221</sup> Sergio A. Malatesta, “Análisis del Proceso de Autoconstrucción de la Vivienda en Chile”, p.185, 188

*se por um perfil interdisciplinar, distinguindo os diferentes âmbitos: assistência arquitetónica, assistência e orientação social e assistência de organização comunitária.*<sup>222</sup>



Fig. 30 - Habitação com a estrutura inicial e Fig. 31 - Habitação com ampliações após a obra. Quinta Monroe

Da intervenção destacam-se como principais realizações resultantes, a recuperação e fortalecimento da estrutura social, o aumento da qualidade da habitação, maior contato com os cidadãos através do desenho participativo da habitação e dos espaços comuns e o fomento da autonomia do usuário através do estímulo da autoconstrução assistida. Destaca-se ainda o módulo elementar utilizado na proposta habitacional caracterizado pela sua flexibilidade, uma vez que permite intervenções, através de ampliações na sua estrutura interior e exterior, e por outro lado é sólido oferecendo a suficiente integridade estrutural, no que diz respeito a situações extremas, sismos, fogos e ao clima. Pelo sucesso que a intervenção da Quinta Monroy alcançou com o novo padrão para a habitação de baixo custo, como contributo para outros projetos de resposta à necessidade de habitação, este, concretizou-se como um modelo de gestão piloto no âmbito da habitação de interesse social no Chile.<sup>223</sup>

---

<sup>222</sup> *Idem.*, p.189

<sup>223</sup> Sergio A. Malatesta, “Análisis del Proceso de Autoconstrucción de la Vivienda en Chile”, p.183 e 190



Fig. 32 – Fotografia aérea sem escala, Situação existente antes da intervenção.

Fig. 33 - Fotografia aérea sem escala, Após a implantação do projeto.

Em síntese:

A intervenção interpretada anteriormente integra essencialmente a transformação de uma área problemática, degradada e de gênese ilegal onde a solução passou pela construção nova de todo o espaço não ocorrendo qualquer reabilitação das estruturas existentes devido às condições de precariedade que as mesmas apresentavam.

A proposta é definida por várias estratégias pensadas de acordo com a realidade do lugar, das pessoas que o ocupam e que o utilizam, com as suas necessidades, costumes, modos de vida e visando um melhor desenvolvimento futuro da área. Embora as restrições de nível económico e financeiro tenham sido apontadas como um entrave para os arquitetos e técnicos na liberdade de projetar e executar, o resultado mostrou uma notável tentativa de aproveitamento máximo, de adaptação e flexibilidade de acordo com todas as condicionantes e aspetos intrínsecos àquele espaço e aos seus habitantes. Este projeto desenvolveu-se claramente com maior ênfase no campo da arquitetura, no desenhar a habitação ou o conjunto habitacional, e não tanto sob outros assuntos, tais como o espaço exterior. As referências a este último são breves, e não permitem a identificação de uma proposta específica para o mesmo. Apenas se pode concluir que o desenho deste espaço surge associado ao resultado da tipologia e estrutura do conjunto dos edifícios e disposição estratégica das habitações.

### 3.3 Intervenç3es Pontuais Estrat3gicas

Ao conceito desenvolvido pela forma de pensar e intervir de Lerner, o pr3prio define-o por *acupuntura urbana*. Neste ponto pretende-se conhecer a sua tipologia de intervenç3o apoiada principalmente em aç3es de r3pida execuç3o e de localizaç3o precisa. Em seguida, s3o tamb3m interpretados, dois casos de estudo localizados em geografias diferentes, mas que pelas suas caracter3sticas e pela natureza das suas propostas, foram identificados e considerados como exemplos desta tipologia de intervenç3o. Referimo-nos ao projeto do Metro Cable em Caracas, na Venezuela e ao projeto desenvolvido para o Grot3o, em Parais3polis, no Brasil.

#### 3.3.1 Acupuntura Urbana - A perspetiva de Jaime Lerner (Brasil)

Lerner destaca-se pelo seu trabalho, experi3ncia e perspetiva de entender a cidade. Da an3lise ao seu trabalho surge uma extensa reflex3o sobre aspetos que auxiliam no bom funcionamento dos espaços, da cidade e das relaç3es entre esta e seus habitantes, onde aponta como fundamentais as tr3s quest3es: sustentabilidade, mobilidade e solidariedade.<sup>224</sup>

Na sua estrat3gia de conceber e trabalhar a cidade defende diversos aspetos importantes tais como: olhar a cidade atrav3s dos olhos das pessoas, ter uma vis3o estrat3gica, entender as necessidades, a populaç3o, e saber aproveitar as potencialidades.<sup>225</sup> Lerner refere como aspeto fundamental, a utilizaç3o de uma equaç3o de responsabilidade, uma vez que 3 necess3rio conhecer e entender para se poder respeitar.<sup>226</sup> Para o autor, at3 agora n3o se inventou nada melhor do que uma

---

<sup>224</sup> Jaime Lerner [em linha]. Brasil, 2013: Dispon3vel: <http://www.jaimelerner.com/escrit%C3%B3rio.html>

<sup>225</sup> Jaime Lerner, "Acupuntura Urbana", Revista Arquitetura e Vida, p.38

<sup>226</sup> Jaime Lerner, "Acupuntura Urbana", p. 53-55

rua tradicional, defendendo a diversidade de usos como sinónimo de humanização e ainda a partilha de vizinhanças diversificadas.<sup>227</sup>

Sobre a mobilidade, Lerner afirma que o “segredo” encontra-se na não competição entre os sistemas mas sim na sua integração. Por outras palavras o sistema de mobilidade de uma cidade tem que ser pensado em conjunto, de forma a criar um sistema complementar, onde um veículo não deve concorrer com o espaço do outro.<sup>228</sup>

Relativamente à problemática das favelas, refere o seguinte:

*A favela só vai desaparecer quando estiver misturada, integrada à cidade formal, essa é a solução.*<sup>229</sup>

Como exemplos práticos de *intervenções pontuais positivas nas favelas* refere um programa da Prefeitura de Curitiba, que em 1989 comprava o lixo da favela trocando-o por vales de transporte que eram devolvidos aos moradores.<sup>230</sup> Refere também a criação de *zonas francas*, como forma de dinamização social e económica que consistia num impulso e apoio, para quem abrisse uma pequena fábrica ou serviço: restaurante, agência bancária, pequeno comércio, e contratasse moradores locais não pagaria impostos. E ainda o programa de visitas guiadas ao morro que correspondem a iniciativas de integração social e renovação económica e boas acupunturas urbanas.<sup>231</sup> Lerner aponta a necessidade de conter o avanço das favelas, referindo que para tal é preciso responder a aspetos como: terra acessível, financiamento para construção, autoconstrução e oferecer alternativas mais rápidas.<sup>232</sup>

---

<sup>227</sup> Jaime Lerner, “Acupuntura Urbana”, Revista Arquitetura e Vida, p.39

<sup>228</sup> *Novo Ambiente* [em linha]. Brasil, 2013: Disponível:  
<http://www.revistanovoambiente.com.br/revista/materias.php?id=166&nac=12>

<sup>229</sup> Galileu [em linha]. Brasil, 2013: Disponível:  
<http://revistagalileu.globo.com/Revista/Common/0,,EMI112393-17774,00-AS+IDEIAS+DE+JAIME+LERNER+ELEITO+UM+DOS+PENSADORES+MAIS+INFLUENTES+DO+MUNDO.html>

<sup>230</sup> *Idem.*

<sup>231</sup> Jaime Lerner, “Acupuntura Urbana”, p. 52

<sup>232</sup> Galileu [em linha]. Brasil, 2013: Disponível:  
<http://revistagalileu.globo.com/Revista/Common/0,,EMI112393-17774,00-AS+IDEIAS+DE+JAIME+LERNER+ELEITO+UM+DOS+PENSADORES+MAIS+INFLUENTES+DO+MUNDO.html>

## Acupuntura Urbana

Lerner definiu e desenvolveu durante anos a sua pr3pria tipologia de interven33o urbana, dando-lhe o nome de acupuntura urbana.<sup>233</sup> Define-a por ideias simples, pontuais estrat3gicas, que n3o entram em conflito com o planeamento da cidade, mas que pelo contr3rio geram novos pontos de energia. Estas interven33es concretizadas na maior parte das vezes em pequena escala, visam, com custos razo3veis, melhorar o estado geral de uma zona, cidade ou at3 pa3s. Lerner acredita que algumas magias da medicina podem, e devem, ser aplicadas 3s cidades. Assim como a medicina necessita da intera33o entre m3dico e paciente, em urbanismo tamb3m 3 preciso fazer a cidade reagir. Aplica mesmo o termo *cutucar*, ou seja, aplicar a t3cnica da acupuntura numa 3rea de tal maneira que a possa ajudar a curar, melhorar e a criar rea33es positivas e em cadeia. O seu conceito reflete o princ3pio de recuperar a energia de um ponto doente ou cansado por meio de um simples toque, revitalizando este ponto e a 3rea em redor do mesmo. Na acupuntura estas picadas exigem precis3o e rapidez assim como na acupuntura urbana.<sup>234</sup>

Por outras palavras, *acupuntura urbana* entende-se na a33o de revitalizar uma zona “doente” ou “degradada” e a sua envolvente, atrav3s de um simples toque num ponto-chave. Tal como na abordagem m3dica, esta interven33o vai desencadear rea33es positivas que consecutivamente ajudam a curar e a melhorar todo o sistema.<sup>235</sup> Para Lerner que por vezes utiliza o termo *agulhadas*, acupuntura urbana n3o se restringe a uma obra de interven33o no planeamento, em alguns casos, 3 a introdu33o de um novo costume, um novo h3bito, pode ser uma obra arquitet3nica, ou mesmo uma interven33o humana que crie transforma33es positivas e estimule a mudan3a social e cultural. Como bons exemplos refere as lojas de Nova Iorque que ficam abertas 24 horas, funcionando ininterruptamente, estabelecem uma refer3ncia

---

<sup>233</sup> Jaime Lerner [em linha]. Brasil, 2013: Dispon3vel: <http://www.jaimelerner.com/escrit%C3%B3rio.html>

<sup>234</sup> Jaime Lerner, “Acupuntura Urbana”, pp.7, 95

<sup>235</sup> Jaime Lerner [em linha]. Brasil, 2013: Dispon3vel: <http://www.jaimelerner.com/escrit%C3%B3rio.html>

importante na cidade. Todo este conjunto que gera atividade e ação durante a madrugada constitui a verdadeira Unidade de Terapia Intensiva da cidade.<sup>236</sup>

Na sua obra, *Acupuntura Urbana*, de linguagem por vezes quase poética, aponta de uma forma simplificada diretrizes importantes que devem ser adotadas no planejamento de espaços, bairros ou cidades, e exemplifica operações pontuais, locais, catalisadoras de novas sinergias. Como exemplos de uma *boa acupuntura urbana*, menciona entre outros a reciclagem da Cannery, em São Francisco, o Parque Guell, em Barcelona, o Centro Pompidou, em Paris, o Museu de Bilbao, de Frank Gehry, ou ainda a restauração da Grand Central Station, em Nova York, a pirâmide do Louvre, e a recuperação do Porto Madero, em Buenos Aires. Refere que em alguns casos, as intervenções dão-se para recuperar feridas que o próprio homem produziu na paisagem, como o exemplo das pedreiras, em que a correção pode resultar num exemplo de boa acupuntura como é o caso da Ópera de Arame, em Curitiba.<sup>237</sup>

Segundo Lerner, uma boa acupuntura urbana também deve promover a manutenção ou o resgate da identidade cultural de um local ou de uma comunidade. Assim, considera que, a reciclagem de locais que pertencem à memória da cidade e que são pontos fundamentais da sua identidade e do sentimento de pertença podem ser ótimos exemplos.<sup>238</sup>

Jaime Lerner menciona uma série de aspetos capazes de gerar diferentes tipos de acupuntura urbana. Entre eles, destaca a necessidade de garantir uma certa continuidade, uma vez que os vazios sem uso ou funcionalidade, assim como os baldios, são objetos de trabalho em que a sua revitalização de forma estratégica pode vir a ser uma *boa acupuntura*. A instalação de estruturas provisórias e portáteis consolidando algumas atividades até que surjam novos projetos, revitalizam uma zona ou região gerando a função que estava em déficit, tratando-se da *acupuntura das novas estruturas*. Criar pontos de encontro, trazer gente para a rua e principalmente fazer com que cada função urbana catalise bem o encontro entre as pessoas. Ainda o

---

<sup>236</sup> Jaime Lerner, “Acupuntura Urbana”, p.12

<sup>237</sup> *Idem.*, pp. 8, 9

<sup>238</sup> *Idem* Ibidem., pp. 14, 41-43

desenho do espao p3blico e a vegeta3o podem ser a chave de boas acupunturas urbanas. Zonas com aus4ncia de atrativos mudam radicalmente quando s3o arborizadas, ganhando unidade atrav3s da vegeta3o. Como refere: *3rvore 3 acupuntura que cura a dor da aus4ncia de sombra, de vida, de cor, de luz.*<sup>239</sup>

Para Lerner, quando o cidad3o 3 capaz de valorizar as viv4ncias e as rela3es diretas e estreitas entre ele e as componentes que constituem a cidade, a3 est3 curado pela acupuntura urbana.<sup>240</sup>

Em s3ntese:

A inten3o e estrat3gia de melhorar qualquer lugar, para Lerner, apoiam-se na identifica3o das necessidades principais do mesmo, de forma a encontrar uma resposta precisa e r3pida. A sua abordagem entende-se de car3ter amplo na medida em que pode ser adaptada a diversos tipos de propostas e projetos. Ao descrever os v3rios exemplos precisos de boas acupunturas urbanas, como comportamentos, interven3es, obras, iniciativas e a3es, auxilia-nos na compreens3o da sua estrat3gia de interven3o. Alerta como 3 importante no planeamento ter uma vis3o de corresponsabilidade, n3o descorando a opini3o dos usu3rios do espao e considerando sempre a vertente sustent3vel. A perspetiva que nos ensina atrav3s da acupuntura urbana junta conhecimento e intui3o, mas reflete sobretudo a sua experi4ncia como profissional respons3vel por a3es ou *agulhadas* (termo que o pr3prio usa) capazes de mudar a imagem e estrutura de um lugar e a vida dos seus habitantes.

Os projetos que se apresentam em seguida s3o dois exemplos desenvolvidos em escalas de interven3o semelhantes. Nestas interven3es, o Metro Cable em Caracas e o projeto para o Grot3o em S3o Paulo, destacam-se as grandes densidades (habitacional e de constru3o) dos seus bairros. As mesmas podem ser consideradas bons exemplos de acupunturas urbanas uma vez que constituem exemplos de Interven3es Pontuais geradoras de novas energias no contexto onde se inserem.

---

<sup>239</sup> *Idem* Ibidem., pp. 41, 75-76

<sup>240</sup> *Idem* Ibidem., pp. 119-122

### 3.3.2 Projeto Metro Cable, Caracas (Venezuela)

#### Contexto da intervenção

O projeto do Metro Cable em San Agustin, Caracas, foi concebido como um protesto coletivo contra os procedimentos regulares e o plano governamental para a expansão de uma rede rodoviária disruptiva pelo frágil e denso tecido do bairro. Considerando a geomorfologia acidentada de toda a área do bairro assim como as condições resultantes da disposição da construção informal, o transporte era necessário para prover o acesso básico a uma população de 40.000 pessoas e aos serviços necessários.<sup>241</sup>

O Metro Cable em San Agustin foi inaugurado em janeiro de 2010 e a sua intervenção apresenta algumas semelhanças, com a intervenção do Teleférico no Complexo do Alemão (Rio de Janeiro), apresentada mais à frente no ponto referente às intervenções de grande escala, sobretudo nos contextos onde se inserem.

O projeto foi desenvolvido pela equipa técnica do Atelier Urban-Think Tank<sup>242</sup> em acordo com o Governo de Caracas. Numa primeira fase de estudo e análise, a equipa criou grupos de trabalho que contactaram com os residentes e voluntários para o levantamento de informação e investigação de alternativas. O teleférico urbano foi visto como a solução mais adequada de transporte alternativo interurbano de grande

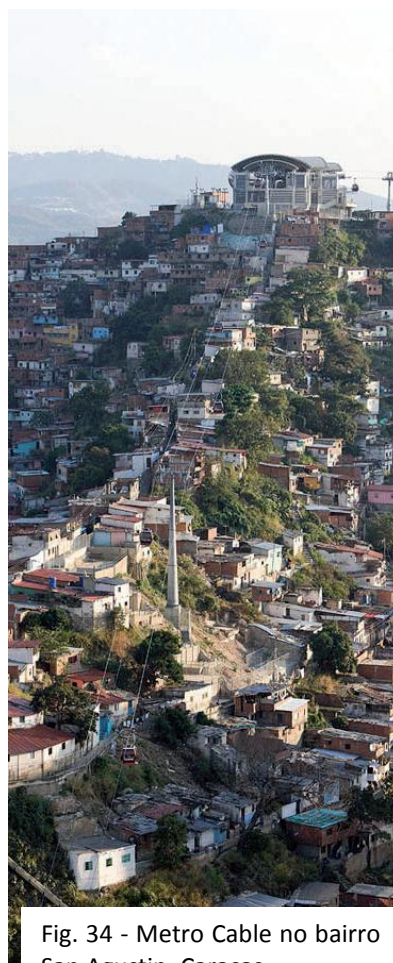


Fig. 34 - Metro Cable no bairro San Agustin, Caracas.

---

<sup>241</sup> EFLA, “Trans-Borderlands – Activating the Plasticity of Urban Border-Space”, p.18

<sup>242</sup> O Urban-Think Tank, fundado em 1993 na Venezuela, é uma prática de projeto interdisciplinar dedicado à pesquisa aprofundada no âmbito da arquitetura, urbanismo e Planeamento urbano, em todo o mundo. Consultado em: [http://www.u-tt.com/officeAbout\\_U TT.html](http://www.u-tt.com/officeAbout_U TT.html)

potencial, adequado 3s condiç3es do solo, minimizando as alteraç3es no tecido existente, sustent3vel e flex3vel.<sup>243</sup>



Fig. 35 - Bairro San Agust3n, Caracas.

### O Projeto

O sistema Metro Cable est3 integrado com o sistema do Metro de Caracas, tem um comprimento de 2.1 km e a capacidade de 8 passageiros por cada uma das suas cabines. A sua capacidade permite a movimentaç3o de 1.200 pessoas por hora em cada sentido. Duas estaç3es encontram-se no vale e estabelecem ligaç3o direta com o sistema de transporte p3blico de Caracas. Tr3s estaç3es adicionais est3o localizadas ao longo da montanha em locais estrat3gicos. Respondem assim 3a necessidade de acesso por parte da comunidade, estabelecendo padr3es de circulaç3o de pedestres. O espaço ocupado pela construç3o da infraestrutura considerou aquele que era o 3nico dispon3vel ao garantir a demoliç3o m3nima de habitaç3es existentes.<sup>244</sup>

As cinco estaç3es do Sistema Metro Cable partilham uma s3rie de componentes b3sicas fundamentais em comum; n3veis de plataforma, rampas, padr3es de circulaç3o, materiais e elementos estruturais. As infraestruturas do Metro Cable encontram-se ligadas ao circuito municipal de autocarros e cada uma das estaç3es difere relativamente 3a sua configuraç3o e funcionalidades, oferecendo desde espaços culturais, sociais e administrativos, a criaç3o de espaços p3blicos; um gin3sio,

---

<sup>243</sup> Urban-Think Thank [em linha]. Venezuela, 2013: Dispon3vel:

[http://www.u-tt.com/projects\\_Metrocable.html](http://www.u-tt.com/projects_Metrocable.html)

<sup>244</sup> *Idem*.

um supermercado, um centro de dia, podendo para tal ocorrer a reconstrução de edifícios.<sup>245</sup>

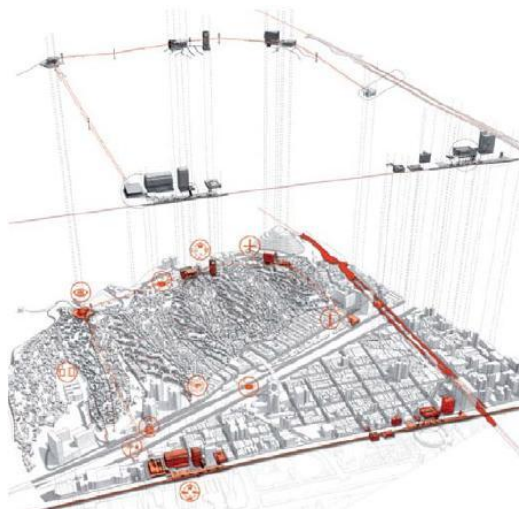


Fig. 36 - Esquema do circuito do Metro-Cable.

Foram consideradas na cidade informal, as mudanças extremamente rápidas e excepcionalmente transformadoras e o objetivo de encontrar os meios para a mudança em relação às necessidades fundamentais do Barrio San Agustín. Tal como os seus próprios moradores tinham identificado como prioridades, o projeto pretendia oferecer o acesso ao transporte público, e ao seu custo, o desenvolvimento de oportunidades de emprego para a economia do Distrito e de infraestrutura sustentável proporcionando estabilidade à comunidade. Pretendia ainda criar melhorias na saúde, na educação, na segurança e redução da criminalidade, assim, na qualidade de vida dos moradores.<sup>246</sup>



Fig. 37 – Estação do Metro-Cable em construção.

---

<sup>245</sup> *Idem* Ibidem.

<sup>246</sup> ArchDaily [em linha]. 2013: Disponível: <http://www.plataformaarquitectura.cl/2011/07/05/metro-cable-caracas-urban-think-tank/>

*O teleférico em si não tem forma, nem transforma o bairro já existente, nem questiona o caráter pedestre da densa povoada montanha. Transcendendo os limites geográficos e políticos do bairro San Agustín, o MetroCable cria novas condições físicas e espaciais que agora ocupam a fronteira rígida. Manipulando a plasticidade do tradicional limite, este projeto expõe um novo potencial de conexão, crescimento, participação e interação.*<sup>247</sup>

### 3.3.3 Projeto para o Grotão, São Paulo (Brasil)

#### Contexto da Intervenção

O projeto que se segue nomeado de “*Music Factory*” (fábrica de música) localiza-se no Grotão, no núcleo da favela Paraisópolis em São Paulo. Paraisópolis apresenta uma população de 45.694 habitantes e a ocupação e expansão do processo de favelização neste lugar retomam aos anos sessenta. Tal como a maioria das favelas, apesar da sua localização envolvida pelos centros urbanos próximos, esta zona encontra-se separada da cidade formal e das infraestruturas culturais e sociais. Relativamente às condições geomorfológicas da região, esta é classificada como uma zona de alto risco de erosão, devido ao seu declive acentuado, caracterizada pelo aumento da erosão e possibilidade de ocorrência de deslizamentos perigosos, que obrigaram à remoção dos moradores criando um vazio no conjunto denso do tecido.

Este projeto, tal como o apresentado no ponto anterior, foi também desenvolvido pelo Atelier *Urban-Think Tank* e ganhou o prémio de ouro na terceira Competição Internacional *Holcim Awards* 2011-2012 da América Latina, para projetos e propostas de construções sustentáveis.<sup>248</sup>

#### O Projeto

---

<sup>247</sup> EFLA, “Trans-Borderlands – Activating the Plasticity of Urban Border-Space”, p.18

<sup>248</sup> Holcim Foundation [em linha]. Suíça, 2013: Disponível:  
<http://www.holcimfoundation.org/Portals/1/docs/A11/LATAM/A11LAgoBR-poster.pdf>

O projeto foi desenvolvido sobretudo sob a perspectiva da sustentabilidade, aos seus vários níveis, económico, ambiental e social. Na intervenção para o Grotão foi proposto um conjunto de espaços públicos verdes destinados ao lazer, à prática de atividades físicas e ainda à agricultura urbana. Estes espaços apresentam-se interligados e construídos sob a forma de *terraços* que pretendem acompanhar e manter a topografia característica do local. A proposta inclui ainda a construção de uma infraestrutura pública com vários pisos oferecendo vários usos e contribuindo como órgão dinamizador sobretudo a nível social e económico.



Fig. 38 – Intervenção no Grotão e zona envolvente.

A proposta de projeto foi apresentada segundo os principais pontos-chave:

Inovação e transferência – Progresso - Este sistema integrado de infraestrutura social, espaço público, tecnologias de construção ativa e passiva e produtividade seria uma estrutura conceitual que poderia auxiliar na abordagem de outras zonas de alto risco e espaços complexos semelhantes, tanto em São Paulo como no resto do mundo. Este seria um protótipo conceitual e uma estrutura adaptável que oferecia flexibilidade e um pensamento crítico de novas abordagens de projeto nestes espaços.<sup>249</sup>

Padrões éticos e de igualdade social – Pessoas - O projeto pretendia integrar a definição de sustentabilidade para além dos fatores ecológicos, incluindo o conceito de sustentabilidade social e considerava a oferta de serviços básicos, distribuição

---

<sup>249</sup> *Idem.*

igualitária de recursos, programas e infraestrutura social adequada. Os terraços que constituem parte do desenho da proposta proporcionavam o espaço público necessário no tecido extremamente denso, sob a forma de uma zona dinâmica e produtiva disponível para todos os residentes. Eles seriam os agentes ativos de integração das áreas anteriormente fragmentadas, juntamente com a nova infraestrutura social e os diversos programas para fortalecer a identidade coletiva e garantir um crescimento positivo futuro. O processo projetual seria construído através da participação da comunidade, tanto na definição inicial do projeto, como na utilização final do espaço, (a associação de moradores fez o pedido da criação de um espaço dedicado ao ensino e prática da música e de outras modalidades como o balé).<sup>250</sup>

Qualidade ambiental e eficiência dos recursos – na proposta foram consideradas as características do local, visando a sua utilização de forma a fornecer uma combinação dos sistemas passivos e ativos para uma máxima eficiência e baixo custo. Os edifícios e a paisagem funcionam como um sistema adaptado às condições variáveis e aos ciclos seco/húmido das estações. Os ventos predominantes em combinação com um sistema de refrigeração interior garantem uma eficiente climatização ao edifício e anfiteatro; o calor é armazenado nos terraços (como dissipador de calor) durante o dia e é canalizado à noite através de painéis híbrido-PV. O excesso de calor é expelido através de uma saída (chaminé). O sistema de gestão da água promovia a reutilização da mesma no local; o que antes era um perigo (derrocadas devido ao declive das encostas) transformava-se num recurso. Tanques naturais filtravam a água no local, a qual podia ser utilizada para rega (na agricultura urbana) e outra parte era absorvida pela rápida filtração da areia. Ainda, durante a estação húmida, a água em excesso seria armazenada num tanque para ser utilizada durante a estação seca.<sup>251</sup>

---

<sup>250</sup> Holcim Foundation [em linha]. Suíça, 2013:  
Disponível: <http://www.holcimfoundation.org/Portals/1/docs/A11/LATAM/A11LagoBR-poster.pdf>  
<sup>251</sup> *Idem.*

Desempenho económico e compatibilidade – Prosperidade - A agricultura urbana podia ser praticada nalgumas zonas dos terraços, estimulando a microeconomia e criando uma zona produtiva que retribui diretamente na alimentação dos moradores. A construção do edifício público multifuncional oferece espaço desportivo e transporte no piso inferior e um centro comunitário, comércio, novas moradias e a escola de música.<sup>252</sup>



Fig. 39 – Zonas ajardinadas e zonas de hortas. Grotão

Enquadramento e Impacto estético – Proficiência – De forma a contornar o desafio da topografia, foram necessários novos perfis de secção para suportar o morro e travar a erosão. O novo espaço público incluía zonas de lazer, zonas ajardinadas e as hortas comunitárias e seria projetado de acordo com a rede e contexto já existente.<sup>253</sup>

---

<sup>252</sup> Holcim Foundation [em linha]. Suíça, 2013:  
Disponível: <http://www.holcimfoundation.org/Portals/1/docs/A11/LATAM/A11LagoBR-poster.pdf>  
<sup>253</sup> Idem.



Fig.40 - Complementaridade entre paisagem e construção integrando a infraestrutura social.

Em **síntese**, este projeto destaca-se pelos diversos sistemas propostos de aproveitamento dos vários recursos, pelos serviços que oferece a todas as gerações e grupos sociais e pela integração dos conceitos e práticas de sustentabilidade. Por outras palavras o projeto foi descrito como, capaz de transformar a imagem e leituras das fronteiras (geralmente bifurcadas entre a parte formal, ou a parte planeada da cidade e a informal, a favela), gerando uma importante e forte zona de design social e de interação.<sup>254</sup>

---

<sup>254</sup> EFLA, “Trans-Borderlands – Activating the Plasticity of Urban Border-Space”, pp.16-19

### 3.4 Intervenções de Bairros de Grande Escala

As intervenções seguintes localizam-se no Complexo do Alemão e no Complexo de Manguinhos, ambos no Rio de Janeiro, refletindo a imagem das favelas brasileiras, surgem da elaboração de projetos executivos de arquitetura e urbanismo, conduzidos no âmbito do programa governamental PAC, Programa de Aceleração do Crescimento, entre os anos de 2007 e 2010.<sup>255</sup> Ambas as intervenções foram desenvolvidas sob a coordenação de Jorge Mario Jáuregui, arquiteto e urbanista reconhecido sobretudo pelo trabalho de intervenções de urbanização em mais de vinte favelas em diferentes locais da cidade do Rio de Janeiro, inseridas no programa Favela-Bairro<sup>256, 257</sup>.

Nestas áreas, as intervenções podem ocorrer a diferentes escalas, a escala pequena, a média, a grande e a extra-grande. Jáuregui começou por intervir na escala média, correspondente ao programa Favela-Bairro (destinado a comunidades que têm entre 500 e 2500 famílias), passou pela pequena escala com o programa Bairrinho (menos que 500 famílias), pela grande escala como a favela Rio das Pedras e por fim a escala extra-grande, de agrupamentos urbanístico-sociais de escala territorial, correspondentes às intervenções nas favelas do Complexo do Alemão e no Complexo de Manguinhos. Segundo Jáuregui, *trata-se da elaboração de estruturas tipo Plano Diretor para extensas áreas que abrangem várias favelas, com uma população de 250 000 habitantes no caso do Complexo do Alemão e cerca de 110 000 habitantes no caso do Complexo de Manguinhos.*<sup>258</sup>

---

<sup>255</sup> Tech ITT [em linha]. Portugal, 2013: Disponível: [http://www.techitt.com/Homepage/2003\\_GuiaoTecnico/Ficheiros/ft\\_Arq01\\_Jorge\\_jauregui\\_2010\\_11\\_23.pdf](http://www.techitt.com/Homepage/2003_GuiaoTecnico/Ficheiros/ft_Arq01_Jorge_jauregui_2010_11_23.pdf)

<sup>256</sup> Em 1993, no seio do poder estatal do Rio de Janeiro foi criado o GEAP, Grupo Executivo de Assentamentos Populares o qual propôs seis programas habitacionais, entre eles o programa Favela-Bairro. Segundo a definição proposta pelo mesmo, o Favela-Bairro tinha como objetivo “construir ou complementar a estrutura urbana principal (saneamento e democratização de acessos) e oferecer as condições ambientais de leitura da favela como bairro da cidade” considerando a “introdução de valores urbanísticos da cidade formal”. Em janeiro de 1994 começaram a tomar-se iniciativas de realização do programa, iniciadas pela definição da escala de intervenção, a qual iria focar-se na intervenção em favelas de média escala, correspondente entre 2 mil e 10 mil moradores. Consultado em: Alba Maria Zaluar e Marcos Alvito Pereira de Souza, “Um século de Favela”, pp. 46-50

<sup>257</sup> Jorge Mario Jáuregui, “Construir a partir do conflito”, pp. 36-41

<sup>258</sup> *Idem.*, p. 37

### 3.4.1 A perspetiva de intervenção de Jorge Mário Jáuregui

As características da cidade informal e a necessidade de interpretar a opinião da população levaram o arquiteto a criar uma metodologia específica baseada no conhecimento interdisciplinar e num processo de reflexão muito particular.<sup>259</sup>

A sua perspetiva para além de articular os aspetos físicos (urbanístico-arquitetónico-ambientais) com os sociais (económico-cultural-existenciais) e ecológicos, considerando as três ecologias (ecologia mental, ecologia social e ecologia ambiental), exige ainda a escuta das demandas da população. Em que, para esta última, utiliza a metodologia da psicanálise, a atenção flutuante e a associação livre<sup>260</sup>. Mas para além de responder às demandas da população, reinterpreta-as, diferenciando-as entre demanda manifesta e demanda latente. Referindo que a demanda manifesta é aquela que se expressa nas declarações, quando visitamos um lugar e falamos com a sua comunidade, estas pessoas encaminham a demanda; já a latente, percebe-se olhando, observando e caminhando pelo lugar.<sup>261</sup>

Contrariando as atuações que ao nível do planeamento surgem muitas vezes de forma fragmentada, Jáuregui defende abordagens globais, referindo a necessidade de pensar estas extensas áreas como um todo, procurando conectar as distintas partes da cidade, através de projetos de rearticulação urbana.<sup>262</sup> Jáuregui também inclui no seu método o conceito de *Urbanismo Social*, em que a intervenção na cidade não passa só pela construção de habitação, mas também de infraestruturas e equipamentos ligados à vida pública e a serviços sociais como educação, trabalho, transporte, saúde, cultura, lazer, criando assim condições de urbanidade.<sup>263</sup> Relaciona o peso da responsabilidade

---

<sup>259</sup> Jorge Mario Jáuregui, “Construir a partir do conflito”, p. 36-41

<sup>260</sup> *A atenção flutuante – significa olhar para todos os problemas ao mesmo tempo e ao mesmo nível, sem estabelecer hierarquias a priori. As hierarquias aparecem após as análises. E ao mesmo estabelece-se uma associação livre – que significa que podemos fazer conexões entre diferentes variáveis que intervêm no problema, quer sejam físicas, ambientais, sociais, do sujeito, ecológicas ou construtivas, ligadas a “aura” do lugar; ou seja, podemos e devemos estabelecer estas relações, estas associações, de forma totalmente livre.* Jorge Mario Jáuregui [em linha]. Brasil, 2013: Disponível: <http://www.jauregui.arq.br/entrevistas.html#italianpress>

<sup>261</sup> *Idem.*

<sup>262</sup> Mario Jáuregui [em linha]. Brasil, 2013: Disponível: <http://www.jauregui.arq.br/favelas.html>

<sup>263</sup> Jorge Mario Jáuregui, “Urbanismo Social”, p.39

destas intervenções como se as mesmas se tratassem de “monumentos”, ou seja, de agentes urbanos estruturadores dotados de valor simbólico.<sup>264</sup>

Para Jáuregui qualquer intervenção, independentemente da escala, deve partir sempre da leitura da estrutura do lugar, considerando os campos físico e social.<sup>265</sup> A sua intervenção nas favelas conta com a participação dos destinatários dos projetos, inicialmente como interlocutores para a definição dos programas, posteriormente colaborando na fiscalização da execução das obras e, finalmente fazendo parte do posto de orientação urbanístico e social que é instalado em cada comunidade.”<sup>266</sup>

A sua metodologia assenta na interseção e aplicação do conhecimento das várias áreas, psicanálise, política, filosofia, legislação, sociologia, ambiental, engenharia, urbanismo e arquitetura.<sup>267</sup> De uma forma geral e conjugando o campo social e espacial, enumera as principais ações a desenvolver nas intervenções destes espaços.<sup>268</sup>

- 1 – Reorganização do território;
- 2 – Articulação entre cidade, urbanidade e espaço público;
- 3 – Urbanização inclusiva e sustentável;
- 4 – Participação dos destinatários dos projetos (representação política) através da interpretação das demandas;
- 5 – Redução da *brecha urbana* (termo utilizado para referir a grande desigualdade urbana, económica e social existente em muitas cidades);
- 6 – Facilitar o acesso ao solo e à habitação (financiamentos viáveis);
- 7 – Mobilização produtiva do território;
- 8 – Geração de trabalho e renda;

---

<sup>264</sup> Mario Jáuregui [em linha]. Brasil, 2013: Disponível: <http://www.jauregui.arq.br/favelas.html>

<sup>265</sup> Mario Jáuregui [em linha]. Brasil, 2013: Disponível: <http://www.jauregui.arq.br/entrevistas.html#italianpress>

<sup>266</sup> Jorge Mario Jáuregui, “Construir a partir do conflito”, p. 36-41

<sup>267</sup> Master Emergency Architecture [em linha]. Espanha, 2013: Disponível: <http://masteremergencyarchitecture.com/2012/petropolis-sports-for-change-day-1-talking-favelas-with-jauregui>

<sup>268</sup> Jorge Mario Jáuregui, “Urbanismo Social”, p.39

9 – Elaboração dos projetos (arquitetónicos, urbanísticos e ambientais) integrando o conceito de eco-eficiência;

10 – Capacidade intelectual e política de gerar e mobilizar os dispositivos necessários produzindo impactos transformadores enquanto o território os apropria.

Sintetizando a sua visão, refere:

*(...) Urbanizar favelas implica forçar o caos até convertê-lo em forma.*<sup>269</sup>

### 3.4.2 Intervenção no Complexo do Alemão, Rio de Janeiro (Brasil)



Fig.41- Vista aérea do Complexo do Alemão.

#### Localização da Intervenção

O Complexo do Alemão, localizado na zona Norte do Rio de Janeiro, é composto por um grupo extenso de favelas que estiveram até ao ano de 2010 dependentes do controlo dos traficantes e que nesta altura acabaram por se render ao poder policial, o qual atende a comunidade através das unidades de polícia pacificadora.

Na primeira parte deste trabalho, no capítulo relativo à configuração e uso do espaço público nos bairros de génese ilegal surgiram algumas descrições que nos

---

<sup>269</sup> Jorge Mario Jáuregui, “Construir a partir do conflito”, p. 36-41

aproximam daquela que é a imagem característica da favela. Um espaço densamente construído em que as casas (ou barracas), de características básicas e elementares, criam uma mancha onde dificilmente se encontram espaços livres. As favelas são o espelho de conjuntos de assentamentos informais que crescem de forma rápida e descontrolada, ocupando todos os tipos de terrenos, até os de mais difícil acesso como é o exemplo dos morros.

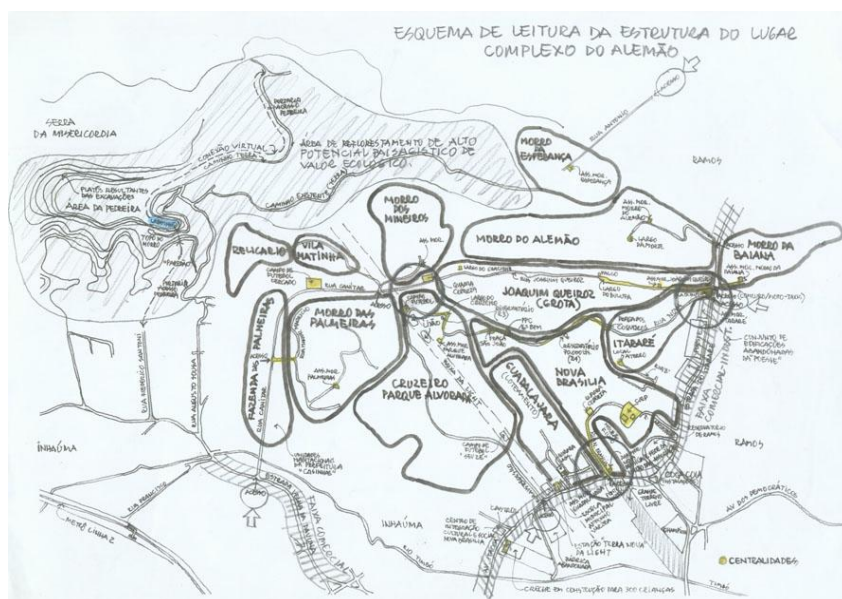


Fig.42- Esquema da leitura da estrutura do lugar, Complexo do Alemão.

Foram definidos como principais objetivos da proposta a intervenção na área do Complexo do Alemão como um todo, *simbolicamente uma das mais problemáticas do Rio, e do Brasil*, promover a conectividade entre o Complexo e os bairros vizinhos, reativar centralidades existentes introduzindo outras novas juntamente com serviços e equipamentos de qualidade, privilegiar as acessibilidades no espaço do Complexo facilitando-as através da construção do teleférico e reduzindo o tráfego de veículos. Pretenderam-se edificar espaços de valor arquitetónico e urbanístico e integra-los no tecido da favela de forma a atuarem como reconfiguradores sociais e espaciais, assim como também introduzir equipamentos públicos capazes de desencadear um processo de transformação e resignificação de todo o Complexo. Por ultimo, a proposta tem

ainda o objetivo de realizar um tipo de intervenção estrutural, ativando pontos neurálgicos no tecido da favela.<sup>270</sup>

### A Proposta principal

A intervenção do PAC (Plano de aceleração do crescimento) no complexo do Alemão previa a construção de um teleférico e de um conjunto de ações para 13 das suas favelas, tais como, a instalação de saneamento básico e rede de abastecimento de água, contenção de



encostas, pavimentação de ruas, iluminação pública, e construções de campos polidesportivos, sistema de recolha de lixo, escola de ensino médio, centro de saúde, biblioteca (localizada na estação Palmeiras do teleférico) e um espaço de leitura (localizado nas instalações da estação Morro do Adeus do teleférico).<sup>271</sup> Foi ainda projetado o Parque Urbano da Serra da Misericórdia, o qual iria ocupar uma área próxima de 300 hectares, ocupando a localização de três pedreiras e oferecendo um espaço verde de recreio e lazer acessível aos moradores do Complexo do Alemão e aos bairros da zona Norte da cidade.<sup>272</sup> A inclusão de um novo meio de transporte, o teleférico, destacou-se como a principal intervenção, inaugurado a Julho de 2011,



Fig.43 e 44 - Cable Car, Complexo do Alemão.

---

<sup>270</sup> [www.jauregui.arq.br/favelas\\_alemao.html](http://www.jauregui.arq.br/favelas_alemao.html)

<sup>271</sup> Entrevista de Elisabeth Blum e Peter Neitzke, Setembro de 2002, consultado em:

<http://www.jauregui.arq.br/entrevistas.html>

<sup>272</sup> [www.jauregui.arq.br/favelas\\_alemao.html](http://www.jauregui.arq.br/favelas_alemao.html)

contribuiu substancialmente tal como proposto, para a melhoria da qualidade de vida da população das favelas.<sup>273</sup>

O teleférico do Complexo do Alemão previa a construção de seis estações ligando a linha férrea (estação de Bonsucesso) até o alto de cinco morros, num trajeto de 3,1 km. Estima-se que o teleférico teria 152 cabines com capacidade para dez pessoas cada, transportando 30 mil passageiros por dia. O percurso, até ao alto do morro, feito em uma hora e meia, deveria levar apenas 19 minutos. Seria necessário demolir as casas que ocupam o alto dos morros, densamente povoados para se construir as estações do teleférico. Estes moradores seriam realojados em novas moradias construídas dentro do Alemão ou em opção podiam receber indemnização em dinheiro ou instalar-se em casas já existentes na favela. Segundo Jáuregui durante a elaboração do projeto também foram realizadas assembleias gerais e parciais visando apresentar o trabalho à comunidade<sup>274</sup>

O teleférico é utilizado diariamente por cerca de 10 mil moradores e turistas, integrado ao sistema ferroviário através da estação Bonsucesso, tornou-se uma referência turística do Rio de Janeiro. Oferecendo 250 empregos, dos quais 60% a moradores do Complexo do Alemão, contribuiu para a inserção e transformação social no Complexo.<sup>275</sup>



Fig.45 - Núcleo habitacional e de serviços.

---

<sup>273</sup> Jorge Mario Jáuregui [em linha]. Brasil, 2013 Disponível:  
[http://www.jauregui.arq.br/favelas\\_alemao.html](http://www.jauregui.arq.br/favelas_alemao.html)

<sup>274</sup> Jorge Mario Jáuregui [em linha]. Brasil, Entrevista de Elisabeth Blum e Peter Neitzke, 2013 Disponível:  
<http://www.jauregui.arq.br/entrevistas.html>

<sup>275</sup> Governo do Rio de Janeiro [em linha]. Brasil, 2013 Disponível:  
<http://www.rj.gov.br/web/setrans/exibeconteudo?article-id=1400242>



A presença da linha férrea dividia o território em fragmentos, desconectando-os, este local era conhecido como *Faixa de Gaza* pela separação e pelos muros altos que protegiam moradores de tiroteio. Também a sua principal artéria, a Avenida Leopoldo Bulhões era chamada de *Avenida da morte*, um lugar caracterizado pelas condições de insegurança que levaram ao processo de segregação. A escala destes problemas sociais apresentava uma maior gravidade, comparativamente com as questões físico-territoriais.<sup>278</sup>



Fig.47 e Fig.48 - Situação antes da Intervenção. Avenida Leopoldo Bulhões e Linha Férrea.

### Metodologia

O projeto foi guiado por uma equipa interdisciplinar conduzida em todo o processo por Jáuregui.<sup>279</sup> Inicialmente, após várias visitas ao local, foi elaborado um esquema da leitura da estrutura do lugar, um estudo topológico das características mais relevantes da especificidade do lugar tal como se pode visualizar na figura seguinte.<sup>280</sup>

A fase a seguir passou pela escuta das demandas (latente e manifesta) dos residentes da área de intervenção e da zona envolvente através de encontros e reuniões públicas. A resposta a estas demandas é articulada com a natureza e características do lugar. Primeiro a participação é caracterizada como uma interlocução que permite definir o programa.



Fig.49- Ideograma de Centralidades.

<sup>278</sup> [http://www.jauregui.arq.br/broken\\_city.html](http://www.jauregui.arq.br/broken_city.html)

<sup>279</sup> *Idem.*

<sup>280</sup> *Idem. Ibidem.*

Segundo, no desenvolvimento do projeto o envolvimento dos residentes torna-se mais profundo e preciso at3 ao ponto de a comunidade ser capaz de seguir a execu33o dos trabalhos. Finalmente, membros da comunidade s3o orientados para integrarem a equipa do Centro de orienta33o urbanística e social (POUSO), o qual consiste numa pequena estrutura que o munic3pio inclui no 3mbito dos trabalhos tendo em vista a monitoriza33o dos resultados da interven33o e como um local futuro de assist3ncia. E por 3ltimo d3-se a elabora33o do Plano Urbano que consolida o material produzido na primeira e segunda fase e define os crit3rios de projeto para a interven33o.<sup>281</sup>

### O Plano

O desafio principal foi a reestrutura33o da 3rea que se encontrava estigmatizada e degradada, oferecendo ao Munic3pio um Plano exequível que seria aplicado num per3odo de 20 anos, organizado por fases de 4 em 4 anos, conforme a agenda governamental uma vez que as elei33es d3o-se nesses per3odos. O primeiro passo para a elabora33o do Plano deu lugar 3 defini33o dos limites da 3rea, analisando e respondendo 3 sua complexidade geogr3fica (converg3ncia do rio, a autoestrada, a linha f3rrea), topol3gica (tratamento das margens do rio e canais, pavimentos, aterros) e aos aspetos sociais como os padr3es do uso dos espa3os e as pr3ticas de instabilidade social em ambas as 3reas, formal e informal).<sup>282</sup>

O projeto pretendia mudar a imagem desqualificada do lugar e combater a divis3o entre os dois *setores*, formal e informal, mas ao mesmo tempo respeitar e valorizar a leitura da estrutura do lugar, a hist3ria do desenvolvimento de cada lugar, e os investimentos realizados por cada morador com o seu pr3prio esfor3o. Ningu3m deveria ser removido do seu lugar de forma a n3o quebrar as liga33es existentes (exceto em situa33es especificas como no caso das 3reas de risco ou onde o espa3o que estas ocupavam era necess3rio para continuar a interven33o). Deveria ser integrada no processo de desenvolvimento do projeto, a *escuta* das demandas dos habitantes e a interse33o entre os pontos de vista e os procedimentos espec3ficos de cada uma das disciplinas envolvidas nos estudos e levantamentos. Ainda entre os

---

<sup>281</sup> [http://www.jauregui.arq.br/broken\\_city.html](http://www.jauregui.arq.br/broken_city.html)

<sup>282</sup> [http://www.jauregui.arq.br/broken\\_city.html](http://www.jauregui.arq.br/broken_city.html)

objetivos estava garantir a acessibilidade de cada lugar e fortalecer as suas ligações com a envolvente, eliminando a segregação física dos espaços; provocada principalmente pelas vias de transporte ferroviária e rodoviária. O território seria transformado através de obras de urbanização e espaços de sociabilidade. A proposta pretendia ainda satisfazer as diferentes faixas etárias do público, criando iniciativas no âmbito do desporto, cultura, empregabilidade e habitação, e dando especial atenção á necessidade de garantir atrações alternativas para as crianças e jovens como forma de integração na comunidade, e prevenindo-os dos comportamentos ligadas ao tráfico de drogas.<sup>283</sup>

### Proposta

No Plano, foi desenvolvida uma proposta para o setor da Avenida Leopoldo Bulhões, selecionado em particular também por ser onde se apresentavam piores condições e mais conflitos. O espaço público linear foi pensado como espaço de integração dos setores residenciais informais, onde comunidades viviam separadas pela linha férrea, a qual se propõe que seja elevada numa extensão de 2 km.<sup>284</sup>



Fig.50- Projeção dos espaços de lazer e revitalização da zona ribeirinha do Parque Metropolitano.

Neste setor, o elemento principal do projeto é o Parque Metropolitano Leopoldo Bolhões, com uma área de 35 mil metros quadrados onde se destaca sobretudo a grande extensão de passeio público e uma nova Estação que deveria funcionar 24 horas, com todos os transportes disponíveis (autocarro, comboio, táxi, bicicleta). Este passeio público foi inspirado na avenida pedonal espanhola, *Las*

---

<sup>283</sup> <http://www.jauregui.arq.br/premio-caixa-manguinhos.html>

<sup>284</sup> [http://www.jauregui.arq.br/broken\\_city.html](http://www.jauregui.arq.br/broken_city.html)

*Ramblas*, em Barcelona, assim a ferrovia surgia suspensa, ou seja, elevada relativamente à “Rambla”.<sup>285</sup>



Fig.51- “Rambla” Manguinhos.

O projeto incluiu a criação de um Centro Cívico, reunindo vários serviços, Centro de Saúde, Centro de Apoio Jurídico, Centro de Referência da Juventude, equipamentos tais como, parque aquático, biblioteca e ginásio polidesportivo, escola, unidade hospitalar e espaço público, juntamente com a incorporação de um novo setor habitacional.<sup>286</sup> Neste espaço, para além dos equipamentos desportivos e culturais, também foram projetados equipamentos para comércio ambulante que funcionariam 24 horas em pontos especiais determinados. A intervenção incluiu também a revitalização das zonas ribeirinhas e suas margens, com a presença de vias pedonais, ciclovias, arborização e espaços de repouso e lazer. Todo o Sistema Viário sofreu uma reformulação, foram criadas novas condições de acesso ao local, novas conexões com a zona envolvente, e foi acompanhado da reconstituição do sistema infraestrutural onde se incluem os trabalhos de drenagem, saneamento, abastecimento de água e iluminação pública.<sup>287</sup>



Fig.52- Perspetiva do Parque Metropolitano de Manguinhos.

Ainda fizeram parte da intervenção, a Regularização Fundiária, que proporcionou aos moradores o direito de registo legal das suas moradias, integrando-

<sup>285</sup> <http://www.jauregui.arq.br/entrevistas.html#italianpress>

<sup>286</sup> <http://www.jauregui.arq.br/premio-caixa-manguinhos.html>

<sup>287</sup> [http://www.jauregui.arq.br/broken\\_city.html](http://www.jauregui.arq.br/broken_city.html)

os num amplo processo participativo. Foram realizados fóruns com mais de 750 moradores, *Instituições de pesquisa* (Entidades, Institutos, Universidades), o Governo Federal e ONGs (Organizações não governamentais) locais onde foi elaborado um Plano de Ações prioritárias e capacitação visando a *inclusão produtiva*<sup>288 289</sup>.

Toda esta zona daria lugar a um parque complexo e de grande escala onde seriam oferecidas múltiplas atividades e vivências e espaço público multifuncional povoado de atividades diurnas e noturnas. Este espaço integra toda a população, eliminando as barreiras existentes e transformando a área ou o setor mais problemático da zona de intervenção, num conector-articulador urbanístico-social.<sup>290</sup>

Jáuregui em tom irónico chega a dizer, *Olhando para o projeto consigo visionar e compará-lo a um fecho de vestuário, um unificador incondicional de dois mundos, (...).*<sup>291</sup>

As soluções propostas pelo projeto permitiram uma melhoria significativa na qualidade de vida da população sobretudo pela articulação dos vários aspetos: físicos (urbanísticos e ambientais) sociais (económicos, culturais, educacionais) ecológicos (ecologia mental, ecologia social e ecologia existencial) na sua interseção com as questões de segurança do cidadão e com as particularidades do sujeito contemporâneo.<sup>292</sup>



Fig.53- Estação de Mangueiras.

---

<sup>288</sup> *Ao lado da garantia de renda e do acesso a serviços públicos, a inclusão produtiva representa um dos três eixos que compõem o Plano Brasil Sem Miséria. Esse eixo tem como objetivo proporcionar o acesso da população em extrema pobreza a oportunidades de aquisição de solo e de habitação e apresenta estratégias diferenciadas para o meio urbano e o rural. O estímulo ao aumento da produção no campo e a geração de ocupação e de renda na cidade. Consultado em:*

<http://www.brasilemmiseria.gov.br/inclusao-produtiva>

<sup>289</sup> <http://www.jauregui.arq.br/premio-caixa-mangueiras.html>

<sup>290</sup> [http://www.jauregui.arq.br/broken\\_city.html](http://www.jauregui.arq.br/broken_city.html)

<sup>291</sup> <http://www.jauregui.arq.br/entrevistas.html#italianpress>

<sup>292</sup> [http://www.jauregui.arq.br/broken\\_city.html](http://www.jauregui.arq.br/broken_city.html)



Fig.54 - Reabilitação dos edifícios antigos (“Galpões”) para criação do Centro cívico, Espaço Multiusos e Biblioteca.

Em síntese, as duas intervenções anteriores, no Complexo do Alemão e no Complexo de Manguinhos, são exemplos de propostas constituídas por um conjunto de várias obras construídas numa escala de projeto bastante abrangente.

As soluções procuram sobretudo dar resposta aos problemas e necessidades principais das áreas de intervenção e dos seus habitantes, tendo constantemente presente a componente social e a garantia de participação da própria população, características comuns ao pensamento e abordagem de Jáuregui.

Para além das intervenções refletirem o conhecimento proveniente das várias áreas do saber necessárias ao longo de todo o processo, também é visível o cuidado de garantir a articulação entre a cidade fragmentada e a cidade formal, onde o espaço público ganha o papel principal e é entendido e valorizado como suporte da vida social e integrador dos vários espaços.

## 4 CONCLUSÃO

As cidades encontram-se em constante mudança e crescimento constituindo espaços atrativos da vivência humana, sobretudo para habitar e trabalhar. Mas nem todo o seu crescimento ocorre organizado e planeado, pois paralelo a este surge o crescimento não planeado, o espontâneo, aquele que origina a forma irregular.

A nossa sociedade apresenta um carácter complexo, onde, nalgumas geografias, mais do que noutras, domina severamente a desigualdade económica e social. Esta desigualdade bloqueia uma parte da população na obtenção dos direitos do ser humano, entre eles o direito a uma habitação condigna. Da necessidade de um lugar para habitar, conjugada com outros fatores, entre eles, a impossibilidade de aquisição de uma habitação face à oferta do mercado, surge o assentamento informal como solução “escape”, ocupando o solo de forma descontrolada e em localizações por vezes não adequadas.

As manchas de assentamentos informais, umas pontuais e de menor expressão, outras ocupando extensas áreas, surgem nas mais diversas geografias um pouco por todo o mundo. Este tipo de ocupação representa os níveis distintos de carência das suas populações, chegando nalguns casos mais extremos até onde o acesso à água potável é condicionado.

Deste tipo de ocupação surge uma nova paisagem, que embora não sendo regra, encontra-se na maior parte das vezes relacionada com a zona periférica das cidades. Na formação dos assentamentos ilegais e da construção informal encontram-se de uma forma geral tipologias pobres e simples às quais nalguns casos damos o nome de barracas. Pode-se dizer que a construção informal e a formação destes bairros, assim como a sua imagem, são também um reflexo da pobreza urbana.

Pensar e intervir nestas áreas exige alguma sensibilidade, sobretudo pelas suas características e pelo variado conjunto de fatores que abrangem, não sendo fácil a sua abordagem nem tao pouco, a elaboração de propostas de intervenção. Entre questões de âmbito social, económico e urbanístico, qualquer intervenção nestas áreas exige o

trabalho de uma equipa multidisciplinar onde tamb3m se integra o arquiteto paisagista.

Durante o trabalho de pesquisa necess3rio ao desenvolvimento das v3rias partes da presente disserta3o sentiu-se alguma dificuldade em encontrar informa3o, sobretudo referenciada nos campos do Planeamento, Urbanismo e Arquitetura Paisagista. Verificou-se que, o n3mero de trabalhos, projetos e investiga3es que se debru3a sobre o estudo destas 3reas ainda 3 muito pouco significativo perante a intensidade da problem3tica da urbaniza3o informal; e surgem com maior frequ3ncia no 3mbito da sociologia e das ci3ncias sociais, comparativamente com outras 3reas, entre elas a arquitetura paisagista.

Refletindo acerca das diferentes solu3es encontradas para responder aos problemas dos assentamentos informais, seja dos bairros de g3nese ilegal no territ3rio nacional ou das favelas brasileiras, chega-se 3 conclus3o de que, embora em geografias completamente diferentes, nas mesmas 3pocas, apenas com uma diferen3a de poucos anos, estas 3reas viram-se dominadas por medidas em parte semelhantes, passando exatamente pelos mesmos tipos de interven3o. A defini3o destas medidas embora na maioria lideradas pelo poder governamental, observam-se sobretudo como resultado do n3vel de desenvolvimento social e cultural da sociedade, assim como, das suas formas de pensar e da tomada de consciencializa3o perante a necessidade de integrar este tema de forma mais s3ria e frequente nas a3es do poder p3blico.

Ao longo das 3ltimas d3cadas 3 poss3vel observar as diferen3as e mudan3as na forma de entender e planear estas 3reas. Desde os movimentos contra a exist3ncia e prolifera3o de barracas e assentamentos ilegais, declarando a sua extin3o e surgindo consecutivamente o realojamento como solu3o adequada de oferta de novas resid3ncias mas tamb3m condicionando os moradores 3s caracter3sticas das mesmas, at3 posteriormente 3s medidas definidas pelas pol3ticas e programas de urbaniza3o e reabilita3o.

A hist3ria do modo de lidar com a problem3tica destes lugares de grande complexidade e sensibilidade passou por momentos onde os resultados nem sempre se apresentaram positivos, quando apenas o realojamento era visto como a solu3o

satisfat3ria e a 3nica poss3vel mas que mais tarde tamb3m se mostrou insuficiente. Ap3s uma fase constante de resultados que a longo prazo se iam mostrando negativos, verificou-se mais tarde uma maior disponibilidade para dar import3ncia aos valores existentes nestes espaços e finalmente tentaram-se entender os seus problemas para poder chegar a soluç3es socialmente mais justas. Mas, ainda na atualidade, o realojamento n3o deixa de ser uma hip3tese e soluç3o praticada em consequ3ncia de algumas intervenç3es. Quer em situaç3es em que os projetos de reabilitaç3o o exigem, constituindo a 3nica alternativa vi3vel e a mais sensata, quer em casos em que se privilegiam os investimentos estrat3gicos nestas 3reas em detrimento da valorizaç3o e reabilitaç3o dos pr3prios assentamentos existentes.

Atrav3s do estudo da g3nese dos assentamentos ilegais, assim como do conhecimento das suas principais caracter3sticas, foi poss3vel compreender a complexidade que envolve estas 3reas. Assim o surgimento e a expans3o dos assentamentos informais, ou de bairros de construç3es espont3neas e ilegais, n3o devem ser vistos apenas como um fen3meno resultante de quest3es ligadas ao Planeamento do territ3rio, ou 3 oferta de habitaç3o, pois encontram-se tamb3m diretamente relacionados com problemas ao n3vel econ3mico e social.

Ao longo deste trabalho foram referidos v3rios termos para designar o mesmo tipo de ocupaç3o irregular do territ3rio, desde, urbanizaç3o marginal, urbanizaç3o informal, ou mesmo urbanizaç3o clandestina (tal como no contexto do territ3rio portugu3s) os quais, de acordo com o caso em espec3fico, podem ser utilizados mais do que um para designar uma mesma 3rea, um mesmo assentamento, ou um mesmo bairro. Enquanto no primeiro caso aproximamo-nos da refer3ncia ao assentamento de acordo com sua localizaç3o face ao tecido da cidade, nos outros j3 estamos involuntariamente a definir aspetos comuns da identidade do mesmo.

A ocupaç3o de terrenos (quase sempre de carater r3stico) afastados dos centros urbanos principais, em zonas menos valorizadas, e o aumento das suas construç3es em superf3cie, constituiu o processo respons3vel pela g3nese e crescimento da maioria das 3reas interpretadas entre os v3rios casos de estudo apresentados neste trabalho. Pode-se afirmar tamb3m que no caso das intervenç3es

em que os assentamentos irregulares tiveram sua origem afastados do tecido urbano da cidade, estes acompanharam ao longo do tempo o processo de crescimento e evoluç3o da cidade ou do centro urbano que lhes era pr3ximo. Ou seja, ao longo do per3odo de formaç3o e crescimento destes bairros, tamb3m o per3metro da cidade foi aumentando, e o solo que antes pouco valor tinha, onde os primeiros assentamentos surgiram distantes do n3cleo urbano, encontram-se agora envolvidos pela cidade e tornam-se alvo de interesses e especulaç3es. Esta din3mica da construç3o do espaço urbano foi melhor entendida atrav3s da refer3ncia ao estudo do processo de periferizaç3o na primeira parte deste trabalho.

Atrav3s do estudo das diversas intervenç3es em bairros, favelas e assentamentos de g3nese ilegal, assim como tamb3m de construç3o e natureza informal, foi poss3vel verificar que na maioria destes casos as construç3es e este tipo de ocupaç3o surgiu principalmente nas zonas perif3ricas dos n3cleos urbanos principais. Apenas num dos casos de estudo, e por sua vez ocorrido no territ3rio portugu3s, a ocupaç3o irregular e clandestina n3o teve lugar apenas nas periferias e terrenos desvalorizados afastados dos n3cleos urbanos. Referimo-nos ao caso espec3fico das *ilhas* na cidade do Porto, um tipo de construç3o que se caracterizou principalmente pela densificaç3o do conjunto das habitaç3es j3 existentes. Assim, no interior do n3cleo urbano consolidado da cidade, surgiram novas construç3es ilegais e a ocupaç3o desregulada das mesmas. Sejam os casos da ocupaç3o irregular na periferia das cidades, seja a densificaç3o ilegal das construç3es no centro da cidade tal como referido anteriormente, estes fen3menos s3o o resultado de um objetivo comum, a procura de uma habitaç3o de baixo custo e à medida dos baixos recursos econ3micos de uma parte da populaç3o.

Relembrando o caso de estudo do Bairro da Cova da Moura, considerando a proposta de intervenç3o desenvolvida para o mesmo, assim como as caracter3sticas principais do projeto verifica-se em parte uma aproximaç3o ao tipo de intervenç3o definida por Lerner. A conceç3o da proposta embora considere de uma forma geral todo o espaço livre do bairro incorporando-o nas estrat3gias de desenvolvimento futuro, deu especial atenç3o a um espaço em concreto. O seu projeto de pequena escala, resultou na proposta de implantaç3o de um amplo espaço exterior aberto

delineado em conson3ncia com o edificado que se encontra incorporado no mesmo. Neste espaço pontual do bairro podiam ocorrer os mais diversos usos, funç3es e atividades, funcionando como um polo onde se esperavam a concentraç3o de sinergias e din3micas urbanas. Em conformidade com a perspetiva da acupuntura urbana de Lerner, encontramos aspetos em comum, uma vez que tamb3m ele privilegia as intervenç3es pontuais, locais, quase sempre de escala pequena, estrat3gicas e catalisadoras de novas sinergias.

De uma forma geral, em todas as intervenç3es 3 considerada a quest3o do espaço p3blico, mas mais not3vel nuns casos do que noutros. A atenç3o dada a este espaço encontra-se presente nos v3rios casos de estudo atrav3s de diferentes formas que variam sobretudo de acordo com a escala de intervenç3o. Seja em propostas de grandes obras (grande escala), como 3 o caso do Parque Metropolitano de Manguinhos, seja ao n3vel da sua configuraç3o estudada atrav3s dos tipos de acessos e perfis das ruas, como no caso do trabalho desenvolvido por Busquets para a urbanizaç3o marginal de Barcelona. Seja ainda a uma escala mais pequena, tal como no caso do projeto da Quinta Monroe, onde o espaço livre p3blico 3 coincidente com aquele que resultou da ordem do conjunto das habitaç3es.

Tal como referido anteriormente, os casos de estudo interpretados neste trabalho envolvem propostas de projetos desenvolvidos em diferentes escalas. Destacam-se assim, a escala pequena, referente 3s intervenç3es desenvolvidas no contexto do bairro, e a escala grande relacionada com agrupamentos urban3stico-sociais de escala territorial tal como no caso dos conjuntos de favelas que constituem os Complexos brasileiros, de Manguinhos e do Alem3o. Independentemente da escala, ao desenvolver uma proposta para estas 3reas implica pens3-las como um todo, como v3rias partes que se pretendem integradas e conectadas umas 3s outras. As intervenç3es de grande escala, uma vez ocupando 3reas maiores, apresentam geralmente nos seus planos urban3sticos um maior n3mero de aç3es, comparativamente com as intervenç3es de escala mais pequena, e consecutivamente tamb3m a sua execuç3o 3 distribu3da por um per3odo de tempo mais longo.

Em ambas as perspectivas de intervenç3o, quer de Lerner, quer de J3uregui foi poss3vel perceber uma especial import3ncia dada 3 necessidade de participaç3o da populaç3o nas propostas. Os dois urbanistas apontam para o dever de provocar nos moradores o sentido de pertença e de os responsabilizar nas aç3es futuras para os seus bairros. Este exemplo tamb3m 3 reforçado na medida em que nas suas intervenç3es 3 atribu3do aos moradores o papel de colaboradores na fiscalizaç3o da execuç3o das obras e finalmente respons3veis por cada posto de orientaç3o urban3stico e social que 3 instalado em cada comunidade.

Desde a perspectiva de Lerner de intervir em pontos estrat3gicos provocando aç3es r3pidas e precisas, ao que d3 o nome de “agulhadas”, at3 3 metodologia de intervenç3o de J3uregui, valorizando a populaç3o por resultado da integraç3o de conceitos da psican3lise na sua metodologia; destacam-se os objetivos de ambos intersetando-se no ponto em que os mesmos procuram acima de tudo responder 3 aquelas que s3o as maiores necessidades dos moradores e do territ3rio.

O conceito de habitaç3o evolutiva, embora tratando-se de uma pratica do 3mbito da arquitetura, n3o deixa de ser interessante referir a sua presença em duas das intervenç3es estudadas, distintas tanto a n3vel geogr3fico como nas suas 3pocas. A refer3ncia a esta metodologia 3 feita tanto no programa SAAL como no projeto de Aravena para a Quinta Monroy (mais recente), apresentando maior destaque neste 3ltimo por constituir parte importante da estrat3gia de intervenç3o, nomeadamente no desenho da habitaç3o.

As intervenç3es integradas no Programa SAAL, assim como a experi3ncia da intervenç3o na favela Br3s de Pina, no Brasil, s3o exemplos que refletem uma mesma 3poca, marcada principalmente pela mesma forma de resolver as quest3es relacionadas com os assentamentos informais. Estes dois exemplos, embora localizados em geografias diferentes, ambos marcaram pelas suas pr3ticas que incentivaram a mudança de atitude e pensamento face a estas 3reas informais. Podemos dizer que, de uma forma geral, o modo como a urbanizaç3o informal, ilegal e tamb3m os seus habitantes foram entendidos e tratados, ao longo de d3cadas, esteve sempre relacionado com o modo de pensar da 3poca. Variando segundo os resultados

das intervenções que iam ocorrendo e perante novas ideias e trabalhos de académicos e profissionais que se dedicaram ao tema, e ainda, sobretudo de acordo com as políticas e programas governamentais instituídos.

De entre as diversas intervenções analisadas neste trabalho conclui-se que, os aspetos positivos das suas propostas são resultado da integração de análises intensivas e da adaptação dos projetos ao lugar e à sua complexidade, aos modos de vida dos seus habitantes, às suas carências e debilidades. Entre os vários casos interpretados, em geral nota-se a preocupação constante em responder às expectativas dos moradores, de garantir o acesso aos serviços básicos de infra-estrutura, aos equipamentos públicos, aos espaços coletivos e à articulação de todos os espaços e equipamentos.

O trabalho do arquiteto paisagista constitui um verdadeiro desafio na intervenção destas áreas, uma vez que o seu objeto de trabalho é também aquele que se apresenta de uma forma geral, desorganizado e escasso devido à excessiva densidade de ocupação. Neste processo, onde geralmente dominam as limitações, as opções deviam provir do uso do bom senso e valorização das comunidades existentes nestas áreas. Dever-se-ia assim tomar como opção a demolição total ou parcial do assentamento só apenas quando esta se justificasse, optando no resto dos casos pela melhoria e reabilitação do mesmo.

Em cada geografia destacam-se desigualdades sociais, valores étnicos, políticos, socioeconómicos, culturais, religiosos e ainda a especificidade de cada lugar. Todos estes aspetos e características singulares de cada assentamento ou bairro informal inviabilizam a proposta de um modelo padrão e de soluções que possam ser aplicadas mundialmente. Mas por outro lado, podemos de entre os vários casos estudados destacar pontos interessantes a considerar em futuras intervenções, tais como, a preocupação de criar uma ligação entre a cidade formal e informal; a criação de espaços públicos de qualidade, incluindo sempre que possível vegetação e outros atrativos que promovam o encontro e o convívio das populações; a proposta de uma habitação flexível ou adaptável ao longo do tempo, integrando o conceito da habitação evolutiva; a valorização das relações de vizinhança, estimulando valores de

proximidade e a utilização dos espaços de transição; o respeito pela história do lugar e suas características assim como, pelos seus habitantes, entendendo os modos de vida da população, conhecendo os seus comportamentos e forma de utilização do espaço; a integração da participação e opinião dos moradores; a conectividade social e a acessibilidade e a conceção de um desenho que contribua também na segurança do espaço exterior. Ou seja, em síntese, colmatar as lacunas existentes nestas áreas, e criar todas as condições necessárias para o bom funcionamento destes espaços e para a sustentabilidade destes e das suas comunidades, minimizando as diferenças entre as realidades do mundo formal e informal.

## 5 BIBLIOGRAFIA

### A

ABRAHAO, Sergio Luis - **Espaço Público – Do Urbano ao Político**. São Paulo: editora Annablume, 2008. ISBN 978-85-7419-792-0

ALVES, Fernando M. Brandão – **Avaliação da Qualidade do espaço público urbano. Proposta Metodológica**. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2003.

ALVES, Raquel Nopper - **Diálogos entre os Espaços Livres de Campinas: da vizinhança ao Município**”, Dissertação para obtenção do grau de Mestre em Urbanismo. Campinas: Universidade Católica de Campinas, 2007.

AMADO, Miguel Pires – **Planeamento Urbano Sustentável**. Casal de Cambra: Caleidoscópio, 2009, ISBN 972-8801-74-2.

ARCHDAILY [em linha]. Plataforma Arquitetura, 2013 - [Consult. 20 Julho 2013]. Disponível: <URL <http://www.plataformaarquitectura.cl/2011/07/05/metro-cable-caracas-urban-think-tank/>>

ANTUNES, Joel Junqueira - **Projeto de Requalificação Urbana dos Bairros de Génese Ilegal das Galinheiras e dos Fetais, Dentro do tema Novas Centralidades**. Dissertação de Mestrado em Arquitetura. Lisboa: Universidade Técnica de Lisboa, 2011.

ARANTES, Pedro Fiori - **O lugar da arquitetura num «planeta de favelas»**. Opúsculo II, Porto: Dafne Editora, Março de 2008.

ARQUITEXTOS [em linha]. Brasil: Arqtextos, 2012 - [Consult. 15 Fevereiro 2012]. Disponível: <URL [http://www.arqbrasil.arq.br/\\_arqdoc/textos/arqdoc\\_018.htm](http://www.arqbrasil.arq.br/_arqdoc/textos/arqdoc_018.htm)>

### B

BANDEIRINHA, José António – **O Processo SAAL e a Arquitetura no 25 de Abril de 1974**. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2007

BORJA, J.; MUXI, Z. – **Espacio Público – El espacio público: ciudad y ciudadanía**. Barcelona: Electa, 2003. ISBN: 84-8156-343-9

BORDALO, Ana - **Bairro do Alto do Moinho, Zambujal**. Revista Arquitetura e Vida, nº79, Fevereiro de 2007.

BOTEQUILHA-LEITÃO, André – **Desenvolvimento Sustentável**. Apontamentos da Disciplina de Ordenamento do Território, Universidade do Algarve, 2008.

BRANDÃO, Pedro; REMESAR, Antoni - **Espaço Público e a Interdisciplinaridade**. Conselho de Administração do Centro Português Design, António Coelho Dias, SA, 2000. ISBN 972-9445-117

BARROS, Joana Xavier - **Urban Growth in Latin American Cities - Exploring urban dynamics through agent-based simulation**. Tese para obtenção do grau de doutor em Filosofia. Londres: Universidade de Londres, 2004.

BUSQUETS I GRAU, Joan – **La Urbanizacion Marginal**. Barcelona: Ediciones de la Universitat Politècnica de Catalunya, SL, 1999. ISBN: 84-8301-325-8

### C

CABRAL, Francisco Caldeira - **Fundamentos da Arquitetura Paisagista**. 2ªed. Lisboa: Instituto da Conservação da Natureza: Lisboa, 1993. ISBN 972-775-123-7

CACHADO, Rita Ávila - **Habitação Social nas últimas décadas**, Revista Vírus, nº 7, Lisboa, Novembro/Dezembro de 2009.

CARVALHO, Jorge – **Ordenar a Cidade**. Coimbra: Editora Quarteto, 2003, ISBN: 972-8717-60-1.

COELHO, António Baptista - **Apropriação e satisfação residencial**. Revista Sociedade e Território, nº25/26, Fevereiro de 1998.

COELHO, António Baptista - **Entre Casa e Cidade, a Humanização do Habitar**. Opúsculo 18. Porto: Dafne Editora, 2009.

COELHO, Alexandra Prado – **Aravena o arquiteto que faz meias casas**. Jornal Publico, 9 de setembro de 2009.

CEPAL [em linha]. Santiago do Chile: Comision Económica para América Latina y el Caribe, 2012 - [Consult. 20 Abril 2012]. Disponível:

<URL [http://www.cepal.org/dmaah/noticias/paginas/5/11915/a\\_palma.pdf](http://www.cepal.org/dmaah/noticias/paginas/5/11915/a_palma.pdf)

COSTA, Alexandre Alves; SILVANO, Filomena - **As Operações SAAL**. Revista J.A., Jornal Arquitetos, Julho, Agosto, Setembro de 2009.

30-60 Cuaderno latino-americano de arquitetura – **paisage urbano**. Córdoba, ISBN 987-22273-6-5

## D

DA COSTA, João Branco - **Ambiente Urbano, Complexidade e Sustentabilidade**. Relatório de Estágio do Curso de Arquitetura Paisagista. Faro: Universidade do Algarve, 2006.

DAVIS, Mike – **Planet of Slums**. U.S.A.: Verso, 2006. ISBN: 9788575590874

DE ALMEIDA, Nuno Guerreiro; GOMES, Daniela. **O urbanismo paralelo da autoconstrução de sobrevivência, do espiritual na paisagem**. Revista Arquitetura e Vida, nº50, Lisboa: editora Heska, 2004

DIÁRIO DA REPUBLICA, [em linha]. Portugal: Diário da Republica Eletrónico, 2012 - [Consult. 29 Agosto 2012]. Disponível: <URL <http://dre.pt/pdfgratis/1995/09/203A00.PDF>

DE FREITAS, Luís Pedro Cardoso - **Influência do desenho urbano na insegurança da cidade**. Dissertação para obtenção do grau de Mestre em Arquitetura. Lisboa: Universidade Técnica de Lisboa, 2011.

DE SOUZA E SILVA, Jailson [et al.] - **O que é a favela, afinal?**. Rio de Janeiro: Observatório de Favelas do Rio de Janeiro, 2009. ISBN: 978-85-98881-07-2

ENCICLOPEDIA itaucultural, [em linha]. Brasil: itaucultural, 2012 - [Consult. 08 Janeiro 2012]. Disponível: <URL <http://enciclopedia.itaucultural.org.br/pessoa446137/Carlos-Nelson-Ferreira-dos-Santos>

Departamento Administrativo de Planeacion - **Programa Mejoramiento Integral de Barrios**. Medellín: Alcaldía de Medellín, 2007.

DGOTDU (Direção Geral do Ordenamento do Território e Desenvolvimento urbano) - **Vocabulário do Ordenamento do Território**. Lisboa: DGOTDU, 2000. ISBN: 972-8569-05-X

DOMINGUES, Álvaro, **(Sub)úrbios e (Sub)urbanos – o mal estar da periferia ou a mistificação dos conceitos?**. Revista da Faculdade de Letras-Geografia, I Série, VolX/XI, Porto, 1994/5

DOS SANTOS, Carlos Alves - **A (Re) Qualificação sócio-urbanística do Bairro Alto da Cova da Moura: Os diferentes olhares institucionais**. Tese para obtenção do grau de Mestre em Desenvolvimento, Diversidades Locais e Desafios Mundiais – Análise e Gestão, Instituto Superior de Ciências do trabalho e da Empresa, 2008.

## E

EFLA (European Federation for Landscape Architecture) - **Trans-Borderlands – Activating the Plasticity of Urban Border-Space**. EFLA Journal ed.1, 2011.

ELEMENTAL [em linha]. Chile: ElementalChile, 2012 - [Consult. 30 Abril 2012]. Disponível: <http://www.elementalchile.cl/proyecto/quinta-monroy/>

## F

FREITAS, Maria João - [em linha]. Portugal: Iniciativa Bairros Críticos, Programas de Intervenção, 3 experiências Piloto, 2013 - [Consult. Maio 2013]. Disponível: <URL. <http://mestrado-reabilitacao.fa.utl.pt/disciplinas/iraposo/iraposo.html>

FONSECA, António Ferreira; LUCAS, Joana - **Área Metropolitana de Lisboa, dar vida aos subúrbios**. Revista Sociedade e Território Fevereiro, nº33, 2002.

FREIRE, Américo; OLIVEIRA, Lúcia Lippi [et al.], eds. - Depoimentos ao CPDOC/ FGV, **Capítulos da Memória do Urbanismo Carioca**. Rio de Janeiro: Edições Folha Seca, 2002. ISBN 85-87199-04-8

## G

GALILEU [em linha]. Brasil: Revista Galileu, 2013 - [Consult. 16 Julho 2013]. Disponível: <URL

<http://revistagalileu.globo.com/Revista/Common/0,,EMI112393-17774,00-AS+IDEIAS+DE+JAIME+LERNER+ELEITO+UM+DOS+PENSADORES+MAIS+INFLUENTES+DO+MUNDO.html>

GEMZOE, Lars; GEHL, Jan – **Novos espaços urbanos**. Barcelona: Editorial Gustavo Gili, SA, 2002.

GOVERNO DO RIO DE JANEIRO [em linha]. Brasil: Governo do Rio de Janeiro, 2013 - [Consult. 10 Agosto 2013]. Disponível: <URL <http://www.rj.gov.br/web/setrans/exibeconteudo?article-id=1400242>

GOOGLE, [em linha]. Portugal: Google Maps, 2012 - [Consult. 21 Setembro 2012]. Disponível: <URL [www.google.pt/maps](http://www.google.pt/maps)

GUERRA, Isabel - **Grupos Sociais, formas de habitat e estrutura do modo de vida**. Sociedade e Território, Porto: Edições Afrontamento, Fevereiro, 1998.

GRILO, Maria João Teles - **Outras Urbanidades**. Revista J.A, 2009

## H

HENRIQUES, Catarina - **Regeneração Urbana e Monofuncionalidade: Uma ligação insustentável**. Revista Arquitetura e Vida, nº67, Janeiro de 2006

HENU, Elise - **Reconversão urbana, apropriações e negociações: o exemplo do «bairro de lata de Lorette», Marselha, França**. Revista Sociedade e Território, nº25/26, Porto: edições afrontamento, 1998.

HOLCIMFOUNDATION [em linha]. Suíça: Holcim Foundation, 2013 - [Consult. 23 Julho 2013]. Disponível: <URL <http://www.holcimfoundation.org/Portals/1/docs/A11/LATAM/A11LagoBR-poster.pdf>

## J

JACOBS, Jane – **The Death and Life of Great American Cities**. New York: Random House, 1961. ISBN 0-679-60047-7

JÁUREGUI, Jorge Mario - **Construir a partir do conflito**. Revista Arquitetura e Vida, Lisboa nº46, Fevereiro de 2004.

JÁUREGUI, Jorge Mario - **Urbanismo Social**. Rio de Janeiro: IPEA, Edição 63, Outubro/Novembro 2010.

JAUREGUI, Jorge Mario [em linha]. Brasil: Atelier metroplítico, 2013 - [Consult. 21 Junho 2013]. Disponível: <URL <http://www.jauregui.arq.br/entrevistas.html#italianpress>

JAUREGUI, Jorge Mario [em linha]. Brasil: Atelier metroplítico, 2013 - [Consult. 21 Junho 2013]. Disponível: <URL <http://www.jauregui.arq.br/favelas.html>

JAUREGUI, Jorge Mario [em linha]. Brasil: Atelier metroplítico, Entrevista de Elisabeth Blum e Peter Neitzke, 2013 - [Consult. 27 Julho 2013]. Disponível: <URL <http://www.jauregui.arq.br/entrevistas.html>

JAUREGUI, Jorge Mario [em linha]. Brasil: Atelier metroplítico, Premio caixa melhores praticas em gestão local, 2011 - [Consult. 18 Setembro 2013]. Disponível: <URL <http://www.jauregui.arq.br/favelas.html>

JAUREGUI, Jorge Mario [em linha]. Brasil: Atelier metroplítico, broken city/manguinhos complex, 2013 - [Consult. 27 Julho 2013]. Disponível: <URL <http://www.jauregui.arq.br/favelas.html>

JAUREGUI, Jorge Mario [em linha]. Brasil: Atelier metroplítico, Complexo Alemão, 2013 - [Consult. 29 Julho 2013]. Disponível: <URL [http://www.jauregui.arq.br/favelas\\_alemao.html](http://www.jauregui.arq.br/favelas_alemao.html)

## K

KLINTOWITZ, Danielle Cavalcanti - **A (Re)Invenção da Praça, A experiencia da Rocinha e suas fronteiras**. Dissertação de Mestrado em Urbanismo. Campinas: Universidade Católica de Campinas, 2008.

## L

LA CIUDAD VIVA [em linha]. Andalucia: La Ciudad Viva, 2012 - [Consult. 2 Maio 2012]. Disponível:

<URL [http://www.laciudadviva.org/opencms/export/sites/laciudadviva/04\\_experiencias/Chile/elemental/0415\\_Chile\\_Conjunto\\_de\\_93\\_viviendas.pdf](http://www.laciudadviva.org/opencms/export/sites/laciudadviva/04_experiencias/Chile/elemental/0415_Chile_Conjunto_de_93_viviendas.pdf)

LADEIRA, Carolina Joana - **Cidade Informal: A casa e os modos de habitar na Cova da Moura**. Dissertação para obtenção do grau de Mestre em Arquitetura. Lisboa: Universidade Técnica de Lisboa, 2010.

LERNER, Jaime – **Acupunctura Urbana**. Rio de Janeiro: Record, 2003.

LERNER, Jaime - **Acupunctura urbana**. Revista Arquitetura e Vida, nº 41, Junho de 2003.

LERNER, JAIME [em linha]. Brasil: Jaime Lerner Arquitetos Associados, 2013 - [Consult. 23 Junho 2013]. Disponível: <URL <http://www.jaimelerner.com/escrit%C3%B3rio.html>

LOBO, Manuel da Costa – **Planeamento Regional e Urbano**. Universidade Aberta, 1999.

LYNCH, Kevin – **A imagem da cidade**. Lisboa: Edições 70, 2003.

## M

MAGALHÃES, Manuela Raposo – **A Arquitetura Paisagista, morfologia e complexidade**. Lisboa: Editorial Estampa, 2001.

MALATESTA, Sérgio Arturo - **Projectos de Inovação Tecnológica na Engenharia de Processo e Produto**. Tese para obtenção do grau de doutor em Engenharia de Projetos. Barcelona: Universidade Politécnic da Catalunha, 2006.

MARAT-MENDES, Teresa - **Os aspetos morfológicos da periferia urbana portuguesa**. Um contributo para a construção de um modelo de crescimento urbano sustentável. XII Congresso Ibero-americano de Urbanismo. Salamanca: ISCTE, Secção Autónoma de Arquitetura e Urbanismo, outubro de 2006.

MARTINS, Ana - **Conceção e Gestão de Instrumentos de Gestão Urbanística para a Requalificação Urbana: Planos de Pormenor em Áreas Urbanas de Gênese Ilegal**. Relatório final do curso de licenciatura em arquitetura. Lisboa: Faculdade de Arquitetura da Universidade Técnica de Lisboa, 2003.

MASTEREMERGENCYARCHITECTURE [em linha]. Espanha: Master of International Cooperation Sustainable Emergency Architecture, 2013 - [Consult. 29 Junho 2013]. Disponível: <URL <http://masteremergencyarchitecture.com/2012/petropolis-sports-for-change-day-1-talking-favelas-with-jauregui>

Mendes, Luís Filipe - **Urbanização clandestina e fragmentação sócio-espacial urbana contemporânea: o Bairro da Cova da Moura na periferia de Lisboa**. Revista da faculdade de letras- Geografia da Universidade do Porto, Volume II, 2008.

MENDES, Izabel C. Reis - **Programa Favela-Bairro: uma inovação estratégica? Estudo do Programa Favela-Bairro no contexto do Plano Estratégico da Cidade do Rio de Janeiro**. Dissertação para obtenção do grau de Mestre em Arquitetura e Urbanismo. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2006.

MIDASFILMES, [em linha]. Portugal: Midas Filmes/operações saal, 2012 - [Consult. 30 Agosto 2012]. Disponível: <URL [http://www.midas-filmes.pt/uploads/dossiers/di\\_as\\_operacoes\\_saal.pdf](http://www.midas-filmes.pt/uploads/dossiers/di_as_operacoes_saal.pdf)

MOREIRA, Paulo - **A Chicala não é um bairro pequeno**. 2ª ed., London: London Metropolitan University, 2012.

## N

NOVO AMBIENTE [em linha]. Brasil: Novo Ambiente, 2013 - [Consult. 15 Julho 2013]. Disponível: <URL <http://www.revistanovoambiente.com.br/revista/materias.php?id=166&nac=12>

## O

Operação Cova da Moura - **Relatório Iniciativa Bairros Críticos**. Vol.I, Diagnóstico, Lisboa, Julho de 2006.

## P

PARDAL, Sidónio; LOBO, Manuel Costa; CORREIA, Paulo V. D., eds. – **Normas Urbanísticas Volume IV, Planeamento Integrado do Território**, Elementos de Teoria Crítica. Lisboa: Universidade Técnica de Lisboa, 2000. ISBN 972-8139-05-5

PATIÑO, Laura Giraldo; PERMIQUEL LLUCH Francesc – **2 Barrios, 2Planes, 2 Apuestas. Recuperación de barrios de urbanización marginal en Barcelona**. QRU: Quaderns de Recerca en Urbanisme, Departament d'Urbanisme i Ordenació del Territori, Barcelona: 2013, n.3, p. 66-85.

PEREIRA, Maria do Carmo da Fonseca **Transformação Urbana em Áreas Periféricas**. Tese para obtenção do grau de Mestre em Planeamento e Projeto do Ambiente Urbano. Porto: Faculdade de Arquitetura da Universidade do Porto, 1998.

PEREIRA, Nuno Teotónio - **O SAAL e a habitação social**. Revista online Vitruvius, abril de 2008, ISSN 2175-6708, consultado em: <http://www.vitruvius.com.br/entrevista/teotonio/teotonio>

PINA, José Costa - **Manoel Ribeiro, um cidadão do mundo**. Revista Arquitetura e Vida, nº50 Lisboa: editora Heska, Junho de 2004.

PORLISBOA [em linha]. Portugal: Programa Operacional Regional, 2012 - [Consult. 14 Junho 2012]. Disponível: <URL [www.porlisboa.gren.pt](http://www.porlisboa.gren.pt)

PORTAS, Nuno – **A Habitação Social, Proposta para a metodologia da sua arquitectura**. Porto: Publicações da Faculdade de Arquitetura da Universidade do Porto, 2004.

PORTAS, Nuno – **Os tempos das formas, Vol.I A cidade feita e refeita**. Guimarães: Universidade do Minho, 2005. ISBN 972-99822-0-1

PORTAS, Nuno - **As Operações SAAL**. Revista Sociedade e Território, Porto: edições afrontamento, nº33, Fevereiro de 2002.

PORTAS, Nuno - **Urbanismo e Ordenamento do Território: Balanço dos anos 1970-2000**. Revista Sociedade e Território, nº33, Fevereiro de 2002.

## R

RAMALHO, António Leite - **Urbanismo - Retratos Urbanos**. Coleção Caleidoscópio: 1ª Edição Compilada, 2004. ISBN 972-8801-21-1

RAMALHO, António Leite - **A (Des) Territorialização da Periferia**. Revista Planeamento. IV Volume, APPLA Associação Portuguesa de Planeadores do Território.

REIS; Júlia; CAIADO, Teresa - **Ocupação clandestina**. Revista Sociedade e Território, nº33, Fevereiro de 2002

REIS; Júlia; CAIADO, Teresa - **Plano de Pormenor de Reconversão – ousar usar a imaginação**. Revista Sociedade e Território, nº2, Fevereiro, 1985.

**Rio de Janeiro – No Topo Do Morro**, Revista, publicação do jornal Expresso. (19jan13).

ROSAL, Ricardo Luís Galvão - **Os Espaços Públicos Centrais na Estruturação Urbana do Recife**. Dissertação para obtenção do grau de Mestre em Urbanismo, Campinas: Universidade Católica de Campinas. 2008

## S

SALGADO. (Produtor) & PATROCÍNIO, M. (Realizador). (2011). **Complexo – Universo Paralelo** [Filme/ Documentário]. Portugal: Valentim de Carvalho

SALGUEIRO, Teresa Barata - **Lisboa, Periferia e Centralidades**. Oeiras: Celta Editora, 2001.

SALGUEIRO, Teresa Barata - **Globalização e Reestruturação Urbana**. Lisboa: Publicação do Centro de estudos geográficos da universidade de Lisboa, Área de investigação em Geografia Regional, 1998. ISBN 972-636-117-6

SALGUEIRO, Teresa Barata - **Marginalidades e exclusão**. Revista Sociedade e Território, nº 30, Março de 2000.

SARAIVA, António Paula - **Princípios de Arquitetura Paisagista e de Ordenamento do Território**. Mirandela: João Azevedo Editor, 2005. ISBN 972-9001-71-5

SARDO, Delfim – **Falemos de Casas: Concursos, Trienal de Arquitectura de Lisboa**. Lisboa: Athena, 2010.

SERDOURA, Francisco - **As dimensões do Espaço Urbano Público**. Revista Artitextos. Lisboa: Universidade de Lisboa, Dezembro de 2007.

## T

TAVARES, Bruno Miguel Moura Gadelho - **Estudo do SAAL – Da Teoria à Prática, Carácter da sua execução no Porto**. Dissertação para obtenção do Grau de Mestre em Arquitetura, Porto: Faculdade de Arquitetura e Artes da Universidade Lusíada do Porto. 2011

TÁVORA, Fernando – **Da Organização do Espaço**. Porto: Publicações da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, 6ª Edição, 2006.

TECH ITT [em linha]. Portugal: Tech ITT Arquitetura e Engenharia, 2013 - [Consult. 21 Junho 2013]

Disponível: <URL

[http://www.techitt.com/Homepage/2003\\_GuiaoTecnico/Ficheiros/ft\\_Arq01\\_Jorge\\_jauregui\\_2010\\_11\\_23.pdf](http://www.techitt.com/Homepage/2003_GuiaoTecnico/Ficheiros/ft_Arq01_Jorge_jauregui_2010_11_23.pdf)

TEIXEIRA, Manuel C. - **Habitação Popular na cidade Oitocentista - As Ilhas do Porto**.

Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian/Junta Nacional de Investigação Científica e Tecnológica, 1996. ISBN: 972-31-0700-7

TEIXEIRA, Manuel A. Correia – **Do entendimento da cidade à intervenção urbana. O caso das «Ilhas» da cidade do Porto**. Revista Sociedade e Território, nº2, Fevereiro de 1985.

## U

UN-HABITAT - **Slums of the world: The face of urban poverty in the new millennium?**. Nairobi, Kenya: Un-Habitat, 2003. ISBN: 92-1-2-131683-9

UN-HABITAT - **Programa de las Naciones Unidas para los Asentamientos Humanos, Guia para la Prevención en Barrios, Hacia Políticas de Cohesión Social y Seguridad Ciudadana**. Universidade Alberto Hurtado: Chile, 2010. ISBN: 978-92-1-132226-2

UN-HABITAT - **United Nations Human Settlements Programme, “Building Urban Safety through Slum Upgrading”**. Nairobi GPO, Kenya, 2011. ISBN: 978-92-1-132393-1

UN-HABITAT - [em linha]. **OSCE, Ministry of Environmental and spatial planning Association of municipalities of Kosovo. Informal Settlements**, 2007 - [Consult. 02 Agosto 2014]. Disponível: <URL [www.unhabitat-kosovo.org/repository/docs/Is\\_webfile%202.pdf](http://www.unhabitat-kosovo.org/repository/docs/Is_webfile%202.pdf)

URBAN-THINKTHANK [em linha]. Venezuela: Urban-Think Thank, 2013 - [Consult. 19 Julho 2013]. Disponível: <URL [http://www.u-tt.com/projects\\_Metrocable.html](http://www.u-tt.com/projects_Metrocable.html)

## W

WERTHMANN, Christian [et al.], eds. - **Operações táticas na cidade informal**. São Paulo: Prefeitura do Município de São Paulo, Sehab, 2009. ISBN 978-85-62906-00-8

## Z

ZALUAR, Alba Maria; DE SOUZA, Marcos Alvito Pereira – **Um século de Favela**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2002, ISBN 85-225-0253-6

## Anexos

**Anexo 1-** Diferentes palavras utilizadas em diferentes geografias para descrever o termo “Slum”.

- In French: Bidonvilles, Taudis, Habitat Pr3caire, Habitat Spontan3.
- In Spanish: Asentimientos Irregulares, Barrio Marginal (Barcelona), Barraca (Barcelona), Conventillos (Quito), Colonias Populares (Mexico), Tugurio and Solares (Lima), Bohios, Cuarterias or Solar (Cuba), Villa Miseria (Colombia).
- In Arabic: Mudun Safi, Lahbach, Brarek, Medina Achouaia, Foundouks and Karyan (Rabat-Sale), Carton, Safeih, Ishash, Galoos and Shammaasa (Khartoum), Tanake (Beirut), Aashwa’i and Baladi (Cairo).
- In Russian: Hrushebi, Baraks (Moscow).
- In Portuguese: Favela, Morro, Corti3o, Comunidade, Loteamento
- In American English: Hood (Los Angeles), Blight areas.
- In other languages: “chawls”/chalis (Ahmedabad, Mumbai), Ahatas (Kanpur), Katras (Delhi), Bustee (Kolkata), Zopadpattis (Maharashtra), “cheris” (Chennai), Katchi Abadis (Karachi), Iskwater, Estero, Eskinita, Looban and Dagat-dagatan (Manila), Umjondolo (Zulu, Durban), Watta, Pelpath, Udukku or Pelli Gewal (Colombo); Museques (Angola), Chereka Bete (Ethiopia).

Fonte: Un-Habitat “Slums of the world: The face of urban poverty in the new millennium”, p.31

**Anexo 2** - Quadro referente à população a viver em *slums* em áreas desenvolvidas no ano de 2001.

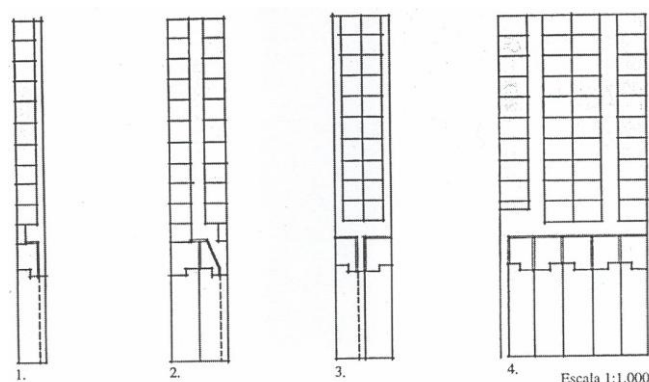
**TABLE 5**  
**POPULATION OF SLUM AREAS IN DEVELOPING REGIONS AT MID-YEAR 2001 – DETAIL**

Region	Total population (millions)		Total Urban population (millions)		Urban population as (%) of the total population		Slum population as (%) of the urban population	Urban slum population (millions)
	1990	2001	1990	2001	1990	2001	2001	2001
World	5,255	6,134	2,286	2,923	43.5	47.7	31.6	924
Developing regions	4,106	4,940	1,439	2,022	35.0	40.9	43.0	874
Africa	619	683	198	307	31.9	44.9	60.9	187
Latin America and the Caribbean	440	527	313	399	71.7	75.8	31.9	128
Asia (excluding China)	3,040	3,593	928	1,313	30.5	36.5	42.1	554
Oceania	6	8	1	2	23.5	26.7	24.1	5

Fonte: Un-Habitat, “Slums of the world: The face of urban poverty in the new millennium?”, p.31

**Anexo 3** – Desenho e configuração das *Ilhas*.

a) Imagem com os principais Tipos de *Ilhas*.



1. Ilha construída num único lote.
2. Ilha construída em dois lotes, com corredor central.
3. Ilha construída em dois lotes, com as casas dispostas costas com costas e dois corredores laterais de acesso.
4. Ilha construída em terrenos de traseiras correspondendo a vários lotes. Filas sucessivas de casas construídas costas-com-costas.

Legenda:

1 Ilha construída num único lote.

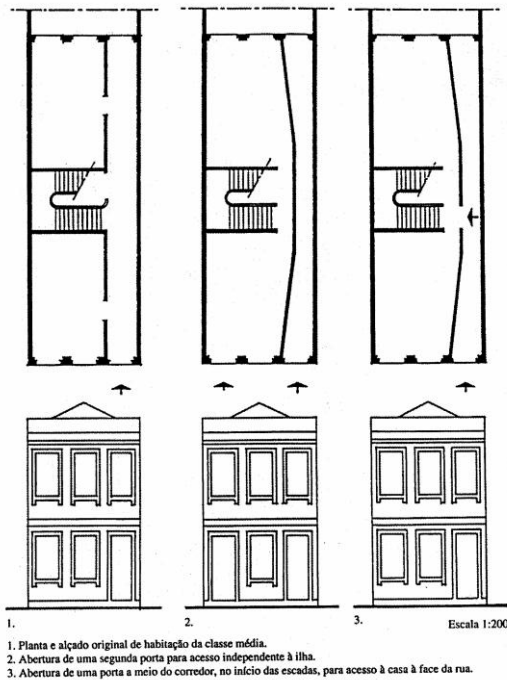
2 Ilha construída em dois lotes, com corredor central.

3 Ilha construída em dois lotes, com as casas dispostas costas com costas e dois corredores laterais de acesso.

4 Ilha construída em terrenos de traseiras correspondendo a vários lotes. Filas sucessivas de casas construídas costas-com-costas.

Fonte: Manuel C. Teixeira, “Habitação Popular na cidade Oitocentista - As Ilhas do Porto.”, p.184

- b) Adaptação da planta e do alçado da casa à face da rua para a construção de *ilhas* nas traseiras.



Legenda:

- 1 Planta e alçado original de habitação da classe média.
- 2 Abertura de uma segunda porta para acesso independente à ilha.
- 3 Abertura de uma porta a meio do corredor, no início das escadas, para acesso à casa à face da rua.

Fonte: Manuel C. Teixeira, “Habitação Popular na cidade Oitocentista - As Ilhas do Porto.”, p.185

#### Anexo 4 – Programa *Chile Barrio*

O programa *Chile Barrio* propôs-se a enfrentar os problemas de marginalidade social e económica da população, superando a chamada “pobreza extrema”, entendida como condição de pobreza que vai mais além do que o proporcionar aceder a bens e serviços básicos.

O quadro seguinte auxiliou na compreensão dos objetivos específicos deste programa segundo o âmbito de intervenção.<sup>293</sup>

### OBJETIVOS ESPECÍFICOS SEGÚN ÁMBITOS DE INTERVENCIÓN

Ámbito de intervención	Objetivos específicos
Mejoramiento de la vivienda y el barrio	Facilitar el acceso a la vivienda y los servicios básicos asociados (agua potable, alcantarillado, electricidad). Mejorar la calidad del entorno y el acceso de los habitantes al equipamiento comunitario y a los servicios urbanos. Resolver la inestabilidad jurídica de los asentamientos precarios a través de la regularización predial y del acceso a terrenos cuando corresponda.
Desarrollo comunitario e inserción social	Fortalecer la organización y la participación de los habitantes de cada asentamiento de modo de asegurar su protagonismo en el diseño e implementación de los planes y proyectos que allí se desarrollan y en los cuales ellos intervengan. Dejar capacidades radicadas en las comunidades intervenidas de modo que en el futuro, una vez concluido el programa, puedan formular y ejecutar iniciativas propias y acceder a los beneficios, servicios y/o programas que ofrecen las redes públicas y privadas del país.
Habilitación laboral y productiva	Ofrecer a los habitantes de los asentamientos mejores oportunidades para generar ingresos a través de acciones de capacitación laboral vinculadas a alternativas de empleo y autoempleo y del apoyo a iniciativas asociativas de trabajo independiente o microempresariales.
Apoyo al fortalecimiento de programas destinados a la superación de la pobreza	Generar una modalidad de intervención intersectorial, descentralizada y participativa, que permita una adecuada articulación de esfuerzos entre los distintos sectores y niveles gubernamentales y privados. Contribuir a fortalecer las facultades de los gobiernos regionales y municipios para asignar recursos públicos en concordancia con sus políticas de desarrollo local. Mejorar la capacidad instalada en los gobiernos regionales y municipios para enfrentar programas destinados a resolver problemas de pobreza.

Fonte: Marisol Saborido, “El Programa Chile Barrio: lecciones y desafíos para la superación de la pobreza y la precariedad habitacional”, Comisión Económica para América Latina y el Caribe (CEPAL), desarrollado pela División de Desarrollo Sostenible y Asentamientos Humanos do CEPAL. Santiago de Chile: Naciones Unidas, 2005. (pp.17-22)